

Selic segue no maior patamar desde 2006 e a taxa de juros real do Brasil continua a segunda mais elevada do mundo
Pág. 34

CORAL BDMG – Minas não pode perder este importante patrimônio cultural
Pág. 42

Melhores e Maiores Empresas de Minas Gerais

Os vencedores do 27º Prêmio Minas Desempenho Empresarial – 2025, do 13º Prêmio Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico Assemg/Mercadocomum 2025 e das medalhas da ACMinas - Associação Comercial e Empresarial De Minas

Pág. 58

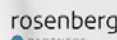
ANUNCIE NA EDIÇÃO ESPECIAL DE DEZEMBRO DE MERCADOCOMUM



XXVII PRÊMIO
MINAS
DESEMPENHO
EMPRESARIAL
MERCADOCOMUM
MELHORES E MAIORES EMPRESAS - 2025



Apoio Institucional



Realização



De acordo com estatísticas do Google Analytics Search a publicação MERCADOCOMUM obteve **35,2 milhões de visualizações** durante todo o ano de 2024.

A edição especial impressa e digital de MercadoComum, que circulará no mês de dezembro, trará a cobertura completa do 27º Prêmio Minas - Desempenho Empresarial - Melhores e Maiores 2025; sobre o 13º Prêmio Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico ASSEMG/MercadoComum e os agraciados com as Medalhas de 2025 da ACMINAS - Associação Comercial e Empresarial de Minas.

Trará, também, o 29º Ranking de Empresas de Minas Gerais, com as suas respectivas classificações por: As 300 Maiores Empresas de Minas por Ordem Alfabética; As 300 Maiores Empresas de Minas por Receita Operacional Líquida; As 300 Maiores Empresas de Minas por Setor Econômico; As 50 Maiores Instituições Financeiras e Correlatas; As 100 Maiores Empresas de Minas por Lucro Líquido; As 100 Maiores Empresas de Minas por Patrimônio Líquido; As 100 Maiores Empresas de Minas por Ativos Totais; As 100 Maiores Empresas de Minas por Crescimento de Receitas; As 50 Maiores Empresas de Minas por Retorno do Patrimônio Líquido; As 50 Maiores Empresas de Minas em Ebitda; As 50 Maiores Empresas de Minas em Rentabilidade do Patrimônio Líquido; As 50 Maiores Empresas de Minas por Prejuízo.

Foram analisados mais de 2.000 balanços e demonstrações de lucros e perdas - sendo consideradas aptas e classificadas 493 empresas - cuja Receita Operacional Líquida corresponde a cerca de mais da metade do PIB - Produto Interno Bruto de Minas Gerais do ano de 2024 - o que demonstra cabalmente a sua importância e dimensão.

A NEWSLETTER MERCADOCOMUM, ora no 33º ano de circulação e em sua 350ª edição é enviada, mensalmente, a um público constituído por 121 mil pessoas formadoras de opinião em todo o país diretamente, via e-mail - através de postagens no LinkedIn, Instagram, Whatsapp e Telegram, além de estar disponibilizado, para acesso, o seu site www.mercadocomum.com, juntamente com as suas edições anteriores.

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
OUTUBRO DE 2025
33 ANOS - EDIÇÃO 350

Publicação Nacional de
Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação
Fio do Bigode Comunicação
(31) 99503-4003

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
newsletter@mercadocomum.com

MercadoComum* é uma publicação
mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número:
817452753 de 02.08.1993

Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: newsletter@mercadocomum.com
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir,
necessariamente, a opinião dos editores.
Proibida a reprodução parcial ou total sem
autorização prévia por escrito da direção desta
publicação. MercadoComum é uma publicação
independente, não associada a qualquer grupo
empresarial e não possui filiais/sucursais ou
representantes no país e no exterior*

SUMÁRIO

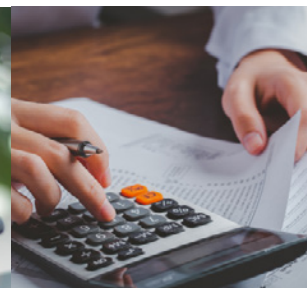
4

*A Economia com Todas
as Letras e Números*



18

*Mundo
Empresarial*



34

Especial

58

*Prêmio Minas
Empresarial*

67

Gastronomia

78

Opinião

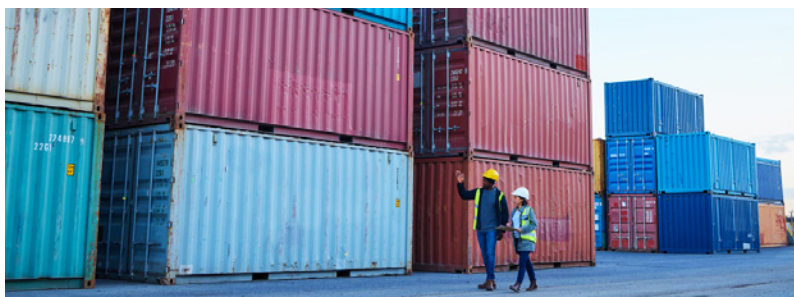
*Confira o ponto
de vista de grandes
nomes do cenário
nacional, sobre
vários assuntos.*

71

Saúde

Em um mês, exportações mineiras aos EUA despencam mais de 50% após tarifaço

Minas Gerais registrou queda expressiva nas vendas externas para os Estados Unidos após política tarifária de Donald Trump



As exportações de Minas Gerais para os Estados Unidos caíram mais de 50% em apenas um mês, reflexo da medida tarifária adotada pelo país norte-americano. O “tarifaço”, que entrou em vigor no dia 6 de agosto de 2025 e completou um mês no último sábado (6/09), elevou de 10% para 50% as tarifas de importação sobre uma série de produtos estratégicos para a economia mineira.

De acordo com levantamento do Centro Internacional de Negócios da FIEMG, as exportações mineiras aos EUA caíram 50,44% em agosto de 2025 na comparação com julho, passando de US\$ 431,67 milhões para US\$ 213,94 milhões no mês passado. Além disso, em agosto, Minas Gerais registrou um déficit de cerca de US\$ 21 milhões na balança comercial com os Estados Unidos. Essa é a primeira vez que isso ocorre desde 2018. Tradicionalmente, o Estado mantém uma pauta superavitária com os EUA, exportando mais do que importa.

A forte queda já se faz sentir em setores tradicionais da pauta exportadora mineira, e abarca desde o café, que sofre com a tarifa de 50%, até o ferro gusa, taxado em 10%. Em relação a julho de 2025, os embarques de ferro gusa recuaram expressivos

73,62% – percentual ainda maior que a média geral de queda nas exportações do Estado -, enquanto as vendas de café tiveram queda de 17,05% no mesmo período.

Apesar da retração generalizada, um ponto fora da curva foi registrado no setor de equipamentos elétricos – um dos mais afetados pelas tarifas de 50%. Os embarques de transformadores, conversores estáticos e bobinas de reatância ou indução registraram uma alta de 316,19% na comparação entre julho e agosto.

No entanto, segundo a coordenadora de Facilitação de Negócios Internacionais da FIEMG, Verônica Winter, esse aumento não representa um crescimento sustentável do setor, mas sim um movimento de antecipação de cargas. “Isso acontece porque a Ordem Executiva da Casa Branca, publicada em 30 de julho, permitiu que mercadorias embarcadas antes de 6 de agosto e desembarcadas nos EUA até 5 de outubro fossem taxadas ainda pela alíquota anterior de 10%, e não pela tarifa majorada de 50%”, explicou.

Segundo as projeções da FIEMG, os impactos tendem a se aprofundar nos próximos meses, à medida que

a nova tarifa alcance, de fato, toda a pauta exportadora mineira. “Esse impacto tende a se acentuar um pouco mais pois o mercado internacional ainda está se acomodando às novas taxas. Além disso, fatores como os que permitiram a antecipação de embarque de alguns produtos para antes de 6 de agosto não devem se repetir se mantidas as condições atuais das tarifas impostas sobre as exportações brasileiras”, explicou a especialista.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

O efeito das novas tarifas também foi sentido no cenário nacional. As exportações do Brasil para os Estados Unidos caíram 27,74% em agosto de 2025 em relação a julho, recuando de US\$ 3,82 bilhões para US\$ 2,76 bilhões. No mesmo período, o país registrou um déficit de US\$ 1,23 bilhão na balança comercial com os norte-americanos.

Na comparação com agosto de 2024, a queda das exportações brasileiras para os EUA foi de 18,54%. Entre os principais setores afetados em agosto de 2025 frente ao mês anterior, destacam-se desde produtos isentos de sobretarifas, como petróleo bruto (-10,07%), produtos taxados em 10%, como veículos aéreos (-95,75%) e celulose (-21,70%), até os que já estavam taxados em 50%, como semimanufaturados de aço (-15,30%). Quanto aos que passaram a ser tarifados em 40 ou 50% a partir de agosto, os que trouxeram maior impacto na pauta foram carnes (-46,26%), madeira serrada ou trabalhada (-40,88%) e alguns produtos elétricos, como transformadores de alta potência (-53,97%).

Novas regras para fintechs devem mudar cenário de inovação financeira no Brasil

Impactos da equiparação regulatória com os bancos e os desafios de adaptação



A recente instrução normativa da Receita Federal, que passou a exigir das fintechs e instituições de pagamento as mesmas obrigações de transparência impostas aos bancos, já começa a repercutir entre especialistas e no mercado. A medida, publicada no fim de agosto, promete alterar a dinâmica de atuação dessas empresas, que precisarão investir mais em controles internos e sistemas de compliance.

Para o professor Wagner Pagliato, coordenador do curso de Ciências Contábeis da Universidade Cidade de São Paulo (Unicid), a decisão marca uma virada regulatória importante. “As fintechs surgiram justamente pela flexibilidade e pela agilidade, mas essa flexibilidade não pode significar fragilidade. A equiparação às regras bancárias fecha brechas usadas por criminosos, mas também exige dessas empresas um salto de maturidade em governança e gestão de riscos”, explica.

Até agora, as fintechs não eram obrigadas a enviar a e-Financeira —

declaração que registra movimentações financeiras relevantes dos clientes —, obrigação já conhecida pelos bancos. A partir da nova norma, operações suspeitas deverão ser comunicadas imediatamente às autoridades competentes, reforçando a integração entre Receita e órgãos de investigação.

Para o mercado, a repercussão é imediata: de um lado, a expectativa de maior segurança para investidores e consumidores, que passam a contar com mecanismos de controle mais robustos; de outro, o aumento dos custos de operação, já que será necessário adaptar processos e contratar profissionais especializados em compliance e auditoria.

IMPACTOS PARA O CONSUMIDOR

Para o usuário, porém, a análise do docente é que nada muda. Não há criação de novos tributos nem qualquer cobrança sobre operações como o Pix. Para quem utiliza serviços financeiros digitais, a expectativa é de maior segurança e transparência nas

operações, já que a fiscalização será mais rigorosa.

Segundo Pagliato, o efeito mais imediato recai sobre o mercado. De um lado, a tendência é de maior confiança de investidores e clientes, que passam a contar com mecanismos de controle mais robustos. De outro, será inevitável o aumento dos custos de operação, diante da necessidade de adaptação de processos e contratação de profissionais especializados em compliance e auditoria.

“É um divisor de águas. O setor de pagamentos digitais cresce em ritmo acelerado, mas só vai se consolidar como alternativa aos bancos tradicionais se provar que pode ser inovador e seguro ao mesmo tempo. Essa norma é um passo decisivo nessa direção”, conclui.

Fundada em 1972, a Universidade Cidade de São Paulo – Unicid é referência na formação de profissionais da área da saúde, com cursos tradicionais e pioneiros na região como Fisioterapia, Odontologia, Enfermagem e Medicina.

Brasil é o 4º maior produtor de tintas e demonstra força no desenvolvimento sustentável na indústria

Associação promove evento que reúne fornecedores e fabricantes de diversos países promovendo inovação, negócios e parcerias estratégicas

De 23 a 25 de setembro, a Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas (Abrafati) promoveu a 19ª edição do Abrafati Show, consolidado como o maior evento da indústria de matérias-primas, embalagens, equipamentos, tecnologias e serviços para a fabricação de tintas na América Latina. Reconhecida por sua atuação de quase 40 anos em prol do setor, a Abrafati reafirma, com esta realização, seu papel estratégico na promoção da inovação, do debate técnico e da geração de negócios que fortalecem toda a cadeia produtiva.

Nesta edição, o Brasil consolida sua posição como o quarto maior produtor mundial de tintas, reflexo do dinamismo da indústria nacional e do reconhecimento crescente da importância das tintas como elementos de proteção e decoração, que vêm sendo impulsionados por diversas iniciativas conduzidas pela associação, entre as quais se destaca o Abrafati Show. O evento, criado em 1989 para estimular a inovação e a disseminação de conhecimentos no setor de tintas, hoje é uma plataforma que promove a colaboração entre fornecedores e fabricantes de tintas em busca de soluções mais avançadas e sustentáveis. Além de estimular os negócios e o networking, apresenta as mais recentes inovações em sua programação de palestras e nos estandes dos mais de 280 expositores. Com isso, tem uma enorme contribuição para a evolução tecnológica das tintas – com destaque para aspectos como a sustentabilidade e o desempenho dos produtos – e para o crescimento do setor.

Segundo Luiz Cornacchioni, presidente-executivo da Abrafati, “Esse destaque do Brasil no cenário global reforça não apenas a dimensão do nosso mercado, mas também a capacidade de inovar e responder às novas demandas do con-



sumidor, das construtoras, das indústrias que incorporam tintas aos seus produtos e dos demais usuários – que vão de hospitais a governos (em obras de infraestrutura, por exemplo). As empresas do setor têm investido de forma consistente em qualidade, pesquisa e no desenvolvimento de soluções que acompanham as tendências globais e que contribuem para o desenvolvimento sustentável”.

Além de impulsionar negócios, o Abrafati Show 2025 reforça a dimensão institucional da Abrafati, que promove articulações junto a entidades parceiras e fomenta a participação ativa de representantes de organizações nacionais e internacionais, contribuindo na projeção do setor globalmente, atraindo público estrangeiro e transformando São Paulo no epicentro mundial da indústria de tintas durante os três dias de sua realização.

Cerca de 14.000 visitantes são es-

perados, ao lado de quase 300 expositores, entre os quais mais de 130 estrangeiros, de 18 diferentes países das Américas, da Europa e da Ásia. Entre os destaques desta edição estão a criação de pavilhões chinês e indiano, reunindo expositores desses países. A rodada de negócios, lançada em 2023, será ampliada, e as iniciativas voltadas a estudantes terão maior presença, reforçando o incentivo à formação das novas gerações de profissionais.

A programação técnica, com pouco mais de 90 palestras, abordará temas estratégicos como Inteligência Artificial, Soluções Sustentáveis, Cura por Radiação, Pigmentos e Cargas, Materiais Inovadores e Tintas Arquitetônicas. Para as Sessões Plenárias, que abrem a programação de cada dia, estão confirmados, como palestrantes, Marizeth Carvalho, presidente do Conselho Diretivo da Abrafati, no primeiro dia; e Daniel Murad, do ChemQuest Group, no terceiro dia. No segundo dia, haverá um painel sobre liderança feminina na indústria de tintas, com a participação de quatro CEOs mulheres.

“O Abrafati Show vai muito além de um evento com a duração de três dias. O que acontece ali segue reverberando pelos meses seguintes, em negociações, parcerias no desenvolvimento de produtos, testes de novas formulações, pesquisas complementares e muito mais. A configuração que adotamos, com a realização simultânea da Exposição e do Congresso, proporciona uma visão panorâmica das inovações e das tendências futuras, ao mesmo tempo que abre espaço para a interação entre técnicos e gestores. Isso é essencial para o desenvolvimento sustentável do setor e para que o Brasil continue a ter uma cadeia de tintas dinâmica, forte e atualizada”, afirma Luiz Cornacchioni.

Como será o novo recolhimento de impostos no Brasil a partir de 2027

Reforma Tributária introduz o split payment, sistema que antecipa o repasse de tributos para o momento da transação financeira



A Reforma Tributária prevê, a partir de 2027, a adoção do split payment, um sistema que altera a forma como as empresas recolhem impostos. Na prática, no momento em que uma venda é paga, o valor do tributo será automaticamente separado e enviado ao governo, antes mesmo de o dinheiro entrar no caixa da empresa.

Hoje, o processo é diferente: a empresa recebe o valor total da venda e só depois faz o pagamento dos impostos, o que dá maior flexibilidade para o capital de giro. Com o novo modelo, o montante referente ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) — que substituirão tributos como ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins — já será retido no ato da operação.

“O split payment significa que as empresas deixam de receber integralmente o valor da venda e precisam se preparar para operar com caixa reduzido desde o início”, afirma Marcos Tadeu Jr., CEO da Invent Software. Ele alerta que setores com margens aper-

tadas, como comércio e construção civil, devem sentir mais o impacto.

A implantação será gradual. Em 2026, empresas participarão de um projeto piloto com alíquotas simbólicas de IBS e CBS. Porém, a partir de 2027, as companhias poderão adotar o split payment em transações entre empresas (B2B) de forma facultativa, com expansão futura para vendas ao consumidor final.

O governo afirma que o modelo reduz a sonegação e aumenta a transparência. Para as empresas, o desafio será ajustar contratos, prazos de pagamento e gestão de estoques para preservar liquidez. A Febraban estima que a previsibilidade do fluxo de caixa possa cair até 15 % no primeiro ano.

A integração dos sistemas envolverá prestadores de serviços de pagamento, instituições financeiras, Receita Federal, o Comitê Gestor do IBS e o Banco Central, isso significa que a arrecadação vai depender de uma

infraestrutura tecnológica integrada, segura e em tempo real.

Ainda há dúvidas sobre como serão feitos os estornos em caso de retenção indevida e sobre a responsabilidade pelo tributo em operações parceladas.

“O split payment aproxima o Brasil de práticas adotadas em países que utilizam o IVA e pode contribuir para um ambiente de negócios mais transparente. O sucesso, porém, dependerá da capacidade das empresas de se preparar para um modelo que antecipa a saída do dinheiro e exige mais disciplina financeira”, conclui Marcos Tadeu Jr.

A Invent é líder no desenvolvimento de softwares que otimizam a gestão fiscal, bancária, de recursos humanos e de contratos das empresas. Com mais de 4 mil clientes no Brasil e na América Latina, as soluções da Invent transacionam cerca de 3% do PIB com alta performance e segurança.

Brasil perde milionários em ritmo recorde e vê riscos para o futuro econômico

André Charone

Contador, professor universitário, Mestre em Negócios Internacionais pela Must University (Flórida-EUA), possui MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela FGV (São Paulo – Brasil) e certificação internacional pela Universidade de Harvard (Massachusetts-EUA) e Disney Institute (Flórida-EUA). É sócio do escritório Belconta – Belém Contabilidade e do Portal Neo Ensino, autor de livros e centenas de artigos na área contábil, empresarial e educacional.

O Brasil vive um êxodo de milionários que já é descrito por especialistas como um sinal de alerta para a economia nacional. Dados da consultoria Henley & Partners indicam que, em 2025, cerca de 1.200 milionários devem deixar o país, um aumento de 50% em relação ao ano anterior. O movimento representará a saída de aproximadamente R\$ 46 bilhões em patrimônio, consolidando o Brasil como o 6º país do mundo que mais perde pessoas de alta renda.

Nos últimos dez anos, o quadro já se desenhava. Segundo o Instituto Millenium, o Brasil perdeu 18% dos seus milionários entre 2014 e 2024. Agora, a aceleração reforça um questionamento: o que explica a falta de atratividade do país para quem mais poderia investir nele?

Para o contador tributarista e professor universitário André Charone, mestre em negócios internacionais, o fenômeno não deve ser visto apenas como uma estatística.

“Quando olhamos para a saída de milionários, não estamos falando só de fortunas que migram. Estamos falando da perda de capacidade empreendedora, de geração de empregos e de inovação. É um retrato de um país que se tornou hostil para quem tem capital e disposição para investir”, afirma André.

INSEGURANÇA, IMPOSTOS E INSTABILIDADE

Entre os fatores que explicam a evasão, estão a violência urbana, a alta carga tributária, a instabilidade política e a insegurança jurídica.

Charone ressalta que a violência costuma ser o primeiro gatilho, mas não o único.

“A violência assusta, mas o que sela a decisão de sair é a instabilidade política e a falta de previsibilidade no ambiente regulatório. O empresário não sabe como será tributado amanhã, se uma reforma vai alterar regras de forma abrupta ou se novas burocracias vão encarecer ainda mais o negócio”, observa.

Para ele, a percepção de que o Brasil cobra muito e entrega pouco é cada vez mais clara:

“Vivemos em um modelo de alto custo e baixo retorno. Os impostos são altíssimos, mas saúde, educação e segurança pública não acompanham. Quem pode, busca alternativas fora do país”, complementa.

PARA ONDE ESTÃO INDO

Os destinos mais procurados são Estados Unidos (especialmente a Flórida), Portugal, Uruguai, Panamá e Emirados Árabes Unidos.

Segundo Charone, não é apenas o fator tributário que atrai. “Esses países oferecem estabilidade, segurança e planejamento de longo prazo. É disso que o investidor precisa: saber que seu patrimônio está protegido e que o futuro não será redesenhado a cada troca de governo”, analisa.

IMPACTOS ALÉM DA FUGA DE CAPITAIS

A saída dos milionários traz efeitos mais profundos que a simples transferência de recursos. Para Charone, o que está em jogo é a perda de capital humano e de credibilidade internacional.

“Quando empresários e executivos decidem ir embora, não levam só dinheiro. Levam

também sua experiência, sua rede de contatos e sua capacidade de gerar negócios. É um esvaziamento que atinge diretamente o potencial produtivo do país”, alerta.

O especialista aponta ainda para a imagem que o Brasil projeta ao mundo:

“Se os próprios brasileiros de alta renda não confiam no país, como esperar que o investidor estrangeiro confie? A evasão funciona como um termômetro que afeta até a percepção internacional de risco”, avalia.

UM SINTOMA MAIS AMPLO

Para Charone, o êxodo de milionários deve ser interpretado como um sintoma de um problema estrutural. “Não é uma questão restrita à elite. Se quem mais poderia contribuir com investimentos e inovação está saindo, isso mostra que o ambiente de negócios afeta a todos — do grande empresário ao pequeno empreendedor que luta para sobreviver à burocracia e à tributação excessiva”, afirma.

Ele reforça que a solução passa por mudanças profundas. Não adianta pensar em mecanismos de retenção artificial. É preciso reformar o sistema tributário, reduzir a burocracia, garantir segurança jurídica e investir em serviços públicos. Só assim vamos transformar o Brasil em um país no qual o capital quer permanecer e crescer”, conclui.

A evasão de milionários não é apenas um dado de mercado, mas um retrato de um Brasil que expulsa quem poderia ajudar a transformá-lo. O fenômeno escancara um dilema: como reter talentos e recursos em um país que, historicamente, cobra muito e oferece pouco em troca?

INVESTIMENTOS: C6 Bank lança renda fixa em dólar com resgate automático para compras e viagens no exterior

Novo produto funciona como um saldo remunerado em dólar que rende até a hora de usar e garante economia com tarifas

O C6 Bank começa a oferecer a partir de hoje uma alternativa vantajosa para quem está programando viagens e outros gastos no exterior. O banco acaba de lançar um título de renda fixa em dólar, semelhante a um CDB, que fica rendendo na conta de investimentos internacional e, sempre que o cliente precisar, o dinheiro cai na conta global transacional automaticamente. Batizado de TD C6 Resgate Automático, o produto tem um IOF de 1,1%, mais baixo que o imposto do cartão de crédito e das contas globais. A carência para transacionar o recurso é de um mês.

“O TD C6 Resgate Automático foi uma solução que desenvolvemos pensando justamente no impacto do aumento do IOF para quem está planejando compras ou viagens internacionais”, diz Igor Rongel, head de investimentos do C6 Bank. “Com esse TD, a economia final com tarifas é de cerca de 65%, comparando com cartão de crédito, e de 40%, comparando com a conta global transacional. Além disso, é um dinheiro que vai render em dólar, com a conveniência de que ele pode ser usado a qualquer momento.”

O TD C6 Resgate Automático rende 3% ao ano, com prazo de dois anos. A aplicação mínima é de US\$ 1 mil e o recurso pode ser usado 30 dias após a remessa. A taxa para converter reais em dólar (spread) varia de 1% a 1,5%, dependendo do valor aplicado.

Hoje, o C6 Bank oferece aos clientes dois serviços em moeda estrangeira, tudo no mesmo app. Um deles



é a C6 Global Invest, uma conta de investimentos com saldo em dólar por meio da qual os clientes conseguem investir em ativos internacionais de renda variável e renda fixa, como o TD C6 Resgate Automático. O outro é a C6 Conta Global, que permite guardar, receber e enviar dólares ou euros, além de fazer compras em lojas físicas e virtuais no exterior com um cartão de débito internacional.

Por terem finalidades distintas, o imposto e o spread que incidem sobre os dois serviços são diferentes. Na C6 Global Invest, o IOF é de 1,1% após o aumento que entrou em vigor em julho. Na C6 Conta Global, o IOF passou a ser de 3,5%. Com o TD C6 Resgate

Automático, os clientes passam a ter os benefícios das duas plataformas.

Na C6 Global Invest, também há opções de Time Deposit (TD) com possibilidade de resgate diário, além de TDs com remuneração prefixada. Na categoria renda variável, o cliente pode investir em ações negociadas nas bolsas americanas NYSE e Nasdaq, de Apple e Nvidia a Nike e Disney. Também é possível comprar ETFs (Exchange Traded Fund), ADRs (American Depositary Receipts) e REITs (Real Estate Investment Trust). A C6 Global Invest ainda tem uma oferta de mutual e hedge funds, operados por gestoras com estratégias diversificadas.

Lítio: Minas Gerais vai concentrar 78% do investimento no Brasil até 2029

IBRAM projeta US\$ 906 milhões para aportes para extração e beneficiamento do mineral

A região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, vai concentrar cerca de 78% dos investimentos previstos para a exploração de lítio no Brasil até 2029. Os dados são do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), que calcula que cerca de US\$ 906 milhões devem ser destinados ao que o governo do estado batizou de 'Vale do Lítio'.

Considerando todas as áreas da mineração, o aporte projetado até 2029 pelo IBRAM prevê é de US\$ 16,5 bilhões em MG, quase um quarto dos US\$ 68,4 bilhões de investimentos previstos para todo o país.

No Jequitinhonha, a extração do mineral é feita por empresas como a Sigma Lithium, que produz 270 toneladas ao ano e pretende chegar até 520 mil ainda neste ano, e a Companhia Brasileira de Lítio (CBL), pioneira na lavra subterrânea de pegmatito litinífero e no beneficiamento do espodumênio. Operando desde 1991 em mina subterrânea, a mineradora produz 45 mil t/ano de concentrado de espodumênio, com 5,5% de Li₂O.

Ambas as empresas estão prestes a ampliar a produção. Há também investimentos previstos para a região por parte das mineradoras Atlas Lithium, Lithium Ionic e Latin Resources, com início estimado para os próximos dois anos.

RANKING DOS ESTADOS

O IBRAM apontou faturamento de todo o setor mineral em 2024 de R\$ 270,8 bilhões, um aumento de 9,1% em relação a 2023. Minas Gerais seguiu na



dianteira e foi o estado com maior arrecadação no país, contabilizando R\$ 108,3 bilhões do total no país. O crescimento em 2024 foi de 4,5%.

O Pará seguiu na segunda colocação, somando R\$ 97,6 bilhões, mas com aumento de 14,4% no ano passado, mais que o triplo do crescimento observado em Minas.

São Paulo, Bahia, Goiás e Mato Grosso fecham a lista, segundo o IBRAM.

O minério de ferro foi a substância mais relevante para o setor em 2024, em termos de mineração, somando R\$ 160,7 bilhões, alta de 8,6%. O minério de ouro ficou em segundo lugar, sendo responsável por uma arrecadação de R\$ 23,9 bilhões, representando um aumento de 13,3%.

"Houve uma retomada em algumas mineradoras na produção de ouro, que havia tido uma redução significativa em 2023. Essa retomada, junto com o aumento na produção de minério de ferro permitiu a recuperação e aumento de produção, levando a esse faturamento", ressaltou o diretor de Sustentabilidade e Assuntos Regionais do IBRAM, Júlio César Nery.

Ainda segundo ele, o IBRAM reduziu as expectativas de investimentos para o estado, até 2029, em função do término de algumas atividades. "Alguns projetos em implantação foram terminados, principalmente relacionados às melhorias operacionais em diversas minas. Tivemos, no ano passado, várias barragens descaracterizadas em Minas", observou.

Demarest expande área de Reestruturação e Falência com a contratação de nova sócia

Carolina Mascarenhas vai atuar com foco em recuperação judicial e extrajudicial assessorando credores e investidores em um mercado cada vez mais especializado

O Demarest Advogados, um dos maiores e mais respeitados escritórios full service da América Latina, anuncia Carolina Mascarenhas como nova sócia da área de Reestruturação e Insolvência para atuar no escritório de São Paulo.

Com mais de 16 anos de experiência no mercado, Carolina construiu uma carreira sólida em recuperação judicial, extrajudicial e falência, representando credores e investidores estratégicos em casos de alta complexidade, oferecendo soluções inovadoras.

Sua atuação também abrange a reestruturação de empresas e dívidas (consultivo e contencioso), operações de investimento em companhias em crise financeira, aquisições de unidades produtivas isoladas (UPIs) e outros distressed assets (investimentos de alto risco que incluem ativos de empresas em dificuldades financeiras), financiamentos DIP (Debtor-in-Possession Financing) e pareceres jurídicos voltados à aquisição de direitos creditórios e precatórios.

Formada em Direito pela USP e com especialização pela FGV-SP, Carolina participa de grupos de estudo da disciplina de Direito Falimentar na instituição. Também integra entidades do setor como a TMA Brasil (Turnaround Management Association) e a IWIRC (International Women's Insolvency & Restructuring Confederation), além de comissões especializadas do IASP (Instituto dos Advogados de São Paulo) e do IBRA-DEMP (Instituto Brasileiro de Direito Empresarial). É autora de diversos artigos em veículos jurídicos e livros



Carolina Mascarenhas, nova sócia do Demarest

técnicos, contribuindo ativamente para o desenvolvimento da prática no país, ao estudar temas que ajudam a aprimorar a legislação, e reconhecida em rankings de publicações jurídicas de destaque como o The Legal 500.

“A chegada da Carolina fortalece ainda mais nossa capacidade de oferecer soluções jurídicas sofisticadas em um cenário de juros elevados, aumento da inadimplência e maior restrição ao crédito tradicional. Sua experiência será fundamental para apoiar clientes nos mais variados setores que enfrentam desafios macroeconômicos e regulatórios relevantes”, afirma Guilherme Bechara, sócio de Reestruturação e Insolvência do Demarest.

Carolina destaca os próximos passos e suas expectativas no escritório: “Ingressar no Demarest é uma oportunidade de atuar em um ambiente colaborativo e multidisciplinar, com foco em excelência e inovação. Estou entusiasmada para contribuir com a prática de Reestruturação e Insolvência, especialmente diante do crescimento das operações de special situations, em um mercado cada vez mais maduro, com a necessidade de alternativas estruturadas, ágeis e criativas para assessorar empresas e investidores”.

José Diaz, managing partner do Demarest, ressalta que o fortalecimento da área de Reestruturação e Insolvência é parte essencial da estratégia de crescimento sustentável do escritório. “A união de expertises, entre nossa equipe e Carolina, vai permitir não só a expansão da prática, impulsionada por transformações econômicas e setoriais que exigem respostas jurídicas cada vez mais especializadas, mas também vai gerar novas oportunidades e a possibilidade de cross selling, principalmente com as áreas de Fusões e Aquisições, Fundos de Investimento e Mercado de Capitais”, destaca Diaz.

Com 77 anos de trajetória, o Demarest é um dos escritórios de advocacia mais respeitados do Brasil e da América Latina, posição que é reforçada por rankings de uma variedade de publicações, incluindo Chambers, Thomson Reuters, Latin Lawyer, The Legal 500 e IFLR. Com endereços em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília, oferece serviços jurídicos com o mais alto padrão de qualidade e excelência.

Evandro Bueno/Divulgação

Juros e rombo fiscal drenam força da economia brasileira



Ao ler a edição do Boletim Focus do Banco Central publicada do dia 15 de setembro, fiquei muito preocupado com a projeção do mercado de que a Selic deverá continuar em 15% até o final deste ano. E, mais ainda, ao constatar que as expectativas são de 12,38% para 2026 e 10,50% para 2027 e, pasmem, 2028. Pergunto: continuaremos convivendo por mais de três anos com juros elevadíssimos, uns dos maiores do mundo, que inibem o crescimento econômico, os investimentos, o consumo e a geração de empregos?”.

O questionamento é de Rafael Cervone, presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e primeiro vice da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Diante dos danos causados à economia pela taxa muito alta, ele esperava que o Copom, depois de

mantê-la em 15% ao ano em sua última deliberação, em 29 e 30 de julho, iniciasse um ciclo de redução na reunião nos dias 16 e 17/09.

“Cabe observar que o Boletim Focus projeta para 2025 uma inflação de 4,83%, com redução em relação à semana anterior (4,85%). Para 2026, a expectativa permanece estável em 4,30%, enquanto para 2027 e 2028 a previsão é de 3,90% e 3,70%, respectivamente. Ou seja, é exagerado o remédio dos juros que, considerando os spreads bancários, chegam à ponta do financiamento das empresas e do consumo em níveis proibitivos”, pondera o presidente do CIESP.

Cervone analisa que o boletim reflete um cenário de ajustes moderados nas expectativas, com destaque para a redução das projeções de infla-

ção e câmbio, além da manutenção de uma política monetária restritiva em 2025. “As expectativas para os anos seguintes indicam uma tendência de desaceleração da inflação, o que nos permite reivindicar juros menores.” Porém, ele indica um alerta relevante também contido no Focus desta semana: persistem os desafios fiscais.

“Por isso, é prioritário que o setor público, abrangendo a União, os estados e os municípios, faça um enorme e responsável esforço para conter os déficits e equilibrar suas contas. Não podemos continuar convivendo com juros elevados e rombo fiscal, que se retroalimentam e drenam a força de nossa economia. Podemos crescer muito mais a cada ano se conseguirmos equacionar esses dois grandes problemas que nos prejudicam há tanto tempo”, afirma o presidente do CIESP.

Geração Nem-Nem: Brasil arrisca perder produtividade com quase 10 milhões de jovens fora da escola e do trabalho

Desigualdade, evasão escolar e falta de ensino técnico ampliam o risco de estagnação econômica



O Brasil tem hoje quase 10 milhões de jovens fora da escola e do mercado de trabalho. O dado, da PNAD Contínua/IBGE (2024), mostra que 18,5% da população de 15 a 29 anos não estuda nem trabalha. No recorte de 18 a 24 anos, a taxa chega a 24%, segundo a OCDE — quase o dobro da média dos países desenvolvidos. O índice é quase duas vezes maior que a média dos países-membros, de 14%. Apenas Colômbia, África do Sul e Turquia apresentam números piores.

O fenômeno, conhecido como “geração nem-nem”, preocupa economistas e educadores porque reduz a produtividade e ameaça o crescimento de longo prazo. “Cada jovem que fica parado representa não só uma trajetória individual interrompida, mas também uma perda para o país em termos de capital humano e competitividade”, afirma Giuliano Amaral, CEO da Mileto.

Outro dado relevante é que o Brasil ainda integra um grupo restrito de cinco países que utilizam exclusivamente exames acadêmicos, como ENEM e vestibulares, para o ingres-

so em universidades públicas. Nos demais 29 países avaliados, já são aplicados métodos complementares, como entrevistas, análise de experiências prévias e desempenho escolar, que buscam valorizar também competências socioemocionais e práticas.

As causas vão além da conjuntura econômica. Pesquisadores apontam a combinação de desigualdade social, evasão escolar precoce, baixa oferta de ensino técnico e responsabilidades domésticas que recaem sobretudo sobre jovens mulheres. Menos de 10% dos alunos do ensino médio no Brasil estão matriculados em cursos técnicos, contra 50% na União Europeia.

Experiências internacionais mostram caminhos possíveis. Em Portugal, a expansão de cursos profissionais aumentou a taxa de conclusão do ensino secundário e acelerou a entrada dos jovens no mercado, segundo estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos (Pessoas 2030). O Chile adotou a formação dual, que combina sala de aula e prática em empresas, e o Reino Unido ampliou os apprenticeships, modelo de apren-

dizagem remunerada.

No Brasil, especialistas defendem três frentes de ação: ampliar a rede de educação técnica e profissionalizante; revisar os métodos de acesso ao ensino superior, incorporando habilidades práticas e socioemocionais; e fortalecer parcerias entre escolas e empresas, com estágios, mentorias e programas de aprendizagem.

“As empresas precisam enxergar os jovens como protagonistas, e não apenas como mão de obra em formação. Investir em empregabilidade e soft skills gera impacto social e fortalece a economia”, reforça Amaral.

A Mileto, RH Tech focada em jovens do ensino médio técnico, aposta nesse modelo para encurtar a transição escola-trabalho. A empresa conecta estudantes a pequenas e médias empresas e desenvolve programas de capacitação em áreas como administração, tecnologia e design. “O Brasil tem potencial para virar esse jogo, mas precisa de políticas públicas mais robustas e engajamento do setor privado”, conclui Amaral.

Simplex Nacional reúne 72,5% das empresas ativas no Brasil em 2025, aponta estudo do IBPT

Instituto alerta que empresas do Simplex precisarão se adaptar às transformações do sistema tributário brasileiro



O Brasil encerrou 2024 com 26,54 milhões de empresas em atividade, das quais 19,2 milhões — o equivalente a 72,5% do total — estão enquadradas no Simplex Nacional. É o que aponta o novo estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), que mostra a força do regime simplificado. O dado confirma o papel central que o modelo ocupa na sustentação da economia nacional, especialmente no que diz respeito ao estímulo ao empreendedorismo e à geração de empregos.

A pesquisa também revela o perfil das empresas que integram o Simplex. Os Microempreendedores Individuais (MEIs) continuam sendo a maioria, respondendo por 57,35% dos negócios cadastrados, seguidos pelas microempresas, com 34,27%, e pelas empresas de pequeno porte, que representam 8,31% do total. Já as empresas de médio porte ainda têm presença marginal nesse regime, somando apenas 0,07%, o que demonstra que a adesão ao Simplex é predominantemente de micro e pequenos negócios.

Do ponto de vista setorial, o setor de serviços concentra 63,3% das empresas do Simplex, evidenciando sua relevância para a economia brasileira. O comércio aparece em seguida, representando 27,4% das empresas, enquanto a indústria corresponde a 6,7% e o agronegócio a 2,2%, com o setor financeiro registrando 0,3%.

Esses números indicam que os empreendimentos de menor porte têm papel determinante na diversificação e na manutenção da atividade

econômica em diferentes áreas.

O levantamento ainda aponta que a região Sudeste concentra mais da metade (51%) de todas as empresas ativas do Simples, o que representa mais de 9,8 milhões de negócios. Dentro desse cenário, São Paulo se destaca com 5,6 milhões de empresas, equivalente a 29,22% do total nacional, seguido de Minas Gerais, com 2,1 milhões (11,01%), e pelo Rio de Janeiro, com 1,6 milhão (cerca de 8,5%).

Para Carlos Pinto (foto), diretor do IBPT, o crescimento constante das adesões demonstra a relevância do Simples, mas também reforça a necessidade de atenção no contexto da Reforma Tributária:

“Estamos monitorando o crescimento das empresas que optam pelo regime simplificado, como também aquelas outras empresas de pequeno porte, como a EMEL, justamente para entender o impacto que a reforma vai ter neste elo intermediário, já que muitas das empresas que prestam serviços ou vendem produtos para outras empresas, principalmente as que optam pelo lucro real presumido de hoje, precisarão estar adequadas às mudanças que a reforma trará e que os seus clientes exigirão mudanças comportamentais.”

O dirigente ainda reforça que, embora os resultados mostrem a força do modelo simplificado, o acompanhamento deve ser constante. “O estudo, na verdade, é importante para estar comparando o período anterior e o presente e demonstrar que a preocupação deve ser contínua, porque não houve uma diminuição das empresas que optam por este regime. Muito pelo contrário, houve um crescimento sensível. Nós, do IBPT, estamos acompanhando de perto, principalmente, quando falamos dos impactos que a reforma vai ter e das mudanças que ocorrerão para as empresas que estão no elo intermediário e optam por este regime simplificado.”



Com mais de cinco décadas de presença no Brasil e um portfólio abrangendo desde biocombustíveis, exploração e produção de petróleo, energia solar e eólica até lubrificantes e combustíveis de aviação e marítimos, o setor empresarial nacional é fortemente influenciado pelas regras tributárias. Nesse cenário, o estudo do IBPT contribui para o debate público ao oferecer informações consistentes sobre a base empresarial do país e os impactos das mudanças em curso.

O Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) foi fundado em 1992, se dedica ao estudo do complexo sistema tributário no país, sendo reconhecido pela ado-

ção de uma linguagem clara e precisa à sociedade sobre a realidade tributária brasileira. O IBPT também lançou bases e fundamentos para viabilizar a lógica da transparência fiscal, promovendo conscientização tributária.

Pioneiro na criação de estratégias de mercado para empresas e entidades setoriais a partir da análise de dados fiscais, públicos e abertos, o Empresômetro mantém investimentos contínuos em tecnologia e na capacitação de sua equipe para viabilizar pesquisas, estudos e serviços, possuindo o maior banco de dados privado com informações tributárias e empresariais.

PIB de Minas Gerais cresce menos que a média nacional e soma R\$305,4 bi no segundo trimestre deste ano

O ano de 2025 pode ser o terceiro seguido em que a economia mineira registra desempenho inferior à média nacional



Entre abril e junho de 2025, o Produto Interno Bruto (PIB) do estado alcançou R\$305,4 bilhões. O valor adicionado bruto (VAB) das atividades agropecuárias foi estimado em R\$47,7 bilhões; das indústrias, em R\$66,9 bilhões e, dos serviços, em R\$157,6 bilhões. Os dados, considerados preliminares, foram divulgados pela Fundação João Pinheiro no dia 18 de setembro.

No acumulado dos dois primeiros trimestres de 2025 o PIB-Produto Interno Bruto de Minas Gerais experimentou uma expansão de 2,0% - inferior à média nacional de 3,0%. No acumulado dos 4 últimos trimestres o crescimento do PIB mineiro foi de 3,0% - também inferior à média nacional de 3,0%.

SETORES

De acordo com a Fundação João Pinheiro, “o setor agropecuário apresentou um forte incremento, de 8,3%, em relação ao trimestre imediatamente anterior. No período, ganharam participação culturas com crescimento da produção em 2025 (algodão, milho e soja), enquanto perdeu participação a primeira safra de batata-inglesa. Além disso, houve recuperação da produção de leite, do abate de suínos e de aves e da utilização de madeira para a fabricação de papel e celulose.

Na indústria extrativa, a expansão foi de 2,9% no segundo trimestre de 2025 em relação aos três primeiros

meses do ano. O resultado foi justificado, basicamente, em função da expansão das operações da Mineração Usiminas, CSN Mineração e Anglo-American no período.

Em movimento contrário, a indústria de transformação registrou retração de -0,4% no segundo trimestre em relação ao período janeiro-março, especialmente pela queda na produção física de produtos alimentícios, do fumo, dos derivados de petróleo e de biocombustíveis, de produtos químicos e de produtos de metal.

A construção civil apresentou recuperação ligeira, tendo crescido 0,3% no trimestre, enquanto as ati-



MINAS GERAIS X BRASIL - TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO - 2001/2024- EM %

Ano	Minas Gerais	Brasil
2001	-0,12	1,39
2002	3,73	3,05
2003	2,13	1,14
2004	5,89	5,76
2005	4,02	3,20
2006	3,91	3,96
2007	5,53	6,07
2008	4,68	5,10
2009	-3,92	-0,13
2010	9,08	7,53
2011	2,48	3,97
2012	3,33	1,92
2013	0,47	3,00
2014	-0,70	0,50
2015	-4,26	-3,55
2016	-2,00	-3,27
2017	1,66	1,32
2018	1,33	1,78
2019	-0,01	1,22
2020	-3,04	-3,28
2021	5,73	4,76
2022	3,10	3,02
2023	3,10	3,24
2024	3,10	3,40

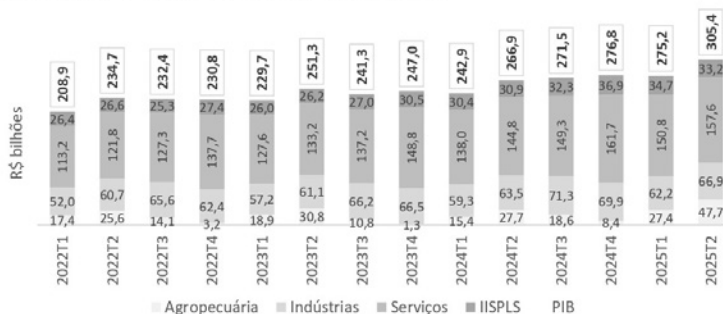
*Anos em que a economia de MG teve desempenho pior do que a brasileira. Os dados de 2023 e 2024 são preliminares. Fonte: IBGE/FJP - Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

vidades de geração e distribuição de eletricidade, gás, água e saneamento expandiram sua produção em 2,6%.

Já o setor de serviços cresceu 0,3% no segundo trimestre de 2025, com acréscimo do volume de valor adicionado no comércio (0,9%), nos transportes (0,3%) e no agregado de outros serviços (0,6%).

No comércio, tiveram destaque o crescimento das vendas dos hipermercados e das farmácias, relativa estabilidade no segmento de combustíveis e, por fim, queda nas

Gráfico 2 – Valor Adicionado Setorial, Impostos sobre Produtos (IISPLS) e PIB a preços correntes – Minas Gerais – 1º trimestre de 2022-2º trimestre de 2025



Fonte: FJP, Coordenação de Contas Regionais (CCR).

Nota: Os resultados trimestrais de 2023 a 2025 permanecem como preliminares até a divulgação das pesquisas estruturais do IBGE e sua incorporação pelo Sistema de Contas Regionais (SCR-MG).

Tabela 1 – Taxas de variação real dos principais agregados macroeconômicos – Brasil e Minas Gerais – 2º trimestre de 2025 (%)

Agregado Macroeconômico	Base de Comparação			
	Trimestre imediatamente anterior	Mesmo trimestre do ano anterior	Acumulado no ano	Acumulado em quatro trimestres
Minas Gerais				
PIB	1,2	2,5	2,0	3,0
Valor Adicionado de todas as atividades	1,2	2,6	2,0	2,8
Agropecuária	8,3	6,8	2,8	2,7
Indústrias	0,5	1,6	1,3	2,7
Indústrias extrativas	2,9	3,3	0,1	-0,6
Indústrias de transformação	-0,4	2,2	2,2	3,7
Utilidades públicas	2,6	2,0	1,3	2,7
Construção	0,3	-2,0	-1,2	1,8
Serviços	0,3	1,6	1,9	2,5
Comércio	0,9	1,5	2,2	2,6
Transporte	0,3	0,9	1,3	2,1
Outros serviços	0,6	2,5	2,6	3,2
Administração pública	-0,2	0,0	0,3	1,0
Brasil				
PIB	0,4	2,2	2,5	3,2
Valor Adicionado de todas as atividades	0,3	2,4	2,6	3,0
Agropecuária	-0,1	10,1	10,1	5,8
Indústrias	0,5	1,1	1,7	2,4
Indústrias extrativas	5,4	8,7	4,5	1,0
Indústrias de transformação	-0,5	0,0	1,3	3,1
Utilidades públicas	-2,7	-4,0	-1,2	-0,6
Construção	-0,2	0,2	1,8	3,6
Serviços	0,6	2,0	2,0	2,9
Comércio	0,0	0,9	1,5	2,9
Transporte	1,0	1,3	1,2	2,2
Outros serviços	0,9	3,1	3,0	3,8
Administração pública	-0,4	0,2	0,3	1,0

Fonte: IBGE, Coordenação de Contas Nacionais (Conac), FJP, Coordenação de Contas Regionais (CCR).
Nota: Estimativas preliminares, sujeitas a revisão.

vendas de artigos de vestuário e calçados e de veículos automotores. Nos transportes, o modal aéreo tem se destacado como o de maior dinamismo e, nos outros serviços, houve contração do nível de atividade de comunicação, profissionais e administrativas, turismo e serviços prestados às famílias. Neste mesmo seg-

mento, houve expansão do volume das operações de crédito no segundo trimestre, o que indica dinamismo no setor financeiro. Já para o volume de valor adicionado criado pelas atividades da administração pública, estimou-se retração na comparação com o trimestre imediatamente anterior na série sazonal."

Vallourec é escolhida pela Petrobras para apoiar projetos OCTG offshore no valor de US\$ 1 bilhão



Schmidt Studio



A Vallourec, líder mundial em soluções tubulares premium sem costura, conquistou um expressivo contrato da Petrobras, como resultado de um processo licitatório dedicado ao fornecimento de produtos e serviços OCTG (tubos de revestimento e produção para a indústria petrolífera). Este contrato servirá a Petrobras em suas operações offshore no período de 2026 a 2029, podendo gerar uma receita total de até 1 bilhão de dólares e representando a maior concessão, tanto em volume quanto em receita, desde a adoção da estratégia de licitações públicas por parte da Petrobras.

O acordo abrange todo o escopo de fornecimento de materiais OCTG demandados pela Petrobras em seus poços offshore, englobando tubos sem costura e conexões premium VAM® em diâmetros de 4.5" a 18" em aço carbono e aço inoxidáveis, além de seus acessórios associados. A Vallourec também fornecerá uma completa gama de serviços de alto valor agregado, tanto onshore quanto offshore, desde apoio à engenharia e gestão de materiais até a preparação pré-embarque, supervi-

são offshore e inspeções e reparos em materiais que retornam das sondas, apoiando a Petrobras na otimização da eficiência operacional.

Esse sucesso reforça a liderança das conexões premium VAM® e da Vallourec Tubular Services (VTS) no Brasil.

Philippe Guillemot, presidente do Conselho Administrativo e CEO do Grupo Vallourec comentou:

“Essa conquista é uma demonstração poderosa da capacidade da Vallourec de atender aos requisitos complexos e em constante evolução de seus clientes. É uma confirmação da força e da consistência do nosso posicionamento, construído com base na excelência técnica, na presença industrial integrada no Brasil e em uma parceria duradoura com a Petrobras, baseada na confiança mútua. Gostaria de agradecer à Petrobras pela confiança renovada e a todas as equipes da Vallourec, cujo comprometimento e expertise tornaram esse sucesso possível.”

O Grupo Vallourec está entre os lí-

deres mundiais em soluções tubulares premium para os mercados de energia e para aplicações industriais exigentes, como poços de petróleo e gás, nas condições mais adversas; usinas de energia de nova geração; projetos arquitetônicos desafiadores; e equipamentos mecânicos de alto desempenho. O espírito pioneiro e a pesquisa e desenvolvimento de ponta da Vallourec abrem novas fronteiras tecnológicas. Com cerca de 15 mil empregados dedicados e motivados em mais de 20 países, a Vallourec trabalha lado a lado com seus clientes para oferecer mais do que apenas tubos: oferece soluções tubulares inovadoras, seguras, competitivas e inteligentes para tornar cada projeto possível.

No Brasil, a Vallourec está presente há mais de 70 anos e conta com um processo integrado e autossustentável, onde fabrica as principais matérias-primas para a produção de tubos de aço sem costura de altíssima qualidade. A Empresa abastece importantes setores da economia nacional e internacional, e sua trajetória vem sendo trilhada com cuidado e responsabilidade, sustentada pelos compromissos ESG.

Empresas brasileiras migram para os EUA em busca de previsibilidade tributária

Brasileiros procuram alternativas internacionais para ganhar eficiência e estabilidade fiscal diante de custos altos e incertezas legais



O ambiente de negócios no Brasil continua sendo um dos mais complexos do mundo no que diz respeito à tributação. Segundo estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), as empresas gastam em média 1.958 horas por ano apenas para lidar com obrigações fiscais, o que representa um custo estimado de R\$ 60 bilhões anuais. O excesso de obrigações acessórias, a complexidade das fiscalizações e a constante atualização da legislação tributária criam um cenário de insegurança e altos custos operacionais.

Adriano Murta, advogado especialista em direito tributário internacional, destaca que muitas empresas perdem tempo e recursos tentando se adequar às regras fiscais complexas. "Empresários enfrentam um verdadeiro labirinto tributário no Brasil. A burocracia não é apenas um custo financeiro, mas também um custo de oportunidade porque tira o foco da expansão e inovação do negócio", afirma.

Diante do cenário, cresce a tendência de empresas brasileiras transferirem parte ou toda a operação para países com sistemas tributários mais previsíveis. "Nos Estados Unidos o compliance é simplificado, o planejamento

de longo prazo é viável e o empresário consegue concentrar energia na expansão do negócio", diz o especialista.

Apesar de algumas iniciativas para simplificar o sistema tributário, os desafios persistem. Segundo pesquisa do Núcleo de Direito Tributário da FGV Direito SP, publicada em março de 2025, apenas 13 dos 27 estados possuem legislações específicas sobre a transação tributária, um método alternativo de resolução de conflitos entre fisco e contribuinte. "A ausência de regulamentação uniforme nos estados ainda gera insegurança. Empresas enfrentam regras distintas e precisam de orientação especializada para aproveitar esse instrumento de forma segura."

O planejamento tributário surge como ferramenta essencial nesse cenário. Ele permite a redução legal de impostos, aumenta a previsibilidade financeira e fortalece o fluxo de caixa das empresas. Erros comuns como escolha inadequada do regime tributário, desconhecimento de benefícios fiscais e falhas contábeis podem gerar multas severas e comprometer a saúde financeira do negócio.

Entre os principais benefícios fiscais disponíveis estão o Simples Na-

cional, que unifica impostos e reduz a carga para pequenos negócios; a desoneração da folha, que substitui encargos sobre salários por percentual sobre faturamento; créditos de PIS/Cofins no regime de não cumulatividade; e incentivos setoriais como a Lei do Bem ou isenções estaduais e municipais. Mesmo assim, a constante atualização da legislação exige acompanhamento técnico e suporte especializado para manter a competitividade.

"Nos EUA, a previsibilidade tributária e a menor burocracia permitem que empresas se concentrem em crescer e inovar, em vez de se preocupar com a quantidade de declarações e exigências fiscais. Isso tem atraído tanto grandes corporações quanto pequenas empresas que buscam estabilidade e segurança jurídica", explica o advogado.

Além do impacto operacional, empresários também buscam proteger o patrimônio e diversificar investimentos em moeda forte. A exposição internacional oferece acesso a mercados de ações globais, imóveis em cidades estratégicas como Miami e Orlando, títulos de renda fixa e setores de alto crescimento como tecnologia, biotecnologia e energias renováveis.

"A migração de operações para países com regimes fiscais claros não é apenas uma estratégia tributária, é também uma decisão de gestão estratégica. Proporciona segurança jurídica, redução de riscos e liberdade para investir no crescimento da empresa", conclui Murta.

Adriano Murta é o fundador e líder da M&P Capital Investments, especializada em assessoria e consultoria para investimentos no mercado financeiro e imobiliário dos Estados Unidos.

Contratação por hora trabalhada é defendida pelo presidente do Sistema Fecomércio MG, Nadim Donato

Durante o evento ContaRH, no Sesc Palladium, na manhã desta quinta-feira (11), o presidente do Sistema Fecomércio MG, Nadim Donato, disse que, diante das mudanças no mercado de trabalho, com escassez de mão de obra crescente para comércio e serviços, a solução é a contratação de funcionários por hora trabalhada com a manutenção dos direitos trabalhistas.

“Podemos ter um trabalhador que trabalha quatro horas, outro que trabalha oito, da forma que ele achar melhor”, frisou. Segundo Nadim, ele vai apresentar a proposta à Confederação Nacional do comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e já conversa com deputados do Partido dos Trabalhadores (PT) sobre o assunto.

A forma de implementar a contratação por hora trabalhada, conforme Nadim, pode ser resolvida com tecnologia. “Temos o sistema financeiro mais avançado do mundo em tecnologia assim como a Receita Federal que é altamente eficiente. Podemos usar um sistema para fazer a contratação por hora trabalhada da mesma forma”, avaliou.

Para o presidente do Sistema Fecomércio MG, os salários “péssimos” do comércio contribuem para o setor vender menos e por isso é preciso adotar medidas para mudar a situação. Há 43 anos empresário do comércio, Nadim Donato também reclamou da uberização que atrai trabalhadores para serem entregadores diversos sem proteção previdenciária que também sobrecarregam o SUS penalizando governos e prefeituras com gastos cada dia maiores.



“A uberização prejudica muito o SUS, mas prejudica ainda mais a nós empresários porque ela tira o trabalhador da CLT”, destacou. Segundo Nadim, se o público jovem não quer CLT, é preciso valorizar o modo que ele quer trabalhar e por isso a indicação de proposta de contratação por hora remunerada. “Para mim, 6X1 é passado”, afirmou, enfatizando que a manifestação era feita do ponto de vista pessoal.

O presidente explicou que é possível mudar comportamentos em relação à contratação de mão de obra e citou a Campanha 50+ que o Sistema Fecomércio MG criou no começo do ano. “Antes a pessoa com mais de 50 anos não procurava emprego porque temia competir com os mais jovens. Hoje, depois que passamos a procurar por eles, temos pessoas de 50, 60 e 70 anos empregados no comércio em Minas Gerais”, disse.

Esse público, conforme Donato, também pode ser beneficiado pela con-

tratação por hora trabalhada. “Não importa se a pessoa é mais nova ou aposentada, podemos trazer esse pessoal para o mercado de trabalho”, concluiu.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio MG) é a principal entidade representativa do setor do comércio de bens, serviços e turismo no estado, que abrange mais de 750 mil empresas e 54 sindicatos. Sob a presidência de Nadim Elias Donato Filho, a Fecomércio MG atua como porta-voz das demandas do empresário, buscando soluções através do diálogo com o governo e a sociedade. Outra importante atribuição da Fecomércio MG é a administração do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) em Minas Gerais. A atuação integrada das três casas fortalece a promoção de serviços que beneficiam comerciantes, empresários e a comunidade em geral, a partir de suas diversas unidades distribuídas pelo estado.

Grupo SADA investe R\$ 1,1 bilhão na produção de etanol de milho em Goiás e Minas Gerais

Um terço da unidade de Goiás já está concluída e a operação deve começar em agosto de 2026

Investimento em usinas 'flex' reforça a visão de futuro do Grupo, que aposta em mercado promissor de biocombustíveis e na diversificação do seu portfólio

Grupo inicia road show em busca de parcerias com produtores de milho



O Grupo SADA - maior conglomerado de logística e transporte de veículos zero quilômetro da América Latina - anuncia o investimento de R\$ 1,1 bilhão em dois projetos inovadores de etanol de milho, que estão sendo implementados em usinas localizadas nas cidades de Jaíba (MG) e Montes Claros de Goiás (GO). Com a adaptação para a modalidade "flex" nas usinas, o Grupo SADA terá a capacidade de operar de forma contínua durante todo o ano, com maior eficiência e sinergia, atenuando a sazonalidade da cana-de-açúcar e garantindo uma oferta mais estável de biocombustível no mercado.

Para assegurar o fornecimento de milho, o Grupo inicia, em setembro, road shows voltados a produtores nos municípios de Canarana e Querência (MT), Rio Verde e Paraúna (GO) e Luis Eduardo Magalhães (BA). Outras edições, ainda com datas a serem definidas, ocorrerão nas cidades de Montes Claros de Goiás (GO) e Jaíba (MG). O objetivo é estabelecer parcerias sólidas para o abastecimento contínuo das novas operações.

“O dinamismo desse mercado é visível e este investimento é estratégico para ampliar a nossa atuação na agroindústria, diversificar o nosso

portfólio e fortalecer nossa posição em um dos segmentos mais promissores da economia brasileira. A ideia é aproveitar a alta demanda por soluções que unem a presença no setor em que o Brasil é competitivo com a necessidade de produção de energia renovável”, explica Vittorio Medioli. O fundador e presidente do Grupo SADA explica ainda que a produção de etanol de milho será complementar à operação da SADA Combustíveis por meio de suas 11 bases de distribuição em 9 estados do país.

De acordo com a União Nacional do Etanol de Milho (UNEM), a produ-



ção de etanol de milho deverá atingir 15 bilhões de litros anuais até 2032, impulsionada por novos projetos e pela utilização do cereal de segunda safra. O investimento do Grupo SADA acompanha esse robusto crescimento do setor de agroindústria de biocombustíveis no Brasil e se destaca pela visão de longo prazo e pelo uso inteligente de recursos.

A energia será gerada por meio da queima do bagaço da cana e a reconfiguração das usinas permitirá o reaproveitamento das caldeiras, turbinas a vapor, geradores de energia e sistemas de tratamento, reuso e refrigeração de águas industriais

O investimento nas usinas também permitirá o incremento na receita com a venda dos coprodutos gerados no processo, como o farelo DDGS (Grãos Secos de Destilaria com Solúveis, em português), que é um coproduto da produção de etanol de milho, muito utilizado como matéria-prima para a fabricação de ração animal por seu alto valor proteico, e do óleo vegetal. Em Montes Claros de Goiás, a previsão é de um volume de 123 mil toneladas/ano de DDGS e de 7,5 mil litros de óleo de milho. Outra vantagem da integração do milho com a cana é a utilização da biomassa que sobra da cana (bagaço) e que pode ser utilizada para gera-

ção de vapor e energia necessários à fermentação do milho.

DETALHES DOS PROJETOS

Usina Eber Bio (Montes Claros de Goiás - GO):

Andamento: Obras iniciadas no primeiro semestre de 2025, com 30% de execução já concluídos;

Capacidade: A unidade terá capacidade de armazenagem de 160 mil toneladas/ano;

Produção: Produção de etanol de milho prevista em 180 milhões de litros/ano.;

Coprodutos: Previsão de 123 mil toneladas/ano de farelo DDGS e 7,5 mil litros de óleo de milho, produtos valiosos para a fabricação de ração animal

Cronograma: Previsão de início da operação da produção industrial no segundo semestre de 2026

Usina SADA Bioenergia (Jaíba - MG):

Andamento: Projeto em fase de licenciamento ambiental;

Capacidade: Capacidade de armazenagem de 120 mil toneladas de milho.;

Produção: Produção de etanol de milho prevista em 180 milhões de litros/ano;

Cronograma: Previsão de conclusão do silo em setembro de 2026, com início da operação da produção industrial em 2027

O Grupo SADA é composto por mais de 30 empresas de diversos segmentos de mercado, sendo o principal o de logística e transporte de veículos zero quilômetro, e forma o maior conglomerado desse negócio na América Latina. Sua solidez está alicerçada em uma história de 49 anos e na visão de um futuro inovador, que transforma e colabora com o desenvolvimento do país.

Presente em mais de 50 cidades em todas as regiões brasileiras, conta também com operações na Argentina e Uruguai. O conglomerado emprega mais de 8 mil pessoas nas áreas de transporte e logística, fundição, produção de etanol e distribuição de combustíveis, componentes automotivos, reflorestamento, comunicação, esporte, terceiro setor, concessionárias de automóveis de passeio e de carga.

Banco Mercantil lança cartão consignado premium e traz Roberto Carlos em nova campanha

Com foco no público 50+, banco faz lançamento voltado aos novos clientes e acredita em ampliação de seus negócios utilizando o cantor como protagonista deste novo momento



Vencedor do 27º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores – MercadoComum 2025, o Banco Mercantil, instituição financeira com sede em Belo Horizonte – MG e voltada ao público 50+, lançou no dia 22 de setembro, em rede nacional, sua nova campanha de marketing, com foco no segmento de cartões e no reforço de sua marca junto aos clientes. Sob o slogan “O banco de quem sabe viver”, a instituição financeira buscou, para protagonizar este novo momento, o cantor Roberto Carlos.

Criada pela agência Kind Branding, a ação publicitária começa a ser veiculada em um momento muito favorável para o Banco Mercantil. Com 82 anos de mercado, a instituição carrega em sua história atributos como tradição e segurança. Desde que direcionou seu modelo de negócios para o público 50+, em 2017, a instituição

vem registrando crescimento sólido e consistente: já são 11 trimestres consecutivos resultados recordes desde o final de 2022, com lucro líquido de R\$ 243 milhões registrados no segundo trimestre de 2025 e expansão de mais de 70% em sua base de clientes nos últimos três anos, totalizando hoje 9,1 milhões.

A nova campanha também acompanha o movimento de expansão regional do banco, que desde 2024 se posiciona na direção oposta de outras instituições e continua abrindo novas agências em capitais e cidades estratégicas pelo país, reforçando o compromisso de estar próximo de seus clientes com o atendimento presencial, uma das principais demandas desse público.

“Temos um negócio sólido, construído com responsabilidade e foco nas necessidades dos nossos clientes. Mas

queremos ir além, estando na memória e no coração do público, o que nosso novo embaixador, Roberto Carlos, consegue fazer muito bem. Isso reforça nosso compromisso em transformar potencial em realidade, mostrando que acreditamos no poder da maturidade e na capacidade de prosperar ou recomeçar em qualquer fase da vida. Mais do que presença, buscamos relevância, e nossa ambição é ser a marca Top of Mind entre os 50+”, diz Gustavo Araújo, CEO do Banco Mercantil.

NOVO CARTÃO E BENEFÍCIOS PREMIUM

Além de fortalecer o posicionamento institucional, a campanha apresenta o novo Cartão Mercantil Diamante, com benefícios premium, algo incomum para cartões consignados, incluindo o Meu+. O serviço, lançado no início deste ano, contem-

pla um pacote de assistências voltadas à saúde, bem-estar, odontologia e cuidados com pets, entre outras, sob preço abaixo daqueles normalmente praticados pelo mercado.

Esse movimento acompanha a tendência de crescimento nos meios eletrônicos de pagamento no Brasil. No segundo trimestre deste ano, os cartões foram responsáveis por transacionar cerca de R\$ 1 trilhão, com alta de 10,4% em relação ao ano anterior, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs). Somente na modalidade de crédito foram R\$ 763,5 bilhões em transações.

Segundo Bruno Simão, vice-presidente de Clientes, Crescimento e Marketing do Banco Mercantil, a campanha reforça a estratégia de branding da instituição ao associar sua imagem a um ícone popular de forte identificação com o público. “Apostamos na força da imagem do Roberto Carlos para ampliar nossa conexão com o público do banco e ampliar o compromisso de tratar o cliente como um rei. Roberto é o maior ídolo da nossa música popular e carrega uma trajetória de credibilidade e carisma que dialoga diretamente com nossos valores.”

O filme que marca o lançamento da campanha em todo o país será veiculado pela primeira vez nesta segunda-feira (22/09), em um dos intervalos do Jornal Nacional, da TV Globo. A trilha sonora escolhida é a música “É preciso saber viver”, gravada por Roberto em 1974 e composta por ele e seu parceiro e amigo, Erasmo Carlos (1941-2022). Segundo a agência Kind Branding, a canção tem sintonia com o conceito da campanha: mostrar que os clientes 50+ sabem viver e podem contar com o Banco Mercantil em todas as etapas de suas vidas.

A mensagem do filme destaca a valorização do público 50+ e toda a ação contará com presença multiplataforma, incluindo veiculações em TV aberta e fechada, emissoras de rádio, mídias di-



gitais e out of home. A campanha será veiculada até o final deste ano.

HISTÓRICO JUNTO A ÍCONES DA MÚSICA BRASILEIRA

Esta é a segunda vez que o Banco Mercantil faz parceria com um grande artista da música brasileira. Em 2022, em uma campanha mais regional, o escolhido foi o cantor Fábio Jr. Na ocasião, ele interpretou uma versão revisitada de “20 e poucos anos”, sucesso de 1979 especialmente adaptado para dialogar com o público 50+, com uma leitura mais madura e afetiva da canção.

A contratação de Roberto Carlos para a campanha atual reforça a estratégia do Banco Mercantil em associar sua marca a valores como confiança,

proximidade, credibilidade e simplicidade, também atribuídos pelos fãs à imagem do cantor. Ele participou de apenas duas ações semelhantes ao longo de seus mais de 60 anos de carreira, o que amplia a relevância e o impacto da nova parceria.

O Banco Mercantil vem passando por uma importante transformação nos últimos anos, pautada no investimento em inovação, dados, tecnologia e pessoas. Contando com mais de 9 milhões de clientes, o banco tem foco no público com 50 anos ou mais, e carrega em seu DNA o propósito de oferecer a seus clientes uma experiência única. A instituição possui uma rede com mais de 320 pontos de atendimento distribuídos em quase 250 cidades pelo país.

Trajetória de Zé Mineiro, fundador da JBS, é celebrada no Beef Dinner 2025

Contribuição do empresário para a transformação da pecuária brasileira foi reconhecida no evento realizado pela Datagro

A primeira edição do Beef Dinner 2025, evento promovido pela consultoria Datagro para celebrar a pecuária nacional, homenageou um dos nomes mais emblemáticos do setor: José Batista Sobrinho, o Zé Mineiro, fundador da JBS. A celebração, realizada na quinta-feira (18) no Palácio Tangará, em São Paulo, reconheceu a visão empreendedora que transformou um pequeno negócio familiar em uma das maiores empresas de alimentos do mundo.

“Fico muito agradecido por essa bela homenagem. É uma grande honra estar com vocês hoje. Não esperava um evento lindo como esse, fico muito grato”, disse Zé Mineiro ao receber a homenagem.

A jornada de Zé Mineiro começou em 1953, com a abertura de sua “Casa de Carnes Mineira” em Anápolis, no Estado de Goiás. Aos poucos, ele construiu seu nome no mercado, dando um salto decisivo com a construção de Brasília, quando se tornou um dos primeiros a fornecer carne para os operários da nova capital.

Sua visão se consolidou em 1970, quando adquiriu seu primeiro frigorífico em Formosa (GO) e, com isso, criou a marca Friboi. Hoje a JBS está presente em 17 países, com 600 unidades produtivas e escritórios atendendo mais de 300 mil clientes em 180 mercados.

“É um sentimento de muito orgulho ver nosso pai, com toda a história que tem no setor, ser homenageado durante o evento. Ele começou do nada, mas sempre trabalhou muito duro, respeitando as pessoas e cumprindo com a sua palavra. O sucesso da JBS hoje foi projetado com as oportunidades que



ele viu e os valores que instituiu há 72 anos”, disse Wesley Batista, acionista controlador da JBS e que começou a trabalhar com o pai aos 17 anos.

A homenagem no Beef Dinner, que também reconheceu o pecuarista Antônio Campanelli, celebra o legado de Zé Mineiro: uma história de persistência, humildade e um trabalho incansável que foi fundamental para a transformação da pecuária brasileira em um pilar da economia global. O reconhecimento a essa trajetória serve para reforçar que o sucesso da indústria da carne no Brasil é construído sobre as bases sólidas de líderes com uma visão de longo prazo.

“O reconhecimento a lideranças que ajudaram a moldar o setor mostra como a pecuária brasileira constrói sua trajetória com base em trabalho, inovação e visão de longo prazo. Esse encontro simboliza a celebração de uma história que ainda tem muito a contribuir para o Brasil e para o mundo”, destaca João Otávio Figueiredo, head de Pecuária da Datagro.

A JBS é uma empresa global líder em alimentos, com um portfólio diversificado de produtos de alta qualidade, incluindo frango, suínos, bovinos, cordeiros, peixes e proteínas vegetais. A companhia emprega mais de 280 mil pessoas e opera em mais de 20 países, como Brasil, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália e China. No mundo todo, a JBS oferece um amplo portfólio de marcas reconhecidas pela excelência e inovação, como Friboi, Seara, Swift, Pilgrim’s Pride, Moy Park, Primo, Just Bare, entre outras, que chegam diariamente à mesa de consumidores em 180 países. A empresa também investe em negócios correlatos, como couro, biodiesel, colágeno, fertilizantes, envoltórios naturais, soluções para gestão de resíduos sólidos, reciclagem e transporte, com foco na economia circular. A JBS prioriza um programa de segurança alimentar de excelência, adotando as melhores práticas de sustentabilidade e bem-estar animal ao longo de sua cadeia de valor, com o objetivo de alimentar o mundo de forma mais sustentável.

SEST SENAT celebra mais um ano de compromisso com o transporte no Brasil



No dia 14 de setembro, o SEST SENAT comemorou 32 anos de atuação dedicada a transformar vidas e fortalecer o setor de transporte em todo o Brasil. Desde a sua criação, a Instituição se consolidou como referência nacional em saúde, qualidade de vida, qualificação profissional, esporte, cultura e lazer – sempre com o compromisso de cuidar de quem se move o país.

Ao longo dessa trajetória, milhões de trabalhadores do transporte e seus familiares já foram atendidos em mais de 170 unidades operacionais da rede, que oferecem serviços acessíveis, de qualidade e com tecnologia de ponta.

Entre os destaques estão os aten-

dimentos especializados em odontologia, fisioterapia, nutrição e psicologia; cursos presenciais e cursos de capacitação; e espaços de esporte e lazer que promovem bem-estar e hábitos saudáveis. Também se destacam os projetos alinhados à agenda ESG, com foco em sustentabilidade e responsabilidade social.

Neste ano, a celebração ganhou ainda mais destaque com a campanha institucional estrelada pelo cantor Daniel. Com o mote “Tem sempre um SEST SENAT perto de você”, a iniciativa valoriza a saúde, qualificação e acolhimento, reforçando o papel da Instituição no desenvolvimento nacional e na vida dos trabalhadores do transporte, de suas famílias e da sociedade em geral.

“O SEST SENAT nasceu com a missão de cuidar das pessoas que estão por trás do volante, das cargas e dos passageiros. Hoje, celebramos uma trajetória marcada pela inovação, pelo cuidado e pelo compromisso com toda a sociedade”, afirma a diretora executiva nacional, Nicole Goulart.

Mais do que comemorar o passado, o aniversário é um convite a olhar para o futuro. O SEST SENAT segue firme em sua missão de valorizar os trabalhadores, apoiar as empresas do setor e contribuir para um transporte cada vez mais eficiente, humano e sustentável. É uma história construída junto com quem faz o Brasil se mover e que continua acelerando rumo ao futuro.

FETCEMG participa de solenidade dos 62 anos da NTC&Logística e da Medalha de Mérito do Transporte NTC, em Brasília (DF)



No dia 17 de setembro, o presidente da FETCEMG, Gladstone Lobato, acompanhado de outras lideranças do transporte rodoviário de cargas de Minas Gerais, esteve presente em Brasília (DF) na cerimônia de entrega da 37ª Medalha de Mérito do Transporte NTC, promovida pela Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística).

O evento, um dos mais tradicionais do setor, marcou também a celebração

dos 62 anos da entidade e do Dia do Transportador Rodoviário de Cargas, data que enaltece a relevância da atividade para a economia e para a sociedade brasileira.

Entre os homenageados deste ano, destaque para Eliana Waléria de Souza Costa, ex-supervisora do SEST SENAT em Minas Gerais e atual Diretora-Adjunta do Instituto de Transporte e Logística (ITL), que recebeu a Medalha em reconhecimento à sua trajetória e contribui-

ção para o fortalecimento do setor.

A solenidade reuniu autoridades, empresários e representantes de todo o Brasil para celebrar a importância do TRC para a economia e para a sociedade. Entre eles estavam os diretores da FETCEMG, Adalcir Lopes e Juliana Martins; o presidente do SETCEMG, Antonio Luis da Silva Junior; o presidente do Sistema Transporte, Vander Costa; representantes dos núcleos da COMJOVEM do estado; entre outros.

Stellantis Financial Services Brazil alcança recorde histórico com emissão de R\$ 1,7 bilhão em Letras Financeiras

A Stellantis Financial Services Brazil (SFS-BR), por meio da Stellantis Financiamentos, concluiu sua terceira emissão de Letras Financeiras, atingindo o volume recorde de R\$ 1,7 bilhão, o maior já registrado entre bancos de montadoras no país.

“Este resultado comprova a confiança do mercado na Stellantis Financial Services Brazil e confirma a velocidade do nosso amadurecimento no país. O crescimento consistente da carteira de crédito da Stellantis Financiamentos e do Banco Stellantis, aliado à qualidade de nossas operações, demonstra que estamos no caminho certo: oferecer soluções completas e de excelência para nossos clientes. Esse marco nos inspira a seguir com determinação, ampliando nosso papel no financiamento automotivo e consolidando nossa posição como referência no setor”, afirma Dominique Signora, CEO da Stellantis Financial Services no Brasil e América do Sul.

As duas primeiras ofertas públicas de Letras Financeiras foram conduzidas pelo Banco Stellantis, com forte demanda e resultados relevantes no mercado. Agora, a Stellantis Financiamentos, braço operacional da SFS-BR dedicado ao financiamento direto aos clientes finais das marcas da Stellantis, realiza sua primeira emissão, alcançando o volume histórico de R\$ 1,7 bilhão, o maior já registrado entre bancos de montadoras no Brasil.

A operação foi coordenada pelo Banco Santander e pelo Banco Bradesco BBI, estruturada em quatro séries, com prazos entre 2 e 4 anos, e contou com a participação de mais de 40 investidores institucionais. O resultado reforça a solidez da Stellantis Financial



Services Brazil e evidencia o amadurecimento de suas operações no país.

“A transação teve participação de cerca de 40 investidores e demanda de 1,6 vezes o tamanho da oferta. Estes 2 aspectos, aliados ao fato de que esta transação foi a maior oferta pública de LF já feita por um banco de montadora no Brasil, demonstram que o mercado continua conferindo credibilidade à estratégia da Stellantis Financial Services Brasil”, ressalta Lucas Fernandes, CFO da Stellantis Financial Services Brazil.

NOVA ESTRUTURA FINANCEIRA

Com a reestruturação dos serviços financeiros, a Stellantis Financial Services Brazil consolidou, em 2023, uma nova estrutura composta por três divisões operacionais: Banco Stellantis, Stellantis Financiamentos e Stellantis Locadora.

O Banco Stellantis passou a ser responsável pelo financiamento aos concessionários de todas as marcas da

Stellantis no Brasil (Abarth, Citroën, Fiat, Jeep, Peugeot e Ram), além das operações de crédito para frotistas. Também oferece soluções financeiras para fornecedores, cartões de crédito e outras operações estruturadas.

A Stellantis Financiamentos é responsável pelas atividades de varejo, atendendo clientes finais de todas as marcas da companhia no Brasil, tanto em financiamentos quanto em operações de seguros e consórcios.

Lançada em agosto de 2024, a Stellantis Locadora oferece serviços de terceirização de frotas para pequenas, médias e grandes empresas. Voltada ao público B2B, a operação disponibiliza diferenciais como ampla cobertura da rede, emplacamento, veículos reserva, gestão de pneus e multas, condutores adicionais, além de compra e entrega do veículo. Para o público B2C, a Stellantis Serviços Financeiros oferece a assinatura de veículos zero-quilômetro das marcas Fiat e Jeep. Os clientes de terceirização de frotas contam com cobertura

FECOMÉRCIO MINAS GERAIS inicia a construção da nova sede em Belo Horizonte



O presidente do Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac, Nadim Donato, com Ítalo Aurélio Gaetani (Construtora Castor LTDA.) e Rogério Labriola (Privilège Construtora LTDA.), assinam contrato para construção da nova sede

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais – Fecomércio MG, assinou no dia 16 de setembro o contrato para a construção da sua nova sede em Belo Horizonte - Minas Gerais. Localizado na Avenida Raja Gabaglia, 1300, no bairro Gutierrez, o empreendimento de 9 andares promete ser um marco de modernidade e funcionalidade na região. Com um investimento estimado em 90 milhões de reais, a Federação oferecerá uma estrutura completa e integrada com Sesc e Senac abrigando em um só local, todos os serviços do Sistema, facilitando o acesso e a interação para os usuários e empresários do comércio de bens, serviços e turismo do Estado.

Além disso, o edifício contará com espaços dedicados ao comércio, geran-

do oportunidades e movimentando a economia local. Planejada para ser executada em duas etapas, a primeira parte da obra tem com previsão de entrega em março de 2027, abrangendo os primeiros quatro andares que serão destinados ao comércio. A segunda fase, que incluirá os outros cinco andares restantes, será dedicada às instalações da Fecomércio, Sesc e Senac.

O contrato de construção foi assinado hoje pelo presidente do Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac, Nadim Donato, pelo sócio-administrador da Construtora Castor LTDA., Ítalo Aurélio Gaetani, e pelo sócio-administrador da Privilège Construtora LTDA., Rogério Labriola. Para Nadim Donato, a nova sede é um passo fundamental para o futuro

da instituição. “A construção desta nova sede representa nosso compromisso em evoluir e oferecer uma infraestrutura de ponta. É um investimento importante no amanhã dos empresários mineiros e na qualidade dos serviços que oferecemos, consolidando nossa posição como um pilar de apoio e desenvolvimento para os setores que representamos em Minas Gerais”, destacou.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio MG) é a principal entidade representativa do setor do comércio de bens, serviços e turismo no estado, que abrange mais de 750 mil empresas e 54 sindicatos. Sob a presidência de Nadim Elias Donato Filho, a Fecomércio MG atua como porta-voz das demandas do empresariado, buscando soluções através do diálogo com o governo e a sociedade. Outra importante atribuição da Fecomércio MG é a administração do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) em Minas Gerais. A atuação integrada das três casas fortalece a promoção de serviços que beneficiam comerciantes, empresários e a comunidade em geral, a partir de suas diversas unidades distribuídas pelo estado.

Desde 2022, a Federação tem se destacado na agenda pública, promovendo discussões sobre a importância do setor para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais. A Fecomércio MG trabalha em estreita colaboração com a Confederação Nacional do Comércio (CNC), presidida por José Roberto Tadros, para defender os interesses do setor em âmbito municipal, estadual e federal. A Federação busca melhores condições tributárias para as empresas e celebra convenções coletivas de trabalho, além de oferecer benefícios que visam o fortalecimento do comércio. Com 86 anos de atuação, a Fecomércio MG é fundamental para transformar a vida dos cidadãos e impulsionar a economia mineira.

Cemig conquista 1º lugar no Prêmio CIER de Inovação com projeto para redes elétricas inteligentes

Companhia mineira é destaque entre finalistas de toda a América Latina

A Cemig, que é vencedora do 27º Prêmio Minas - Desempenho Empresarial - Melhores e Maiores 2025 conquistou o primeiro lugar no Prêmio CIER de Inovação 2025, na categoria Descentralização, com o projeto “Compensador ativo para melhoria da qualidade das redes elétricas inteligentes do futuro”. O reconhecimento, um dos mais importantes do setor elétrico na América Latina, reforça o protagonismo da companhia no desenvolvimento de soluções estratégicas para a transição energética.

A premiação, promovida pela Comissão de Integração Energética Regional (CIER), recebeu 107 projetos na etapa inicial e contou com a participação de 14 empresas na Plataforma de Inovação. Na fase latino-americana, um comitê técnico formado por especialistas de diversos países avaliou 29 projetos finalistas e cinco empresas, entre elas a Cemig, que alcançou a primeira colocação.

“Este reconhecimento no Prêmio CIER reafirma, mais uma vez, o nosso compromisso com um futuro sustentável. Mais do que um avanço tecnológico para redes inteligentes, o projeto do compensador ativo é uma ferramenta essencial para a transição energética, pois fortalece nosso sistema para integrar fontes renováveis de forma segura e eficiente”, ressalta o diretor de Estratégia, Sustentabilidade e Inovação, Denis Mollica.

Já o vice-presidente de Distribuição da Cemig, Marney Antunes, destacou que a conquista reconhece o empenho técnico e a seriedade do trabalho desenvolvido pela companhia.



“Receber este prêmio é motivo de grande orgulho para todos nós da Cemig. Ele representa o reconhecimento de um trabalho sério, técnico e comprometido com a inovação e a excelência no setor elétrico. Mais do que uma conquista, é um estímulo para que continuemos investindo no desenvolvimento de projetos que tragam eficiência, sustentabilidade e valor para a sociedade. Premiações como esta reforçam a importância de iniciativas que transformam desafios em soluções e consolidam o papel da companhia como referência em distribuição de energia”, afirma.

PROJETO PREMIADO É ALIADO NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O projeto vencedor, desenvolvido no âmbito do Programa de P&D da ANEEL sob o número 04950-0681/2024, tem como foco a criação de um compensador ativo nacionalizado, um equipamento dinâmico e adaptável às condições da rede de distribuição de média tensão.

A solução apresenta benefícios como a redução de perdas financeiras com compensações por sobretensão aos clientes, a otimização de investimentos ao evitar a necessidade de

reestruturação de redes e o fortalecimento da confiabilidade do sistema elétrico. Além disso, a tecnologia é considerada uma importante aliada da transição energética, por facilitar a integração de fontes de geração distribuída, como a solar fotovoltaica.

A Cemig também obteve reconhecimento em outras frentes da premiação. Na categoria Digitalização, foi destaque com o projeto EPI Inteligente, um produto associado ao Equipamento de Proteção Individual que integra medidas voltadas para a integridade dos profissionais em ambientes desafiadores. Já na categoria Descarbonização, conquistou a terceira colocação com o Bess Móvel – Plug & Play, uma solução inovadora de armazenamento de energia, de baixo impacto ambiental, baseada em sistemas modulares e móveis.

CERIMÔNIA DE PREMIAÇÃO NA ARGENTINA

A cerimônia de premiação e a apresentação oficial dos projetos vencedores de cada categoria ocorrerão durante a 60ª Reunião de Altos Executivos da CIER (RAE), marcada para os dias 26 e 27 de novembro, em Mendoza, na Argentina.

Edição histórica de 40 anos da Superminas será de 21 a 23 de outubro, no Expominas, em Belo Horizonte

Além de ser o maior evento empresarial anual de Minas Gerais e o segundo maior do varejo supermercadista no Brasil, a Superminas chega a mais um marco relevante: a celebração de 40 anos de sua primeira edição, em outubro de 1985



A realização de um dos maiores encontros entre o varejo supermercadista e a indústria fornecedora no Brasil se aproxima. É a 37ª edição da Superminas Food Show (Superminas 2025), que será realizada nos dias 21, 22 e 23 de outubro, no Expominas (Avenida Amazonas, 6.200), em Belo Horizonte.

Serão três dias de negócios, exposição de marcas, lançamento de produtos, serviços e tecnologias, e muitas oportunidades de relacionamento e conhecimento. A feira contará com um espaço de quase 600 exposito-

res. Paralelamente, uma grade com mais de 70 atrações, como palestras, reuniões e painéis, transforma a Superminas também em um momento especial de aprendizado, atualização, desenvolvimento profissional e tendências.

A Superminas é realizada pela Associação Mineira de Supermercados (AMIS) e conta com o apoio do Governo de Minas, por meio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG) e do Sebrae-MG. Várias entidades empresariais e órgãos governamentais, como Ceasaminas,

FAEMG/Senar e Sistema Fecomércio-MG também participam como patrocinadoras ou expositoras, tornando o evento multissetorial.

Seguindo a tendência de crescimento contínuo, os números da Superminas deste ano deverão superar os do ano passado, quando reuniu 61,3 mil participantes. A área de feira recebeu 594 estandes, incluindo ativações de patrocinadores. Os negócios gerados durante e a partir da Superminas 2024 foram de R\$ 2,75 bilhões, valor que deverá ser superado este ano.

PÚBLICO-ALVO

Consolidada como uma interface impulsadora de conexão, inovação, desenvolvimento profissional e negócios, a Superminas atrai a atenção de empresários e profissionais de todo o varejo supermercadista, tanto de Minas Gerais, quanto de outros estados. O público-alvo é todo o segmento, representado por supermercados, atacarejos, centrais de negócios, minimercados, padarias, mercearias e comércios similares, além de atacadistas do setor.

Com a forte presença do varejo, o espaço da feira é ocupado, predominantemente, por empresas da indústria e distribuidores do ramo de alimentos, de equipamentos, de máquinas e de tecnologias, com a presença de fornecedores regionais, nacionais e mundiais do setor, de todos os portes de negócios. Mas a feira vai além e atrai todo o ecossistema que envolve o varejo supermercadista, como bancos, fintechs, consultorias e muito mais.

Como principal vitrine para apresentação de novidades ao mercado no segundo semestre, a Superminas é também o momento ideal para lançamentos de produtos visando à demanda de final de ano e do dia a dia do varejo. Segundo maior mercado estadual do setor no Brasil, o varejo supermercadista mineiro, representado na Superminas, opera 47,6 mil lojas em todo o estado e registrou faturamento de R\$ 124,7 bilhões, em números do fechamento de 2024.

VEM DE MINAS: QUALIDADE E TRADIÇÃO

Após a estreia na Superminas em 2024, o pavilhão "Vem de Minas" será, novamente, uma das grandes atrações da feira. Com o apoio da Sede-MG e Sebrae-MG, além de outras instituições importantes, como Faemg/Senar e Ceasaminas, o espaço apresenta a qualidade e a tradição da

produção que "vem de Minas" e que "vende Minas". O espaço abriga, predominantemente, empresas mineiras de pequeno porte.

O objetivo é reunir, apresentar e valorizar ainda mais a qualidade e a diversidade do que é produzido em todas as regiões do estado, ressaltando, assim, a diversidade da produção genuinamente mineira de diversos segmentos. São produtos da gastronomia que consolidam as tradições e a cultura do estado.

O espaço, além de expositores com esse perfil de negócios, terá também um estande da Ceasaminas, empresa com 44,6 mil clientes diretos em suas seis unidades, que movimentou R\$ 11,1 bilhões em negócios em 2024. O pavilhão "Vem de Minas" conta também com a participação do Sistema Faemg/Senar, que promove a valorização dos produtos do campo, a capacitação profissional e o agronegócio de Minas Gerais.

OPORTUNIDADE PARA EMPREENDIMENTOS FAMILIARES

Desde 2016, a Superminas reserva um espaço especial para potencializar o crescimento de empreendimentos familiares. É o Circuito Mineiro de Oportunidades e Negócios (CMON), que promove o acesso de empreendedores a mercados ao aproximar e inserir pequenos negócios como agricultura familiar, associações, cooperativas e pequenas indústrias ao varejo em geral. Esses empreendimentos, num total de cerca de 65, têm um espaço exclusivo dentro da feira, reservado para o contato com compradores do varejo. O CMON é uma parceria da AMIS, do Sebrae-MG e da Sede-MG.

Outro projeto de apoio aos empreendimentos familiares é o Origem Minas, iniciativa do Sebrae-MG em parceria com a Faemg, que prepara as pequenas empresas mineiras para

ofertarem produtos de qualidade no mercado, preservando a tradição da mineiridade.

AGENDA DE RELACIONAMENTO

Como forma de aproveitar o potencial e o ambiente oferecido pela Superminas, o Sebrae Minas promove a agenda de relacionamento. A ação é mais uma oportunidade para apresentação dos produtos aos varejistas e, obviamente, para incentivar os negócios e contatos entre varejistas e fornecedores de todos os portes e perfis de produtos, serviços e tecnologias.

A agenda de relacionamento é extensiva a todos os expositores da Superminas, porém, mediante adesão confirmada com antecedência. Os meios de contato são: sebraenegocios1@sebraemg.com.br e pelo telefone: (31) 99772-2765.

AÇÃO SOCIAL

Como um evento completo, pensado em todas as ações que envolvem um grande número de pessoas, equipamentos, recursos e alimentos expostos, durante a Superminas é realizada também uma ação social de recolhimento de doativos, principalmente alimentos e produtos de higiene pessoal e de limpeza, que são destinados ao programa Mesa Brasil. Esse trabalho é feito pelo Sistema Fecomércio/Sesc, realizado em parceria com o Programa Vida, que cuida das ações sociais da AMIS.

SERVIÇO:

Superminas Food Show 2025

Dias 21, 22 e 23 de outubro.

*Expominas - Belo Horizonte/MG
Avenida Amazonas, 6.200 -
Gameleira.*

www.superminas.org.br

Brasil terá 1ª Faculdade de formação de CEOs e Empreendedores com mensalidade entre R\$ 10 mil e R\$ 12 mil e apenas 50 alunos na 1ª turma

Candidatos passarão por sabatina para serem aprovados

O ensino superior brasileiro atingiu a marca de 9,98 milhões de estudantes matriculados. O crescimento foi de 5,6%, ancorado principalmente pela rede privada, que avançou 7,3% e hoje concentra 79,3% do total de matrículas. Ao mesmo tempo, o perfil empreendedor entre os jovens nunca esteve tão presente: o número de brasileiros entre 18 e 29 anos que são donos de negócio saltou de 3,9 milhões em 2012 para 4,9 milhões no último ano, tendo sido registrado o melhor resultado da série histórica sobre o faturamento dessas empresas. É nesse cenário de expansão e busca por modelos de ensino mais conectados ao mercado, que São Paulo se prepara para receber um projeto inédito no país, inspirado no ecossistema de Stanford, no Vale do Silício: será o 1º curso do país que tem como objetivo formar CEOs da Nova Economia.

A novidade chega pelas mãos do empresário Theo Braga em sociedade com Mohamed Abou Wadi, que aposta em metodologias inovadoras, com processo seletivo inspirado nos programas de trainee de multinacionais, com a realização de 2 dias de sabatina. A proposta é selecionar não apenas bons alunos, mas também talentos capazes de contribuir com networking, inovação e novos negócios já durante o processo de formação. A 1ª turma estará sediada no Itaim Bibi e terá apenas 50 alunos, reforçando o caráter exclusivo e diferenciado, com mensalidade entre R\$ 10 mil e R\$ 12 mil, refletindo um modelo educacional premium, voltado para formar líderes da Nova Economia.

Em vez de um curso convencional, o foco está em experiências práticas e acesso direto a líderes de mercado, preparando os alunos para navegar em um ambiente de negócios em constante transformação. A proposta é criar uma geração de CEOs que não apenas acompanham a evolução, mas a lideram com



visão estratégica e inovação. Outro ponto central é o corpo docente: cada disciplina será ministrada por executivos de mercado com resultados comprovados em suas áreas de atuação. “Não buscamos somente conhecimento teórico, mas sim, quem obteve resultados reais e experiências práticas que possam preparar os alunos para liderar em um ambiente de negócios altamente competitivo”, explica Theo Braga. Muitos desses executivos aplicam seus conhecimentos à frente de grandes negócios e já participam das iniciativas do projeto como mentores, entre eles: Juliano Custodio, CEO e Founder EQI Investimentos, João Kepler, CVO da Bossa Invest e CEO da Equity Group.

Com lançamento oficial ocorrido no final de setembro e início das aulas em fevereiro de 2026, em São Paulo, a PIB Education-“The New College” será expandida para todo o país. O modelo já está implementado em Santa Catarina, pelo seu fundador, Mohamad Abou Wadi, com bagagem de anos à frente de iniciativas que diferenciam os modelos de educação no Brasil. A PIB tornou-se referência em unir graduação e pós-graduação em experiências práticas.

OS DIFERENCIAIS DO MODELO PIB:

Learn by Doing: projetos reais, startups e desafios de mercado desde o primeiro semestre.

Global Business Network: acesso a líderes, investidores e executivos de referência no Brasil e no exterior.

Leadership Skills: trilhas práticas de liderança, negociação, autoconhecimento, gestão de crises e inteligência emocional.

Business Class: formação técnica em estratégia, finanças, marketing, tecnologia, ESG e vendas.

StrategyLab e Innovation Sprints: laboratórios que simulam decisões em ambientes de alta pressão, ideais para preparar os líderes que estarão à frente das grandes empresas.

Em um contexto em que, negócios digitais, inovação tecnológica e modelos disruptivos transformam setores inteiros em poucos anos, cresce a urgência por formar líderes capazes de pensar estrategicamente a nova economia, empreender e navegar em ambientes de incerteza. É essa lacuna que a PIB Education-“The New College” vai preencher: preparar profissionais que não apenas acompanhem a velocidade da transformação, mas que também estejam prontos para liderar a próxima geração de empresas da nova economia e, independente da idade, possam atuar com confiança e segurança em um mercado global, cada vez mais exigente.

Selic segue no maior patamar desde 2006 e a taxa de juros real do Brasil continua a segunda mais elevada do mundo

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira



O Comitê de Política Econômica (COPOM) do Banco Central do Brasil decidiu no dia 17 de setembro, pela manutenção da taxa básica de juros em 15% ao ano. Com isso, o Brasil continuará na 2ª posição no ranking dos países com o maior juro real do mundo, atrás da Turquia e à frente da Rússia, Colômbia e México.

A Selic atualmente está no patamar mais alto desde julho de 2006, quando passou de 15,25% para 14,75%.

A taxa de juro real do Brasil, que é o resultado do juro nominal descontada a inflação, está em 9,51% ao ano. O

juro real é formado, entre outros pontos, pela taxa de juros nominal subtraída a inflação prevista para os próximos 12 meses. A da Turquia alcança 12,34% e a Rússia em 4,79% ao ano.

Já no ranking nominal de juros, o Brasil ocupa a 4ª colocação. Com 15% ao ano, o país está atrás da líder Turquia, com 40,50%, da Argentina, com 29,00% e da Rússia, com 17,00% ao ano.

O ranking é um levantamento feito pela consultoria MoneyYou, que considera os 40 países mais relevantes do mercado de renda fixa mundial nos últimos 25 anos.

Em relatório divulgado no dia 18 de setembro, o MoneYou ressaltou que o Brasil ainda enfrenta incertezas inflacionárias, devido às preocupações com os gastos do governo e aos desafios da guerra tarifária de Donald Trump — o que impacta as decisões sobre juros.

A Argentina, que havia registrado um juro real de 6,70% na última medição da MoneYou — ficando na 3ª posição do ranking de julho — caiu para a 6ª posição em setembro, empatada com a Índia, com um juro real de 3,54%.

BRASIL TEM A SEGUNDA MAIOR TAXA DE JUROS REAIS DO MUNDO, ATRÁS APENAS DA TURQUIA E QUASE O DOBRO DO PRATICADO PELA RÚSSIA

O descolamento evidencia a rigidez da política monetária brasileira frente ao cenário global.

Na chamada “super quarta” de 17 de setembro último, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 15% ao ano, maior nível em quase 20 anos. A decisão reforça o Brasil como o segundo país com maiores juros reais do mundo (9,51%), atrás apenas da Turquia (12,34%), segundo levantamento internacional. Para Raissa Florence, diretora e economista da Oz Câmbio, esse distanciamento entre Brasil e os demais países é significativo.

“Enquanto a Rússia, que aparece em terceiro lugar, registra 4,79% de

juros reais, nós estamos quase o dobro desse patamar. Isso mostra como o ambiente monetário brasileiro ainda é bastante restritivo, refletindo a busca por controle da inflação em um cenário de incertezas externas e crescimento moderado da economia”, analisa a executiva.

O contraste internacional fica ainda mais evidente quando comparado aos Estados Unidos: no mesmo dia, o Federal Reserve reduziu a taxa de juros americana em 0,25 ponto percentual, para o intervalo entre 4% e 4,25%, iniciando um ciclo cauteloso de cortes após meses de pressão política e risco de desaquecimento do mercado de trabalho.



COPOM NÃO TROUXE NOVIDADES RELEVANTES

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu, de forma unânime, manter a taxa Selic em 15% ao ano, em linha com as expectativas do mercado. A decisão reflete a avaliação de que o atual nível de juros é suficientemente restritivo para conter pressões inflacionárias.

O comunicado manteve a leitura de um cenário externo incerto, atividade doméstica moderada, mercado de trabalho ainda dinâmico e inflação acima da meta. A projeção de in-



RANKING DE PAÍSES COM AS MAIORES TAXAS DE JUROS REAIS

1.	Turquia:	12,34%
2.	Brasil:	9,51%
3.	Rússia:	4,79%
4.	Colômbia:	4,38%
5.	México:	3,77%
6.	Índia:	3,54%
7.	Argentina:	3,54%
8.	Indonésia:	2,73%
9.	Hungria:	2,52%
10.	África do Sul:	2,29%
11.	Tailândia:	2,04%
12.	Malásia:	1,85%
13.	Israel:	1,84%
14.	China:	1,81%
15.	Hong Kong:	1,58%
16.	Filipinas:	1,46%
17.	Austrália:	1,19%
18.	França:	1,19%
19.	Cingapura:	0,80%
20.	Polônia:	0,79%
21.	Chile:	0,77%
22.	Coreia do Sul:	0,63%
23.	República Tcheca:	0,63%
24.	Dinamarca:	0,54%
25.	Itália:	0,51%
26.	Reino Unido:	0,46%
27.	Estados Unidos:	0,43%
28.	Holanda:	0,37%
29.	Bélgica:	0,14%
30.	Suécia:	-0,11%
31.	Alemanha:	-0,27%
32.	Suíça:	-0,43%
33.	Nova Zelândia:	-0,44%
34.	Espanha:	-0,67%
35.	Grécia:	-0,68%
36.	Portugal:	-0,84%
37.	Canadá:	-1,54%
38.	Taiwan:	-1,62%
39.	Japão:	-1,67%
40.	Áustria:	-2,03%

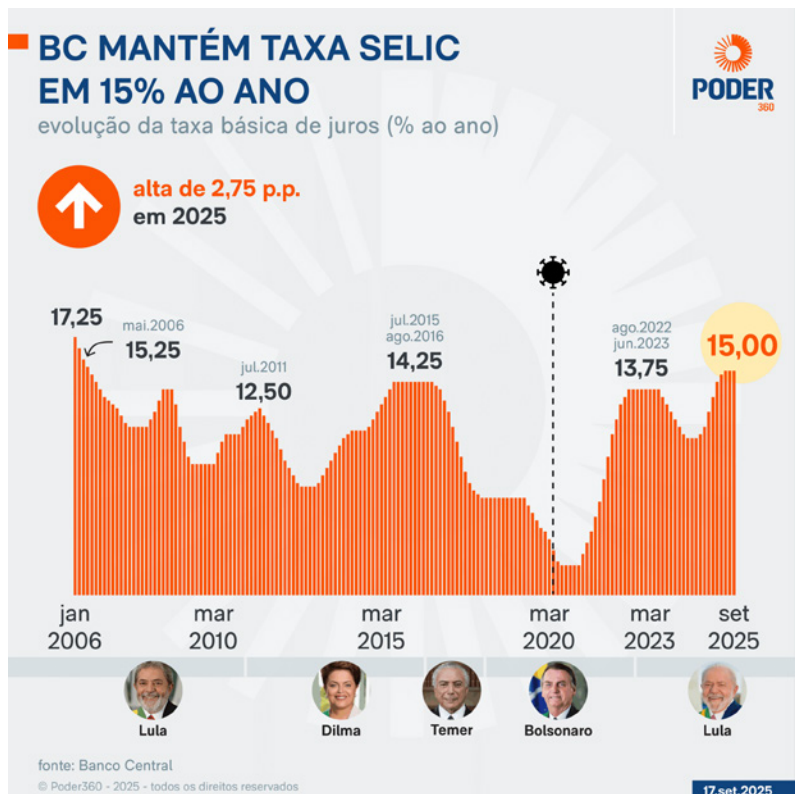
Fonte: MoneyYou



RANKING DE PAÍSES COM AS MAIORES TAXAS DE JUROS NOMINAIS

1.	Turquia:	40,50%
2.	Argentina:	29,00%
3.	Rússia:	17,00%
4.	Brasil:	15,00%
5.	Colômbia:	9,25%
6.	México:	7,75%
7.	África do Sul:	7,00%
8.	Hungria:	6,50%
9.	Índia:	5,50%
10.	Indonésia:	5,00%
11.	Filipinas:	5,00%
12.	Polônia:	4,75%
13.	Chile:	4,75%
14.	Hong Kong:	4,75%
15.	Israel:	4,50%
16.	Estados Unidos:	4,25%
17.	Reino Unido:	4,00%
18.	Austrália:	3,60%
19.	República Tcheca:	3,50%
20.	Nova Zelândia:	3,00%
21.	China:	3,00%
22.	Malásia:	2,75%
23.	Canadá:	2,75%
24.	Coreia do Sul:	2,50%
25.	Alemanha:	2,15%
26.	Áustria:	2,15%
27.	Espanha:	2,15%
28.	Grécia:	2,15%
29.	Holanda:	2,15%
30.	Portugal:	2,15%
31.	Bélgica:	2,15%
32.	França:	2,15%
33.	Itália:	2,15%
34.	Suécia:	2,00%
35.	Taiwan:	2,00%
36.	Dinamarca:	1,60%
37.	Tailândia:	1,50%
38.	Cingapura:	1,37%
39.	Japão:	0,50%
40.	Suíça:	0,00%

Fonte: MoneyYou



flação do Comitê continuou em 3,4%, acima do centro da meta ao longo do horizonte relevante da política monetária.

A principal mudança foi a retirada do trecho referente à “continuidade na interrupção do ciclo de alta”, o que sugere que o Copom considera o atual patamar da Selic como adequado para levar a inflação à meta de 3,0%. Ainda assim, o Comitê reforçou que seguirá vigilante e avaliará se a manutenção por um período bastante prolongado da taxa de juros atual será suficiente para garantir a convergência da inflação à meta.

A expectativa permanece de que o início do ciclo de flexibilização ocorra apenas no primeiro trimestre de 2026. Contudo, uma queda mais acelerada dos juros nos EUA, com impacto positivo sobre o câmbio, pode antecipar esse movimento. Por ora, segue a postura cautelosa do Copom.

SELIC EM 15%: COMO OS JUROS ALTOS IMPACTAM O INVESTIDOR IMOBILIÁRIO E O QUE OBSERVAR A PARTIR DE AGORA

Os efeitos da taxa de juros elevada no desenvolvimento de projetos, fundos e crédito estruturado no setor imobiliário

O Comitê de Política Monetária (Copom) manteve, no dia 17 de setembro, a taxa Selic em 15% ao ano. Essa é a taxa mais alta desde julho de 2006 e tem exigido uma reavaliação das estratégias por parte dos investidores que atuam no mercado imobiliário, especialmente nos segmentos de crédito estruturado, fundos de investimento e ativos de desenvolvimento.

Com o custo de capital em níveis historicamente elevados e uma inflação ainda resistente, o cenário econômico atual impõe uma série de desafios que impactam diretamente a rentabilidade e a viabilidade de ativos imobiliários.

Para Diego Siqueira, CEO da Trinus.Co, grupo que conecta o mercado imobiliário ao financeiro por meio de uma Plataforma full-service, apesar de um panorama ainda desafiador, o momento também é de oportunidades. “Mesmo sem novos aumentos na taxa, o cenário não aponta para quedas no curto prazo. Pelo contrário, os sinais indicam uma estabilidade prolongada em patamar elevado, cujos efeitos mais profundos devem ser sentidos apenas no médio e longo prazo, exigindo preparo desde já. Os movimentos macroeconômicos deixaram claro que desenvolvedores imobiliários precisam, cada vez mais, contar com uma estrutura mais robusta de governança e transparência. O funding não está mais concentrado em vias tradicionais. Quem estiver atento a isso, estará sempre um passo à frente”.

CUSTO DE CAPITAL ELEVADO PRESSIONA PROJETOS IMOBILIÁRIOS

O aumento da Selic afeta diretamente o custo de captação e, consequentemente, a viabilidade de projetos imobiliários. Empreendimentos de longo prazo se tornam mais onerosos, enquanto o crédito estruturado perde atratividade diante de um ambiente de juros elevados.

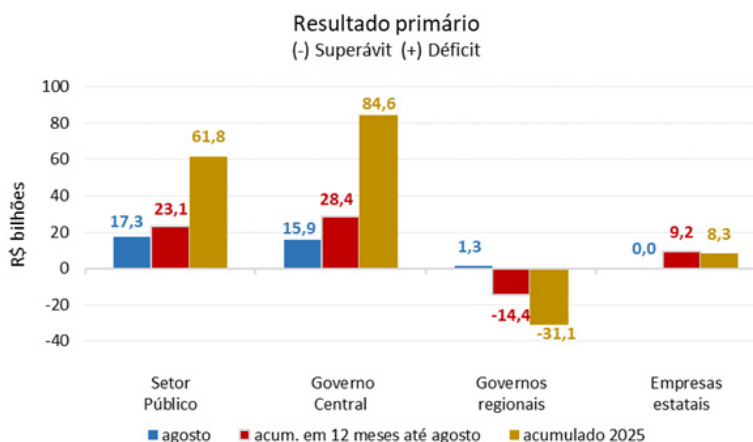
Além disso, a construção civil tem enfrentado encarecimento de insumos como concreto e aço, além de dificuldades na contratação de mão de obra qualificada. Isso pressiona as margens dos projetos e exige um controle financeiro ainda mais rigoroso, tanto do lado do desenvolvedor quanto do investidor.

Embora o mercado espere estabilidade na taxa básica por um período prolongado, alguns sinais positivos começam a surgir. A inflação deu sinais de arrefecimento nas últimas semanas, e parte dos economistas já projeta um início de ciclo de queda nos juros a partir de 2026.

Juros nominais sobre a dívida pública brasileira consolidada alcançaram R\$ 946,5 bilhões (7,63% do PIB) - no acumulado em doze meses até agosto deste ano.

O déficit nominal alcançou R\$ 969,6 bilhões (7,81% do PIB) no mesmo período

A Dívida Bruta do Governo Geral – que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais – atingiu 77,5% do PIB (R\$ 9,609,0 bilhões)



bilhões, R\$ 1,3 bilhão e R\$ 6,0 milhões. Em doze meses, o setor público consolidado acumulou déficit primário de R\$ 23,1 bilhões, 0,19% do PIB, ante déficit de R\$ 27,3 bilhões, 0,22% do PIB, nos doze meses acumulados até julho.

Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, somaram R\$ 74,3 bilhões em agosto, comparativamente a R\$ 69,0 bilhões em agosto de 2024. No acumulado em doze meses até agosto, os juros nominais alcançaram R\$ 946,5 bilhões (7,63% do PIB), comparativamente a R\$ 855,0 bilhões (7,46% do PIB) nos doze meses até agosto de 2024.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais

apropriados, foi deficitário em R\$ 91,5 bilhões em agosto. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$ 969,6 bilhões (7,81% do PIB), ante déficit nominal de R\$ 968,5 bilhões (7,85% do PIB) em julho de 2025.

2. DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) E DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (DBGG)

A DLSP - Dívida Líquida do Setor Público atingiu 64,2% do PIB (R\$ 8,0 trilhões) em agosto, elevando-se 0,6 p.p. do PIB no mês. Esse resultado refletiu os impactos dos juros nominais apropriados (+0,6 p.p.), do déficit primário (+0,1 p.p.), da valorização cambial de 3,1% no mês (0,4 p.p.), do efeito da variação do PIB nominal (-0,4 p.p.) e dos demais ajustes da dívida externa líquida (-0,2 p.p.). No

O Banco Central do Brasil divulgou no dia 30 de setembro o resultado das contas públicas nacionais consolidado, conforme a seguir:

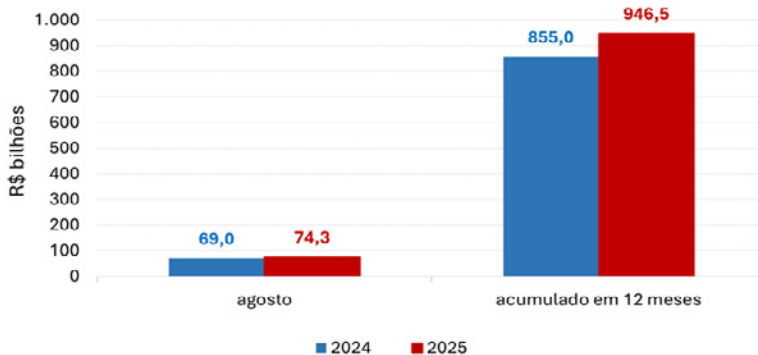
1. RESULTADOS FISCAIS

O setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 17,3 bilhões em agosto, ante déficit de R\$ 21,4 bilhões no mesmo mês de 2024. Houve, no Governo Central, nos governos regionais e nas empresas estatais, déficits respectivos de R\$ 15,9

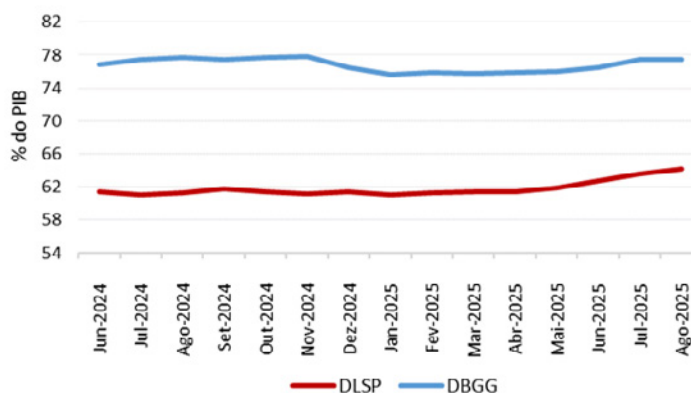
ano, o aumento de 2,7 p.p. na relação DLSP/PIB refletiu, em especial, os impactos dos juros nominais (+4,8 p.p.), do efeito da valorização cambial acumulada de 12,4% (+1,5 p.p.), do déficit primário do período (+0,5 p.p.), dos demais ajustes da dívida externa líquida (-0,9 p.p.) e da variação do PIB nominal (-3,3 p.p.).

A DBGG - A Dívida Bruta do Governo Geral - que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais - atingiu 77,5% do PIB (R\$ 9,609,0 bilhões) em agosto de 2025, mesmo percentual do PIB registrado no mês anterior. Essa evolução no mês foi decorrente, sobretudo, dos juros nominais apropriados (+0,8 p.p.), dos resgates líquidos de dívida (-0,2 p.p.), do efeito da valorização cambial (-0,1 p.p.) e da variação do PIB nominal (-0,5 p.p.). No ano, a DBGG elevou-se 1,0 p.p. do PIB, em função, principalmente, da incorporação de juros nominais (+5,9 p.p.), do crescimento do PIB nominal (-4,1 p.p.), do efeito da valorização cambial (-0,5 p.p.) e dos resgates líquidos de dívida (-0,3 p.p.).

Juros nominais - Setor público consolidado
(-) Superávit (+) Déficit



DLSP e DBGG



A perenização do mal e a questão da dosimetria do medicamento



O Relatório Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil em 29 de setembro - que apura as expectativas do mercado financeiro e de algumas empresas de consultoria econômica - revela que a taxa de juros real praticada pelo país vai continuar elevada ainda, pelo menos, durante os próximos dois anos.

Assim, por exemplo, o ano de 2025 deverá encerrar com a Selic no nível de 15% ao ano, para uma

inflação determinada pelo IPCA de 4,81% - o que resultou em uma taxa real de juros de 10,19%. Para 2026, utilizando-se o mesmo critério, a taxa de juros real projetada é de 7,97% e, para 2027, de 6,30%.

Há de se ressaltar que o remédio que possibilita a cura de doença, quando aplicado em doses muito elevadas, pode ter efeito contrário, resultando na morte do paciente.

Focus | MEDIANAS DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO

26 de setembro de 2025

	2025			2026			2027			2028		
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*
IPCA (%)	4,85	4,83	4,81	▼ (1)	4,31	4,29	4,28	▼ (2)	3,90	= (2)	3,70	= (3)
PIB (var. %)	2,19	2,16	2,16	= (3)	1,87	1,80	1,80	= (2)	1,80	= (2)	2,00	= (81)
CÂMBIO (R\$/US\$)	5,56	5,50	5,48	▼ (1)	5,82	5,80	5,58	▼ (1)	5,56	▼ (1)	5,56	▲ (1)
SELIC (%)	15,00	15,00	15,00	= (14)	12,50	12,25	12,25	= (1)	10,50	= (33)	10,00	= (40)

* comportamento dos indicadores desde o último Focus, os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade
em relação ao Focus anterior

FED retoma ciclo de baixa da Fed Fund rate

Em reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) realizada no dia 17 de setembro, o FED decidiu reduzir a sua taxa básica de juros em 25 pontos-base (pb), para o intervalo de 4% a 4,25% ao ano. A decisão não foi unânime: Stephan Miran, diretor recém-indicado por Trump e aprovado em sabatina no Senado no começo desta semana, votou por um corte maior, de 50 pontos-base. A boa notícia é C. Waller e M. Bowman, também indicados por Trump e dissidentes na reunião anterior, acompanharam a maioria favorável à redução. Em suma, Miran está isolado dentro do Comitê.

O comunicado da decisão trouxe algumas mudanças importantes. O FED entende que, desde a reunião anterior, houve um "deslocamento do balanço de riscos", principalmente associado a um aumento dos "riscos de baixa" para a evolução do mercado de trabalho. A autoridade reconheceu que a criação de empregos desacelera-



rou e que a taxa de desemprego oscilou para cima, embora siga baixa. Mas o FED também notou que a inflação se deslocou para cima; e permanece elevada. Um cenário desafiador para a política monetária.

A atualização das projeções mostrou que a mediana das estimativas dos diretores do FED para o crescimento do PIB e para a evolução da inflação foram ligeiramente revistas para cima. Já a mediana das projeções para a taxa de desemprego não sofreu alteração relevante, apesar do maior risco de baixa percebido para a evolução do emprego. Em sua entrevista, o presidente do Fed, Jerome Powell, destacou o enfraquecimento forte do mercado de trabalho que não permite mais a avaliação de um mercado sólido e que a retração da demanda por mão de obra foi mais forte do que a diminuição da oferta. A probabilidade de piora aumentou, segundo Powell. Os riscos em torno da inflação e do emprego estão equilibrados. No caso da inflação, Powell reconheceu que está elevada, mas destacou a contribuição entre 30 e 40 pontos, referentes ao impacto das tarifas de importação mais alta. O cenário do Fed parece indicar que está elevação seria temporária.

FMI vê dívida do Brasil perto de 90% do PIB

Dois números, uma preocupação. Segundo o Banco Central, a dívida pública brasileira é de 77,6% do PIB. Já o Fundo Monetário Internacional (FMI) calcula que esse número é de quase 90%.

Isso porque a medida usada pelo Banco Central desconsidera os títulos públicos em carteira do próprio BC. Já o FMI adota um critério mais "amplo", incluindo esses títulos no cálculo — o que eleva o percentual.

E por que isso importa? A relação entre dívida e PIB é um dos principais termômetros do risco fiscal. Quanto maior o número, maior a percepção de risco — e, em momentos de instabilidade, cresce a desconfiança sobre o país.

Uma dívida elevada também ten-

de a pressionar os juros. Isso encarece o crédito, reduz a capacidade de investimento e limita o crescimento da economia.

Nesse contexto, na semana passada, a agência de classificação de risco Fitch afirmou que não prevê, no curto prazo, o retorno do Brasil ao "grau de investimento". O motivo é, justamente, o alto endividamento e as incertezas sobre a política fiscal.

O grau de investimento é um "selo de qualida-

de" que indica baixo risco de calote. Ele ajuda investidores a avaliar se os retornos compensam os riscos — e, quando positivo, costuma atrair mais capital. O Brasil teve esse selo entre 2008 e 2015.

Segundo o FMI, a dívida brasileira está acima da média das economias emergentes (69,5% do PIB em 2024) e de países da América Latina (70% do PIB). O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) já recomendou, em 2023, que esses países reduzam sua dívida para até 55% do PIB.



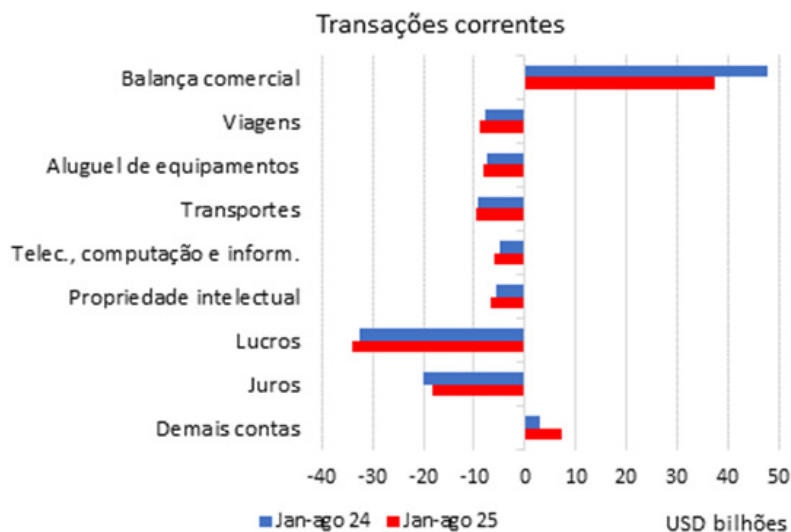
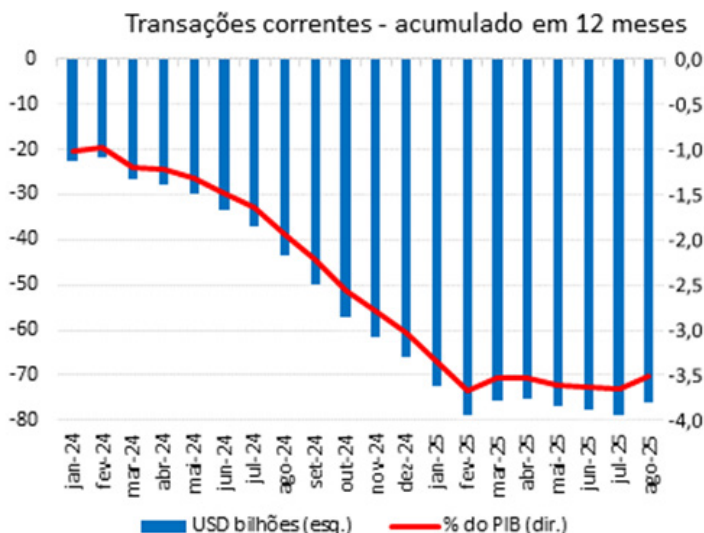
Déficit do Balanço de Transações Correntes chega a US\$ 76,2 bilhões - 3,51% do PIB no acumulado dos 12 últimos meses até agosto

1. BALANÇO DE PAGAMENTOS

De acordo com o Banco Central, as transações correntes do balanço de pagamentos foram deficitárias em US\$ 4,7 bilhões em agosto de 2025, ante déficit de US\$ 7,2 bilhões em agosto de 2024. Nessa comparação, o superávit da balança comercial aumentou US\$ 1,7 bilhão e o déficit em serviços diminuiu US\$ 1,1 bilhão. O déficit em renda primária aumentou US\$ 379,0 milhões e o resultado da renda secundária permaneceu inalterado. O déficit em transações correntes nos doze meses encerrados em agosto de 2025 somou US\$ 76,2 bilhões (3,51% do PIB), ante US\$ 78,7 bilhões (3,66% do PIB) em julho e US\$ 43,6 bilhões (1,95% do PIB) em agosto de 2024.

A balança comercial de bens foi superavitária em US\$ 5,5 bilhões em agosto de 2025, ante saldo positivo de US\$ 3,7 bilhões em agosto de 2024. As exportações de bens somaram US\$ 30,0 bilhões, aumento de 3,8%, enquanto as importações de bens diminuíram 2,6%, totalizando US\$ 24,5 bilhões.

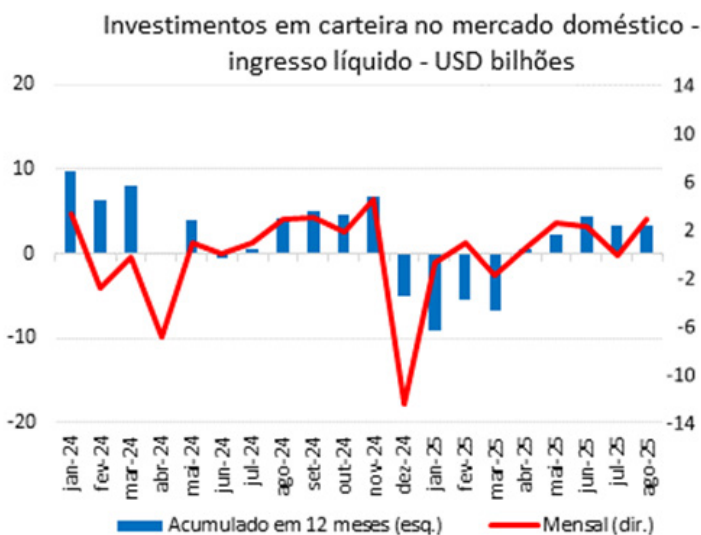
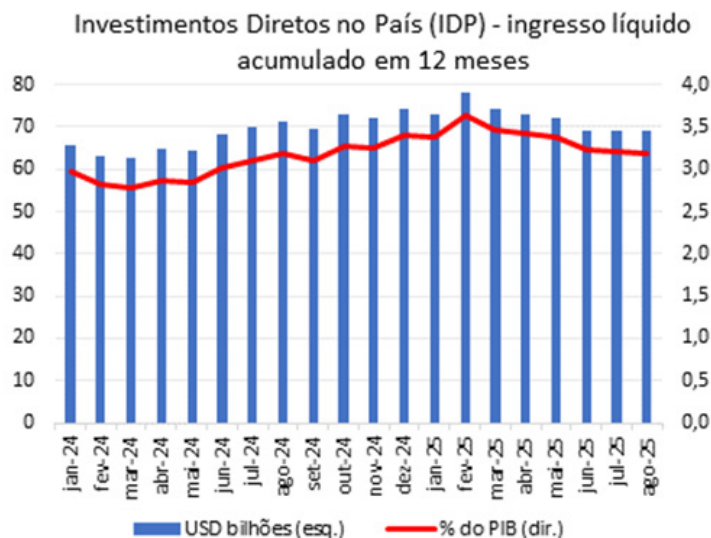
O déficit na conta de serviços totalizou US\$ 4,2 bilhões em agosto de 2025, ante déficit de US\$ 5,3 bilhões em agosto de 2024, redução de 20,3%. Ocorreram recuos nas despesas líquidas de transporte, 21,5%, totalizando US\$ 1,2 bilhão; de propriedade intelectual, 18,6%, para US\$ 637,0 milhões; de serviços de telecomunicação, computação e informações, 6,6%, que somaram US\$ 561,0 milhões; e de aluguel de equipamentos, 5,5%, totalizando US\$ 934,0 milhões. As despesas líquidas com viagens internacionais situaram-se no mesmo patamar das de agosto de 2024, US\$ 1,2 bilhão.



O déficit em renda primária somou US\$ 6,3 bilhões em agosto de 2025, 6,4% acima do déficit de US\$ 6,0 bilhões de agosto de 2024. As despesas líquidas com juros aumentaram 9,3% totalizando US\$ 1,5 bilhão e as despesas líquidas de lucros e dividendos, associadas aos investimentos direto e em carteira, aumentaram

5,2% em comparação a agosto de 2024, atingindo US\$ 4,9 bilhões.

Os investimentos diretos no país (IDP) somaram ingressos líquidos de US\$ 8,0 bilhões em agosto de 2025, ante US\$ 8,2 bilhões em agosto de 2024. Os ingressos líquidos em participação no capital atingiram US\$



6,3 bilhões, compreendendo US\$ 2,3 bilhões em participação no capital exceto lucros reinvestidos e US\$ 4,0 bilhões em lucros reinvestidos. As operações intercompanhia somaram ingressos líquidos de US\$ 1,7 bilhão. O IDP acumulado em 12 meses totalizou US\$ 69,0 bilhões (3,18% do PIB) no mês, ante US\$ 69,2 bilhões (3,22% do PIB) em julho e US\$ 71,2 bilhões (3,18% do PIB) em agosto de 2024.

Os investimentos em carteira no mercado doméstico totalizaram ingressos líquidos de US\$ 2,8 bilhões em agosto de 2025, resultado de saídas líquidas de US\$ 464,0 milhões em ações e fundos de investimento e ingressos líquidos de US\$ 3,3 bilhões em títulos de dívida. Nos doze meses encerrados em agosto de 2025, os investimentos em carteira registraram ingressos líquidos de US\$ 3,4 bilhões.

2. RESERVAS INTERNACIONAIS

As reservas internacionais somaram US\$ 350,8 bilhões em agosto de 2025, incremento de US\$,7 bilhões em relação ao mês anterior. O aumento decorreu, principalmente, de contribuições positivas de variações por paridades, US\$ 2,0 bilhões; por preços, US\$ 1,7 bilhão; retorno de linhas com recompra, US\$ 900,0 milhões; e receitas de juros, US\$ 777,0 milhões.

Fontes: Daily Fin; O Globo, Valor Econômico, 4intelligence, MoneYou, Banco Central do Brasil, Poder 360, Estado de São Paulo.

*CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e de Comércio, Indústria e Mineração; e de Minas e Energia do Governo de Minas Gerais; Também foi Diretor-Geral (Reitor) e fundador do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Atualmente é Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Integra vários Conselhos Consultivos e de Administração de diversas empresas e instituições. Membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. Vice-Presidente da diretoria executiva da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MERCADOCOMUM**. Autor de vários livros, como a coletânea de 3 livros – 2.336 páginas, intitulada “Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI”.

CORAL BDMG – Minas não pode perder este importante patrimônio cultural



Formado por funcionários do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. e convidados, o Coral BDMG foi criado em 1988, simultaneamente à fundação do BDMG Cultural - à época em que Carlos Alberto Teixeira de Oliveira presidia a instituição,

A qualidade técnica e artística do canto coral, a escolha de um repertório eclético, que permita o erudito e o popular, e a especial dedicação à música brasileira, do período colonial ao contemporâneo, são características do Coral BDMG. Esse zelo na divulgação do canto coral levou o coro a uma posição de destaque no estado, reconhecida pela presença do grupo em apresentações no Brasil e no exterior.

O Coral BDMG promoveu o projeto Quatro Cantos. Essa série foi criada em 1994 e realizou concertos no Co-reto da Praça da Liberdade e na Basílica de Lourdes, de abril a setembro, uma vez por mês. Como anfitrião, o Coral BDMG recebia, em cada apresentação, outros três coros mineiros, entre infantis, adultos, de formação recente e consagrados. Esse evento teve importância especial dentro do calendário cultural de Belo Horizonte por divulgar diversos estilos de música, valorizar o canto coral e divulgar a marca do BDMG Cultural.

O Coral BDMG também promoveu, desde 2005, o projeto Coral BDMG na Estrada Real. Trata-se de projeto aprovado pela Lei Federal de

Incentivo à Cultura, que leva a música colonial mineira às suas origens, tendo realizado apresentações em mais de 70 localidades, incluindo Portugal. A partir de 2017, visando a expansão para além da Estrada Real, o projeto passou a se chamar Coral BDMG na Estrada, e apresentou também músicas contemporâneas. Esse evento foi importante por levar a pequenas localidades a experiência de vivenciar uma apresentação musical diferenciada que interagiu com a história da cidade.

Na trajetória do coro, registraram-se participações em recitais no sul do país, Buenos Aires e Assunção, em 1994; Vaticano, Itália, Alemanha e França, em 1997; e Barcelona, no

X Cantate Barcelona Choral Festival, em 2012. Destaque para a presença do Coral BDMG na comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil, com concertos em Lisboa, Porto, Braga, Vila Nova de Gaia e Leiria. No currículo do coro, premiações do troféu PRÓ-MÚSICA – Os melhores da Música em Minas Gerais, em 1996, e VI Prêmio Minas de Desempenho Empresarial – Apoio à Cultura, promovido pela Revista MercadoComum, no ano de 2004.

O Coral BDMG gravou dois CD's – Pelos Quatro Cantos do Brasil e Coral BDMG na Estrada Real – e um DVD triplo em comemoração aos 25 anos de sua existência. Uma gravação do Hino Nacional executado pelo Coral é utilizada por vários órgãos públicos e escolas pelo Brasil.

O Coral participou de vários eventos institucionais, como a Cantata da Natal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o Festival de Corais de Órgãos Públicos e eventos promovidos pelo BDMG e BDMG Cultural.

Assim, há mais de 36 anos o Coral BDMG vinha divulgando a música mineira e o nome do BDMG, sempre visando qualidade e formação de público.



Jornal Estado de Minas – 14.09.2025 – Coluna Anna Marina

Minas não pode permitir que este importante patrimônio, assim como já ocorreu com o BDMG Cultural, venha simplesmente a desaparecer, sem qualquer razão ou justificativa apre-

sentada para essas decisões. Merece destacar que essas instituições não dependiam de um centavo sequer de recursos orçamentários públicos do governo do estado de Minas Gerais.



Apresentação durante o IX Prêmio Top of Mind MercadoComum, no MinasCentro, em 2006



Inovações inconstitucionais na Ação Penal 2668 -, sobre a chamada tentativa de golpe de Estado

Ives Gandra da Silva Martins

Professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifieo, UniFMU, do Ciee/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio -SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).

No julgamento da Ação Penal (AP) 2668, sobre a chamada tentativa de golpe de Estado, o Supremo Tribunal Federal, em Brasília, decidiu pela condenação de Jair Bolsonaro. Vou fazer duas considerações sobre o relatório do ministro Alexandre de Moraes, a partir do que li nos jornais, reiterando, desde logo, a pessoal admiração que tenho por sua obra doutrinária.

Entendo, todavia, que ele inovou em matéria de relatórios de magistrados dos órgãos colegiados do Poder Judiciário. Normalmente, o relator conta os fatos para, depois, expor a decisão. Embora já traga o seu voto, ele só o apresenta após a defesa, podendo, inclusive, mudar sua decisão de acordo com os argumentos apresentados.

Muitas vezes, ao sustentar oralmente perante o desembargador ou o ministro, presenciei a sessão ser suspensa para continuidade do julgamento na sessão seguinte, a fim de modificarem o voto previamente trazido, haja vista os novos argumentos por mim apresentados.

Ora, os relatórios servem apenas para expor os fatos, para que a defesa ocorra e, posteriormente, haja o voto, que pode ser lido ou falado, independentemente de estar escrito.

Ocorre que o ministro Alexandre de

Moraes anunciou antecipadamente como irá julgar, declarando que a punição teria que ser cumprida, que seria fundamental para a pacificação nacional e que a lei de anistia não poderia prevalecer. Assim, já declarou, de maneira prévia, como decidiria e declarou que não aceitaria que o Congresso definisse a anistia, apesar de ser prerrogativa exclusiva do Congresso Nacional. Trata-se, pois, de uma inovação.

Em todos os casos em que tive de sustentação oral em Tribunais de Justiça Estaduais, no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça, nos Tribunais Regionais Federais, foram realizados relatórios, defesa e voto; jamais ocorrendo antecipação do voto, como fez, de acordo com a imprensa, o ministro Alexandre de Moraes. Embora não tenha assistido à leitura do relatório, li o que os jornais publicaram e preocupou-me esta inovação de dar conhecimento do resultado muito antes de ter sido feita a defesa final e a sustentação oral.

O segundo aspecto que também me causou surpresa foi a observação feita pelo ministro Alexandre Moraes: “Nós temos que obedecer rigorosamente à Constituição.”

O que eu tenho procurado mostrar nos últimos anos, em minhas manifestações e escritos, é que o Supremo

Tribunal Federal tem adotado correntes doutrinárias que admitem ao Poder Judiciário legislar e, portanto, mudar a Constituição.

A Suprema Corte, por exemplo, mudou a Constituição no que diz respeito ao casamento que, de acordo com a Carta Magna, teria que ser “entre homem e mulher”, sendo esta a vontade dos Constituintes expressa tanto no artigo 226 do texto constitucional quanto nos anais da Constituinte. Admitiam o homossexualismo com direito a segurança, garantias e união, mas a instituição do casamento teria que ser entre homem e mulher, mas o Supremo mudou.

O artigo 231 da Constituição Federal diz que os índios tinham o direito de permanecer nas terras que possuíam naquele momento; no presente do indicativo. O Supremo, entretanto, estendeu esse direito para abranger as terras que possuíam no passado.

O artigo 128 do Código Penal declara que o aborto só pode ser realizado em casos de estupro ou terapêutico. O Supremo criou o aborto de anencéfalo, isto é, o aborto eugênico, legislando positivamente.

Recentemente, no caso do próprio Marco Civil da Internet, no artigo 19, mudou-se a legislação feita pelo Congresso Nacional, que reproduzia o que está no artigo 5º da Carta

da República, de acordo com a qual o abuso na liberdade de expressão seria punido “a posteriori”. Com as alterações implementadas pelo STF, passamos a ter a censura prévia por parte das plataformas.

Outro exemplo é o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que é um tributo regulatório, mas que o Supremo transformou em arrecadatório, contrariando decisão expressa do Congresso Nacional.

O próprio artigo 53 da Constituição diz que o parlamentar, que representa dezenas, centenas, milhares de cidadãos, não poderia ser punido nem julgado por suas manifestações. O Supremo mudou tal disposição de acordo com seu entendimento e, segundo ele, a manifestação parlamentar pode levar, inclusive, à prisão.

Ou seja, o Supremo tem legislado, tem invadido competência e modificado a Constituição, reescrevendo-a. Respeito a corrente doutrinária que eles seguem, mas não é a minha. Passei 20 meses na Constituinte, discutindo e demonstrando o que seria o retorno ao princípio dos três poderes harmônicos e independentes.

Constituição Federal de 1988 divide os Poderes da República em Executivo, Legislativo e Judiciário, buscando harmonia e equilíbrio. O Executivo, liderado pelo Presidente, administra o país e executa leis. O Legislativo, composto pelo Congresso Nacional (Câmara e Senado), elabora e fiscaliza leis. O Judiciário interpreta leis e resolve conflitos, garantindo a Constituição. Essa separação, com o sistema de freios e contrapesos, evita a concentração de poder e assegura a democracia.

A Constituição Federal estabelece essa separação dos Poderes, mas também prevê mecanismos de interação e delegação. O Poder Executivo pode, por exemplo, editar Medidas Provisórias (MPs), que têm força de



Marcelo Camargo/Agência Brasil

lei e precisam ser aprovadas pelo Congresso Nacional para se tornarem leis definitivas. A própria Constituição, no artigo 62, detalha esse processo, permitindo que o Presidente da República edite medidas provisórias sobre matéria de competência da União, que deverão ser apreciadas pelas duas Casas do Congresso Nacional e aprovadas com modificações ou rejeitadas.

Ora, a Constituição deve ser, de fato, cumprida, mas não é o que o Supremo tem feito hoje. Ele adota uma corrente doutrinária que reescreve dispositivos da nossa Lei Maior de acordo com a interpretação pessoal dos Ministros, e não com a intenção que presenciei dos Constituintes durante os 20 meses de 1987 a 1988.

São essas as duas observações que quero fazer, sem nenhum juízo de crítica, apenas apresentando a minha posição. Primeiro, a inovação de já no relatório revelar como vai ser o julgamento. Segundo, a necessidade de respeitar a Constituição, pois estamos vendo o reescrever da mesma, inclusive do chamado juízo natural, em que pessoas que não têm foro privilegiado estão sendo julgadas pelo Supremo. Inúmeras, portanto,

tem sido as inovações.

Tenho 90 anos, 68 de advocacia e 61 como professor universitário. Relato neste artigo o que presenciei durante a discussão de 20 meses dos Constituintes, quando eu defendia o retorno a três Poderes sem um poder dominante.

A meu ver, respeitar a Constituição significa acatar o que os constituintes escreveram, e não interpretá-la ou adaptá-la ao momento atual. Admiro o Ministro Alexandre de Moraes; temos livros escritos juntos, participamos de bancas de doutoramento, mantendo sempre uma relação cordial.

Contudo sou obrigado a divergir porque o Supremo está reescrevendo a Constituição. Confesso que também fiquei surpreso ao constatar que, já no relatório, foi antecipado como seria o julgamento e a impossibilidade de uma lei de anistia.

São outros tempos, mas por coerência de vida, prefiro manter a minha maneira de ver o direito com a rígida divisão de Poderes, que defendi nestes 68 anos de advocacia e 61 de magistério universitário.



Ainda temos uma Constituição?

Roberto Brant

Advogado, ex-deputado federal, ex-ministro da Previdência Social

O velho historiador inglês Lord Acton escreveu que todo o poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente. Concordando com este juízo, tanto a teoria democrática quanto a prática constitucional moderna consagram o princípio da divisão e o equilíbrio entre os Poderes do Estado, para impedir o poder absoluto.

A Constituição é a garantia do equilíbrio entre os Poderes. Se a Constituição, escrita por uma Assembleia Constituinte, convocada especialmente para este fim e cujas deliberações se alongam por meses e são acompanhadas do modo mais transparente pela sociedade, pode ser alterada sem qualquer procedimento formal, pela simples vontade da maioria parlamentar de ocasião, a democracia estará fundada sobre areia movediça. Constituições são marcos permanentes, feitos para durar e estar acima da volatilidade das opiniões e de interesses de oportunidade.

A Constituição brasileira, a bem da verdade, é um documento muito pormenorizado. O ideal teria sido que ela fosse muito mais sintética, tratando somente das questões estruturais. Por esta razão muitas das suas disposições envelheceram precocemente, à medida que o país se transformava após o longo inverno autoritário.

Todos os governos que se seguiram à sua promulgação em 1988 trataram de reformar algumas normas constitucionais. Estas reformas, em si mesmas, não desvirtuaram o caráter da Constituição, porque cumpriram procedimentos que asseguravam o debate, pelo tempo suficiente para que as opiniões da sociedade pudessem influir no juízo dos parlamentares. E assim sempre foi feito, até muito recentemente. Na Câmara cada projeto de emenda era discutido em uma Comissão Especial por várias semanas, o tema da reforma era



amplamente debatido na imprensa e especialistas eram ouvidos em audiências públicas. Um longo caminho até que o texto fosse submetido ao Plenário. No Plenário, o texto era votado em primeiro turno, voltava à Comissão Especial e, depois de um interregno de dias, era submetido ao segundo turno de votação. A Constituição era alterada, mas a mudança passava pelo amadurecimento necessário, com respeito à natureza especial da lei constitucional.

Nos últimos cinco anos tudo mudou, especialmente na Câmara dos Deputados. A emenda constitucional se transformou em um atalho para se desviar da lei ou para atender interesses muito particularizados. Para este propósito, foram suprimidas as etapas que permitiam o acompanhamento do processo pela opinião pública. Não há mais Comissão Especial, o texto é construído às portas fechadas pelos líderes partidários e só é dado a conhecer aos próprios parlamentares, que vão votá-lo, no momento da votação. A votação é feita às pressas, os dois turnos são realizados na mesma noite e, o mais grave dos absurdos, a votação pode-se dar por meios remotos, pelo celular, à quilômetros do Plenário. Parlamentares e opinião pública são mantidos à distância, como intrusos que são neste processo de

cunho claramente autoritário.

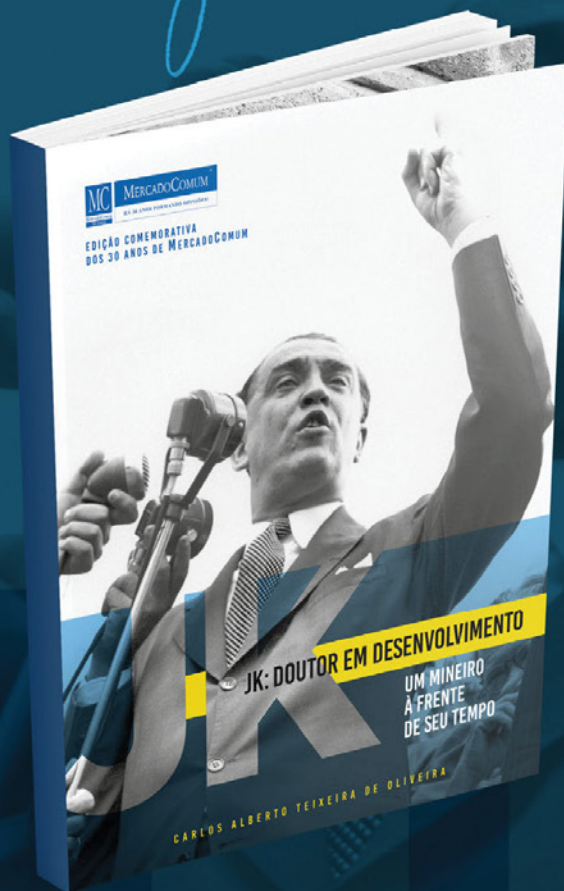
Na semana que passou foi a vez de mais uma mudança constitucional, agora para blindar os parlamentares de toda investigação ou procedimento judicial, mesmo diante de crimes comprovados. Todos agora somos iguais, mas os parlamentares são mais iguais, nas clássicas palavras de George Orwell. Foi um procedimento instantâneo, costurado e negociado em horas, longe das luzes da imprensa e da opinião pública, um autêntico golpe parlamentar, que arruína de vez a pouca confiança que o nosso Parlamento merece da nação.

A Câmara dos Deputados, sem legitimidade para isso, está se tornando um Poder Constituinte e está reescrevendo a Constituição ao seu modo e para seu proveito, sem controle social e ao largo dos outros Poderes constitucionais, afirmando-se como uma espécie de Poder absoluto. Estamos diante de uma grave anormalidade.

Só nos resta esperar que um dia lideranças com outra estatura, com outra integridade e com outro respeito ao interesse público, tomarão o lugar destes líderes de ocasião. No caminho em que vamos, nosso único destino será a desordem.

JK: LIVRO INÉDITO SOBRE EX-PRESIDENTE FOCA EM SUA VISÃO DE FUTURO E ESPÍRITO DESENVOLVIMENTISTA

Juscelino Kubitschek de Oliveira



A vida, obra e trajetória do ex-presidente Juscelino Kubitschek já rendeu livros, filmes, documentários, minissérie na TV e até podcasts. E a julgar pelas informações que não param de surgir, ainda vai render muito material para pesquisa. Que o diga o economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, que acabou de lançar o livro "JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo".

O que transparece no livro de 704 páginas é a visão de grandeza de Juscelino e a sua antevisão do futuro. Haja visto o projeto da Pampulha, projetada quando ele foi prefeito de BH, e que significou o marco inicial de uma nova arquitetura, depois consolidada com a construção de Brasília. O autor do livro, Carlos Alberto Teixeira destaca um recorte do período de JK em Minas Gerais e selecionou alguns discursos da época em que ele esteve à frente da capital mineira, e depois, como governador do Estado. Nesse sentido, todo o material publicado é inédito e pouco conhecido.

Neste novo livro, o autor procurou desmitificar e derrubar algumas histórias e infundadas críticas, como a de que Juscelino teria sido o causador da inflação no Brasil. "Eu comprovo que ela já vigorava e prevalecia no país antes da sua posse, com percentuais elevados, e ele procurou combatê-la de forma coerente e prática. Nesse sentido, JK afirmava que a melhor forma de combater a inflação e o custo de vida era produzir mais, com mais qualidade e custos menores e defendia o aumento da produtividade industrial brasileira". Outra ficção, segundo ele, é a de que o custo da construção de Brasília levou ao endividamento do país. "Tal alegação também não procede. A capital brasileira, segundo o ex-ministro Roberto Campos, teria custado, no máximo 3,5%, do PIB nacional, o que equivaleria, nos dias de hoje, a cerca de US\$ 70 bilhões. "Esse valor, considerando-se o dólar atualmente cotado a R\$ 5,00 - equivale a R\$ 350 bilhões. Ora, esse montante representa apenas a metade de tudo quanto o setor público brasileiro – União, Estados e Municípios gastará, neste ano, no pagamento de juros sobre a dívida pública consolidada.

Carlos Alberto também é autor de outras obras, como a coletânea de livros e 2.366 páginas intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

O livro poderá ser encontrado, inicialmente, apenas junto a MercadoComum que o publicou.

Tel: 31 3281-6474 - revistamc@uol.com.br
Rua Padre Odorico, 128 - 10º Andar - 30.330-040
BELO HORIZONTE - MG - www.mercadocomum.com

VALOR DO LIVRO:

Retirada na sede de MercadoComum: R\$ 100,00
Envio: BH/Interior de MG: R\$ 120,00 - Outros Estados: R\$ 140,00

PAGAMENTO:

Via PIX: 70.954.383/0001-12
Crédito em C/C: A favor de MinasPart Comunicação, Ltda.
Banco Itaú (341) - Agência 3176 - Conta 05630-1

INFORMAR: Nome do adquirente, endereço postal e CEP

MERCADOCOMUM®

HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

Minas Gerais amplia área produtiva e produtividade e chega a 18,4 milhões de toneladas de grãos na safra 24/25

Produção no estado é 15% superior à da safra 23/24. No plano nacional, país registra novo recorde no ciclo 24/25, com colheita estimada em 350,2 milhões de toneladas



Com aumento de sua área produtiva, acompanhado por crescimento na produtividade por hectare, o estado de Minas Gerais ampliou em 15,1% a produção de grãos para a safra 2024/2025, em comparação com 23/24, e deve fechar em 18,4 milhões de toneladas de grãos. Os dados constam no 12º Levantamento da Safra de Grãos 2024/25, o último levantamento para a temporada, divulgado nesta quinta-feira, 11 de setembro, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

No estado, a área produtiva passou de 4,26 milhões de hectares na safra 23/24 para 4,29 milhões na safra 24/25, variação positiva de 0,9%. A ampliação da área foi acompanhada de aumento na produtividade por hectare, que passou de 3.754 quilos em 23/24 para 4.285 quilos em 24/25: 14,1% a

mais de produção. Com isso, Minas Gerais passou de 15,99 milhões de toneladas de grãos para 18,41 milhões em 24/25, crescimento de 15,1%.

A produção de soja, grão mais produzido em Minas Gerais, apresentou crescimento de 19,3% na safra 24/25, um salto de 7,70 milhões de toneladas para 9,18 milhões de toneladas. Em seguida aparece o milho, que aumentou de 6,126 milhões para 6,591 milhões, o que representa crescimento de 7,6%. Já o sorgo viu a produção passar de 993,4 mil toneladas em 23/24 para 1,48 milhão em 24/25, crescimento de 49,5%.

O caroço do algodão variou de 93,8 mil toneladas para 111,7 mil toneladas, um aumento de 19,1%, enquanto a pluma do algodão apresentou crescimento e avançou de 65,1

mil toneladas para 77,7 mil (19,4%). Para o arroz, a produção saiu de 84,4 mil toneladas em 23/24 para 87,3 mil toneladas, variação positiva de 3,4%. O amendoim (1,2%) também apresentou crescimento no estado.

NACIONAL

A safra de grãos no ciclo 2024/25 se encerra estimada em 350,2 milhões de toneladas e estabelece um novo recorde na série histórica, superando o obtido na temporada 2022/23, quando foram colhidas 324,36 milhões de toneladas. O volume obtido no atual ciclo representa uma alta de 16,3% sobre a temporada anterior; o que corresponde a um incremento de 49,1 milhões de toneladas. Milho, soja, arroz e algodão representam cerca de 47 milhões de toneladas deste aumento.

RECORDES

O presidente da Conab, Edegar Pretto, destaca o alcance inédito da produção e o fortalecimento do papel da companhia no apoio às políticas públicas. “Apresentamos ao Brasil a maior safra agrícola da história, com 350,2 milhões de toneladas de grãos. Além disso, temos recordes na soja, com 171,5 milhões de toneladas, e no milho, com 139,7 milhões. A boa notícia também vem dos pequenos e médios agricultores, que colhem grandes safras de arroz e feijão. Voltamos a fazer estoques públicos depois de mais de uma década, o que fortalece a Conab como instrumento essencial para combater a fome”.

PREÇOS INTERNOS

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, ressalta a importância do desempenho agrícola para a economia e a estabilidade dos preços. “Esse resultado garante estabilidade de preços internos, contribui para o controle inflacionário e fortalece a balança comercial, que também registra recordes. Isso mostra que não é coincidência: agricultura forte significa oportunidade de crescimento econômico”, afirma.

IMPACTO DIRETO

O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, relaciona os bons resultados da safra a impactos diretos na vida da população. “Estamos vivendo um momento em que há deflação dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. O país saiu do Mapa da Fome, temos recorde de exportação e fortalecemos a soberania alimentar. É a presença do Estado garantindo um propósito fundamental para o povo brasileiro”, destaca.

ÁREA CULTIVADA

De acordo com o boletim, esse crescimento verificado na atual safra em relação ao ciclo 2023/24 é atribuído à expansão de 1,9 milhão de hectares na área cultivada, saindo de 79,9 milhões de hectares na temporada passada para 81,7 milhões de hectares em 2024/25, bem como às condições climáticas favoráveis, sobretudo no Centro-Oeste, com destaque para o Mato Grosso, o que influenciou a recuperação na produtividade média nacional das lavouras em 13,7%, sendo estimada em 4.284 quilos por hectare no atual ciclo, enquanto que em 2023/24 foi de 3.769 kg/ha.

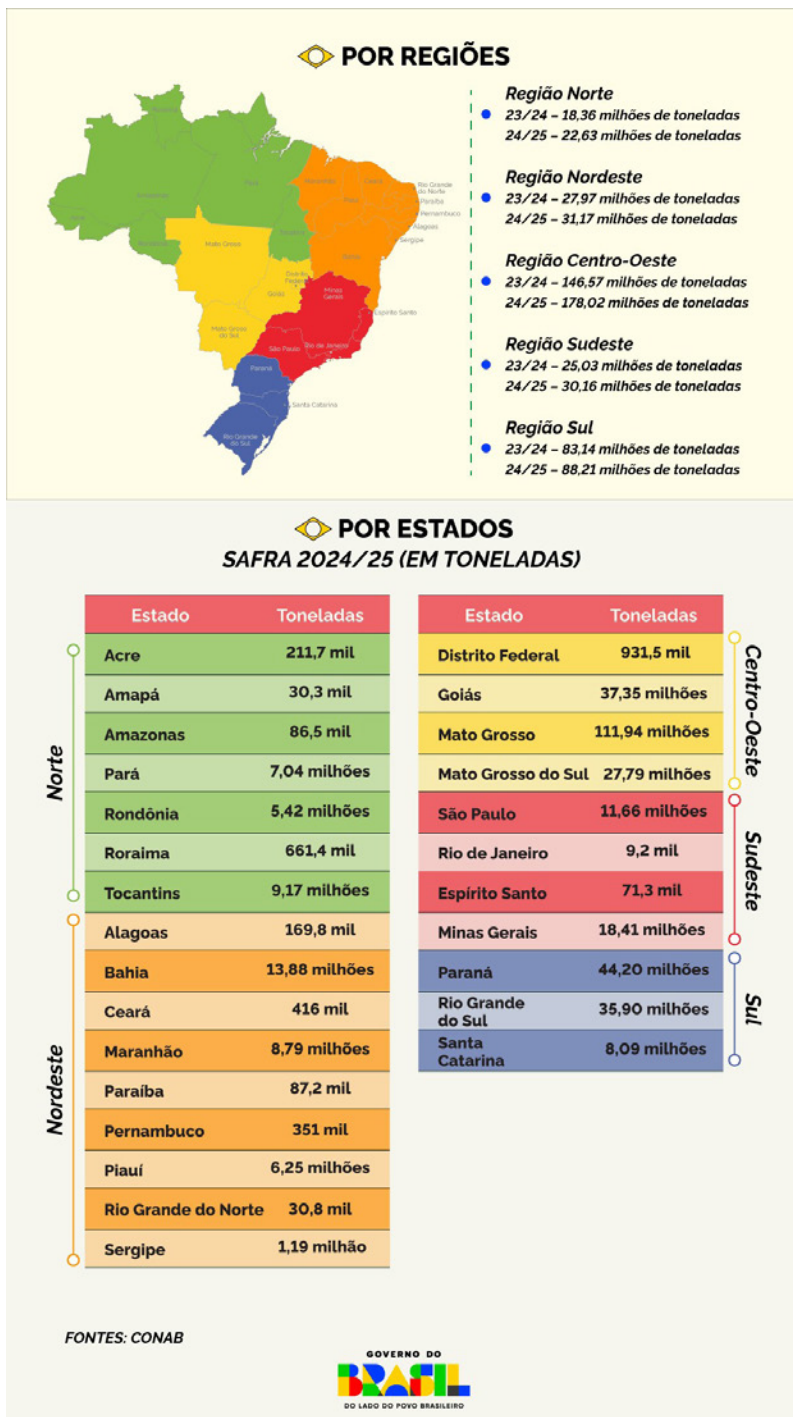
SOJA

Principal produto cultivado, a soja registra produção recorde estimada em 171,5 milhões de toneladas, alta



de 20,2 milhões de toneladas sobre a safra passada. O resultado reflete o aumento da área semeada combinado com a melhora da produtividade média das lavouras. Diante de condições climáticas favoráveis na maioria

das regiões produtoras em relação a 2023/24, o desempenho médio nacional no atual ciclo atingiu 3.621 kg/ha, o maior já registrado pela Companhia. Na safra 2024/25, a maior produtividade foi em Goiás, com 4.183



kg/ha, e a menor no Rio Grande do Sul, com 2.342 kg/ha, onde as regiões produtoras passaram por altas temperaturas e irregularidades nas precipitações a partir de dezembro até o fim de fevereiro.

MILHO

A Conab também aponta para produtividade recorde na média nacional nas lavouras de milho, considerando as três safras do grão, esti-

mada em 6.391 quilos por hectare no atual ciclo. Com isso, é esperada uma produção total de 139,7 milhões de toneladas na safra 2024/25, aumento de 20,9% em relação a 2023/24 e a maior colheita do produto já registrada. Na primeira safra, a produção foi estimada em 24,9 milhões de toneladas, crescimento de 8,6% sobre a safra anterior. Na segunda, com 97% da área colhida e 3% em maturação, estima-se crescimento de 24,4% na produção, prevista em 112 milhões de toneladas, e, para a terceira safra, com as lavouras em desenvolvimento, espera-se uma produção de 2,7 milhões de toneladas.

ALGODÃO

Também é esperado um recorde para o algodão, com a produção da pluma sendo estimada em 4,1 milhões de toneladas. O resultado representa alta de 9,7% sobre a safra anterior e é sustentado pelo aumento de 7,3% na área semeada e pelas condições climáticas favoráveis. No final de agosto, já estava colhida 72,8% da área e 27,2% encontrava-se em maturação.

ARROZ

Para o arroz, que já possui colheita encerrada, a produção alcançou 12,8 milhões de toneladas, crescimento expressivo de 20,6% sobre 2023/24 e a quarta maior já registrada, atrás apenas dos volumes obtidos nas temporadas de 2010/2011, de 2004/2005 e de 2003/2004. O aumento reflete a expansão de 9,8% na área semeada e as condições climáticas favoráveis, especialmente no Rio Grande do Sul, principal produtor.

FEIJÃO

No caso do feijão, a estimativa da Conab traz uma produção próxima a 3,1 milhões de toneladas, somando-se as três safras do grão, o que garante o abastecimento interno do país.

É urgente eliminar a defasagem do Simples Nacional para preservar pequenos negócios e empregos

Diversas entidades representativas dos setores de Comércio e Serviços, dentre elas a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), pedem a atualização imediata dos limites de receita do Simples Nacional. A correção dos valores, defasados há quase uma década, é considerada essencial para que as empresas enquadradas no regime possam se manter competitivas, gerando empregos e desenvolvimento para o Brasil.

A defasagem do Simples inibe investimentos, diminui contratações, contribui para o fechamento de empresas e aumento da informalidade, além de prejudicar a arrecadação de Estados e Municípios. Nenhuma consequência positiva, portanto, para a sociedade brasileira, além das consequências sobre milhões de micro e pequenas empresas, que representam a maior parte dos negócios ativos no País. Desde 2018, os tetos e faixas estão congelados, sem acompanhar o avanço da inflação.

Nesse contexto, empreendedores são obrigados a migrar para regimes mais caros e burocráticos, sem que tenham crescido de forma proporcional. A FecomercioSP ressalta que não se trata de ampliar o regime ou os benefícios do enquadramento, mas de assegurar uma tributação justa, com a necessária correção monetária, garantindo o tratamento diferenciado previsto na Carta Magna do País.

AUDIÊNCIA PÚBLICA DISCUTE REVISÃO DO SIMPLES NACIONAL NESTA TERÇA

Para incentivar o Congresso Nacional a pautar o Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2021, que trata do tema, a FecomercioSP e outras entidades integrantes do Movimento Atualiza Simples Nacional, em parceria com a Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, participaram, no dia 16 de setembro, de uma audiência pública na Comissão de Indústria e Co-



mércio da Câmara dos Deputados.

A sessão contou com a participação de representantes do Instituto Livre Mercado (ILM), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomercio-RS), Sindicato Empresarial de Gastronomia e Hotelaria Região Uva e Vinho (SEGH), Federação das Associações Gaúchas do Varejo (FAGV), Federação Varejista do Rio Grande do Sul, Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre (CDL POA) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional).

ATUALIZAÇÃO PODE DESTRAVAR R\$ 77 BILHÕES E PRESERVAR EMPREGOS

O PL, já aprovado no Senado, prevê a atualização anual do Simples com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Essa mudança possibilitaria que os valores não voltassem a ficar congelados, mantendo-se alinhados à realidade econômica. Se aprovado, os tetos aumentariam conforme a seguir: Microempreendedor Individual (MEI), de R\$ 81 mil para R\$ 144,9 mil; Microempresas, de R\$ 360 mil para R\$ 869,4 mil; empresas de pequeno porte, de R\$ 4,8 milhões para R\$ 8,69 milhões.

Segundo um estudo realizado pela Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Atualização do Simples e seus Impactos na Economia Nacional, a correção das faixas disponibilizaria R\$ 77 bilhões para os setores produtivos brasileiros.

A FecomercioSP vem alertando há anos que a revisão do teto do Simples

Nacional é urgente e fundamental. A Entidade elaborou a petição pública Simples Assim, que busca mobilizar os setores afetados na articulação com o Congresso Nacional. O pedido conta com aderência de várias organizações.

MUDANÇAS GANHAM URGÊNCIA COM A REFORMA TRIBUTÁRIA

Além do aumento dos limites e da possibilidade de o MEI contratar até dois funcionários formais — medidas previstas no PLP 108/2021 — a FecomercioSP defende outras alterações. Entre elas, a atualização dos sublimites de recolhimento de impostos — como Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e Imposto sobre Serviços (ISS) —, atualmente fixados em R\$ 3,6 milhões, mas que deveriam ser elevados para R\$ 6,5 milhões.

Preservar o Simples Nacional torna-se ainda mais relevante diante da implementação da Reforma Tributária. Com a nova legislação, os pequenos negócios terão de escolher entre permanecer integralmente no regime, transferindo créditos de impostos menores que os concorrentes fora dele — e, assim, perdendo competitividade —, ou adotar um modelo híbrido, recolhendo separadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

É importante destacar que, para os pequenos negócios com receita anual superior a R\$ 3,6 milhões, não haverá escolha — esses contribuintes serão obrigados a recolher o IBS fora do regime unificado do Simples Nacional, o que aumenta significativamente a complexidade e os custos para essas empresas. Essa alternativa, porém, implica custos mais altos e maior complexidade no cumprimento das obrigações fiscais. Por todas essas razões, atualizar o sistema é urgente para assegurar a sobrevivência das empresas e a proteção dos empregos no País.

A agropecuária mineira perde um de seus principais líderes. Morre Roberto Simões, ex-presidente da FAEMG e do SEBRAE MINAS, aos 84 anos



O ex-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), Roberto Simões, morreu o dia 4 de setembro, aos 84 anos. O falecimento foi comunicado pela entidade, que foi presidida por ele durante 16 anos, entre 2005 e 2021. Ele fazia tratamento de câncer e sofreu um infarto nos últimos dias, mas não se sabe se estes fatores causaram o óbito.

O velório foi realizado no dia 5 de setembro, no Memorial Grupo, em Belo Horizonte - MG.

Roberto Simões era natural de Pa-

raopeba, na região Central de Minas Gerais. Ele deixa esposa e três filhos. Formado em Engenharia Agrônômica e mestre em Economia Rural, Simões trabalhou nos governos estadual e federal. Também foi superintendente do Senar Minas antes de chegar à presidência da Faemg em 2005.

Simões também foi presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em Minas Gerais entre 2006 e 2010. Em nota, o Sistema Faemg Senar lamentou a morte e afirmou que a história de Roberto Simões se confunde com

a agropecuária. De acordo com a entidade, o ex-presidente deixa marcas permanentes na transformação do setor e dos sindicatos rurais.

“A trajetória do Roberto Simões é um exemplo de trabalho incansável, visão estratégica e compromisso com os produtores rurais. Ele deixa um legado de conquistas, de fortalecimento institucional e de modernização do setor e se torna uma parte inseparável da história de evolução do agro em Minas e no Brasil. Graças a ele, avançamos muito no campo e na representatividade da nossa classe. Só



Recebendo o VIII Prêmio Minas - Desempenho Empresarial - em 2006

alguém com essa visão, competência e dedicação seria capaz de acompanhar e impulsionar tantas transformações que acontecem diariamente em cada propriedade rural”, lamentou o presidente do Sistema Faemg Senar, Antônio de Salvo.

Em 2017, Simões foi eleito primeiro vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). No Sebrae, foi eleito em 2006 e trabalhou para elevar o número de empresas formalizadas em Minas. Foi reeleito em 2008 e encerrou o mandato em 2010, quando assumiu a presidência do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae - cargo que ocupou em 2007, 2010, 2019 e 2022.

Em nota, o Sebrae lamentou o falecimento. "Ao longo de suas gestões, ele contribuiu de forma expressiva para melhorar o ambiente de negócios e fortalecer os pequenos negócios dos 853 municípios mineiros, além de elevar o propósito do Sebrae Minas de Impulsionar o empreendedorismo para transformar vidas. Neste momento de tristeza, nosso reconhecimento e nossa gratidão a Roberto Simões, e nossas manifestações de profundo sentimento à família e aos amigos", diz texto publicado.

Toda a equipe da SIAMIG Bioenergia também manifestou profundo pesar pelo falecimento de Roberto



Lindolfo Paoliello, Roberto Simões, Olavo Machado e Carlos Alberto Teixeira de Oliveira



Roberto Simões e familiares



Roberto Simões, Gilman Viana e Alberto Pinto Coelho

Simões, ex-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais. Segundo a entidade, Roberto Simões foi uma liderança de grande respeito e admiração no setor agropecuário. Esteve à frente da Faemg durante 16 anos, entre 2005 e 2021, deixando um legado marcado pela dedicação, compromisso e contribuições relevantes para o desenvolvimento do agronegócio mineiro e brasileiro.

MERCADOCOMUM

Roberto Simões fez parte do Conselho Consultivo de MercadoComum por mais de 20 anos, comparecendo e participando ativamente de todas as suas reuniões, assim como do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico.

Foi eleito “Personalidade Empresarial pelo XIX Prêmio Minas - Desempenho Empresarial - MercadoComum 2017 e considerado um dos nomes fundamentais para o desenvolvimento do agronegócio mineiro. Também recebeu a medalha do V Prêmio Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico ASSEMG/MercadoComum.

Em entrevista concedida em 2017 a esta publicação ele afirmou que “os números do agronegócio são positivos, mas os desafios também são muitos. O setor ainda é pouco reconhecido e enfrenta dificuldades relacionadas à mão-de-obra, gestão, custos operacionais, licenciamento e logística.” Para Simões, “o agronegócio brasileiro é um setor de sucesso. Temos passado, presente e futuro. Mas também muito trabalho porque existem lacunas ainda a serem resolvidas, que preencheremos com tecnologia e inovação. A competitividade é grande, por isso devemos ter eficiência e produtividade. E finalizou: o agronegócio é um setor obstinado, com uma vocação natural. É um setor que tem competência, competitividade e que continuará fazendo o seu papel, ajudando sempre o país a crescer e a alimentar este mundo.



Carlos Alberto Teixeira, ministra Kátia Abreu e Roberto Simões



Jacques Gontijo, Roberto Simões e Antônio Pitanguí de Salvo



Roberto Simões recebendo o Prêmio Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico ASSEMG/MercadoComum de Carlos Alberto Teixeira de Oliveira



Os destaques da abertura da 80ª sessão da Assembleia Geral da ONU

Fernanda Brandão

Doutora em Relações Internacionais, Professora e Coordenadora do Curso de Relações Internacionais da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio



No dia 23 de setembro, foi aberta a 80ª reunião da Assembleia Geral da ONU (AGONU). Os debates gerais na Assembleia são abertos anualmente no mês de setembro e perduram até o ano seguinte. Na semana de abertura dos debates, os chefes de Estado costumam representar seus países nos discursos criando uma oportunidade de encontro entre os chefes de Estado dos países membros. Não à toa, nesta semana importantes reuniões bilaterais e multilaterais costumam acontecer às margens das reuniões da AGONU. Em tempos de conflito e crises internacionais, essas reuniões

se tornam importantes marcos na tentativa de promover cooperação em torno dos principais desafios da política internacional. Além disso, essa reunião é simbólica por comemorar os 80 anos de existência da AGONU como espaço de debate entre os países membros.

No primeiro dia discursam, tradicionalmente, o Secretário Geral da ONU, o Brasil seguindo a tradição diplomática inaugurada em 1949, seguidos dos Estados Unidos, o país anfitrião, uma vez que a sede da ONU está em Nova York, seguidos pelos demais

membros. O discurso do presidente brasileiro foi marcado pela reafirmação da soberania nacional frente a tentativas de intervenção externa em processo domésticos, reafirmou o compromisso do Brasil com o multilateralismo e com a ONU como espaço de negociação, e apresentou a importância da COP-30 e das questões climáticas mesmo diante de um cenário global marcado por conflitos, competição e crises de segurança. O presidente brasileiro também condenou a manutenção dos reféns israelenses pelo Hamas, mas condenou a continuidade do genocídio perpetrado

do pelo exército israelense em Gaza. O discurso de Lula seguiu a tradição dos discursos brasileiros de abertura da AGONU, trazendo uma análise sobre os principais dilemas contemporâneos da política internacional a partir da perspectiva brasileira.

Logo após o discurso do presidente brasileiro, o presidente norte-americano Donald Trump discursou. Em sua palavra, Trump reforçou a descrença e desconfiança que o país hoje tem em relação às organizações internacionais, especialmente a ONU, afirmando que são “ineficientes e incapazes” de lidar com questões contemporâneas que os Estados Unidos têm resolvido de forma unilateral. O discurso de Trump repetiu as prioridades do seu projeto de governo de “fazer os EUA grande de novo (make America great again)”, ressaltando a importância de conter os fluxos migratórios que têm “destruído” a civilização ocidental e representam “uma ameaça de segurança para os EUA”. O presidente norte-americano também reforçou seu ceticismo quanto às mudanças climáticas, chamando a questão de um dos maiores “golpes” da história e reafirmou seu compromisso em ampliar a exploração de petróleo e de combustíveis fósseis. Em suma, o discurso de Trump seguia a tendência do crescente unilateralismo e isolacionismo na política externa americana e sua não disposição em cooperar com outros países, a menos que seja sob a liderança norte-americana e para atender interesses americanos específicos.

Os discursos dos dois presidentes que iniciaram os debates foram marcados por posições diametralmente opostas sobre importantes questões da política internacional. Apesar da amizade expressada por Trump em relação ao presidente brasileiro e em relação à possibilidade de um encontro entre os dois na próxima semana, os discursos revelam posições e interesses que não convergem e vi-



sões de mundo diferentes que podem complicar a possibilidade de cooperação entre os dois países. No mais, essas posições também revelam a dificuldade de construção de consenso hoje na política internacional quando há diferentes interesses e prioridades que nem sempre convergem e muitas vezes competem entre si. O resultado tem sido um crescente unilateralismo e o uso mais frequente da força, que ferem diretamente os princípios da carta da ONU de promoção da cooperação, da paz e do desenvolvimento econômico.

O presidente francês Emmanuel Macron, que também discursou no primeiro dia de sessão, reforçou a importância de cooperação entre os países desenvolvidos do G7 e os demais países do sul global para combater as principais ameaças contemporâneas da política internacional. O presidente ressaltou que na primeira reunião em São Francisco em 1945 havia apenas 51 membros e hoje a AGONU tem

193 membros, mostrando a ampliação da representatividade da organização ao longo de sua história. Macron conclamou os países membros da ONU para cooperarem em torno dos dilemas globais contemporâneos pois respostas fragmentadas e não coordenadas têm apenas alimentado e agravado problemas como as crises de segurança no Oriente Médio e na Ucrânia, problemas de sociais e econômicos e aumentando a fragmentação entre o sul e o norte global.

Os discursos dos chefes de Estado continuam na semana seguinte. Contudo, é possível perceber que, aos 80 anos, a ONU enfrenta importantes dilemas na promoção dos seus objetivos principais, a paz e a cooperação internacional. Isso tem se refletido na denúncia da falta de efetividade da organização, mas também em demandas por reformas que tornem a organização mais representativa e efetiva para lidar com os dilemas contemporâneos.

Presidente do BNDES defende fomento público e democratização do mercado de capitais

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, defendeu o fomento público e a democratização do mercado de capitais, ao abrir seminário no dia 24 de setembro, na sede da instituição, sobre a retomada de investimentos e o papel da instituição nesse setor. O evento contou com a participação do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, além das lideranças dos principais bancos privados do país e dos maiores fundos de investimento do mundo.

Na sessão de abertura, Mercadante sustentou que o fomento ao mercado de capitais também é uma tarefa dos bancos públicos. “O mercado de capitais só se fortalece com bancos privados fortes, dinâmicos e criativos, mas um banco público também pode construir pontes. Nada substitui o setor privado, mas o setor público pode acelerar esse processo”, afirmou.

Aloizio Mercadante disse ainda que o Banco vai trabalhar para criar um ambiente propício para a retomada de ofertas públicas de ações (IPOs) de empresas na bolsa brasileira. “É fundamental que o Brasil volte a fazer IPOs, porque é uma oportunidade de as empresas captarem independentemente do custo da taxa Selic. Um mercado primário consistente e um mercado secundário forte impulsionam a industrialização e a inovação”, declarou.

Ao mesmo tempo, defendeu a diversificação de instrumentos para que os investidores tenham mais segurança e para que o mercado de capitais esteja mais próximo do cidadão de renda média. Segundo Mercadante, apenas 2% da população brasileira está no mercado de capitais, contra 48% nos EUA, 16% na China e 11% na Índia.

Ele adiantou que o BNDES está se



Aloizio Mercadante, presidente do BNDES

preparando para a ajudar a alavancar novos títulos que serão fomentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Segundo o presidente, esses títulos dão maior segurança ao investidor, trabalham de forma mais abrangente, geram menos oscilação e oferecem excelente rentabilidade. “Queremos fomentar o mercado secundário com segurança e calma, sempre em parceria com o setor privado”, disse.

Para o vice-presidente Geraldo Alckmin, o BNDES vai fazer a diferença no mercado de capitais com transparência e previsibilidade. Ele também destacou o efeito multiplicador desse segmento.

“Cada R\$ 1 ajuda a alavancar mais R\$ 3,40 em setores estratégicos como descarbonização, saúde, biotecnologia, startups e minerais críticos. É uma alavanca importante gerar mais emprego e renda”, avaliou.

Valorização da carteira – Aloizio Mercadante informou que a valorização média anual da carteira de investimentos do BNDES foi de 16,03% no período entre 2001 e 2025 – acima das taxas registradas pelo Ibovespa (10,4%) e pelo CDI (11,6%). Segundo o presidente, a atuação da instituição em renda variável está alinhada com as melhores práticas dos bancos de desenvolvimento ao redor do mundo e colabora com o desenvolvimento do mercado de capitais.

“Desde que chegamos [à presidência do BNDES], nossa carteira se valorizou R\$ 18 bilhões. Somando dividendos mais valorização e alienação de ações, recebemos R\$ 44,8 bilhões. Esses recursos retornam para a economia na forma de equity e crédito, além de voltar para o governo para sustentar o arcabouço fiscal – fator essencial para ajudar a taxa de juros a cair e fazer o país crescer”, disse Mercadante, destacando que o BNDES paga todos os impostos e tem batido recorde em transferência de dividendos para a União.

Neste momento, a prioridade do Banco é vender sua participação em setores consolidados para ampliar investimentos em empresas inovadoras de setores como bioeconomia, bioinsumos e descarbonização. “Estamos reciclando a nossa carteira, o que é muito bom para a economia”, disse.

Mercadante também destacou que o BNDES está “muito empenhado” em combater fraudes financeiras, com ações em conjunto com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e a Receita Federal.

Ele apontou a necessidade de aprimorar a regulação e a tributação sobre as fintechs. “Precisamos de um ambiente propício para a competitividade, com espaço para que novas instituições cresçam, mas de forma regulada”, afirmou.

OS VENCEDORES

27º PRÊMIO MINAS DESEMPENHO EMPRESARIAL - MERCADOCOMUM MELHORES E MAIORES - 2025

13º PRÊMIO MINAS GERAIS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ASSEMBLÉIA/MERCADOCOMUM - 2025

MEDALHAS DA ACOMINAS - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MINAS

XXVII PRÊMIO
MINAS
DESEMPENHO
EMPRESARIAL
MERCADOCOMUM
MELHORES E MAIORES EMPRESAS - 2025



Apoio Institucional



Realização



Já estão definidos quase todos os vencedores que serão agraciados com o **XXVII PRÊMIO MINAS – DESEMPENHO EMPRESARIAL – MELHORES E MAIORES EMPRESAS - MERCADOCOMUM - 2025**, considerado o “Oscar da Economia de Minas Gerais” e que, neste ano, será realizado em conjunto com a entrega do **XIII Prêmio Minas Gerais de Desenvolvimento**

Econômico ASSEMBLÉIA/MercadoComum e com as condecorações anuais da **ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas**.

A solenidade de premiação ocorrerá no dia 24 de novembro, no Salão de Eventos do Minas Tênis Clube II, em Belo Horizonte – MG., seguida de um Coquetel de Confraternização,

para um público estimado em 500 participantes.

O objetivo da premiação é homenagear o conjunto de empresas, listadas a seguir, que mais se destacaram em Minas Gerais durante os anos de 2025/2024, em função de suas atividades econômicas, desempenho operacional e resultados financeiros.



O XXIX RANKING DE EMPRESAS DE MINAS GERAIS DIVULGARÁ OS SEGUINTE DADOS:

- As 300 Maiores Empresas de Minas por Ordem Alfabética;
- As 300 Maiores Empresas de Minas por Receita Operacional Líquida
- As 300 Maiores Empresas de Minas por Setor Econômico;
- As 50 Maiores Instituições Financeiras e Correlatas;
- As 100 Maiores Empresas de Minas por Lucro Líquido;
- As 100 Maiores Empresas de Minas por Patrimônio Líquido;
- As 100 Maiores Empresas de Minas por Ativos Totais;
- As 100 Maiores Empresas de Minas por Crescimento de Receitas
- As 50 Maiores Empresas de Minas por Retorno do Patrimônio Líquido
- As 50 Maiores Empresas de Minas em Ebitda
- As 50 Maiores Empresas de Minas em Rentabilidade do Patrimônio Líquido
- As 50 Maiores Empresas de Minas por Prejuízo

As empresas agraciadas foram definidas através de um processo eminentemente técnico que teve, como sustentação e fundamentação, as informações e dados relativos ao estudo intitulado **XXIX Ranking de Empresas de Minas Gerais**, o qual será divulgado em edição especial, de MercadoComum, a circular no mês de dezembro próximo.

As empresas participantes deste **XXIX Ranking de Empresas Mineiras possuem sede em Minas Gerais** e tiveram os seus balanços e demonstrações de resultados publicados até o dia 06 de setembro último – além daquelas que também os encaminharam, diretamente, à Redação de MERCADOCOMUM para estudo e análise, até aquela data.

A escolha das empresas premiadas é definida, fundamentalmente, por

sua efetiva contribuição à economia e ao desenvolvimento de Minas Gerais, considerando-se também outros elementos tais como: agregação de valor; inovação e absorção tecnológica; expansão de vendas; integração nacional e internacional; governança corporativa; competitividade e produtividade; geração de riqueza; transparência; liquidez; geração de renda e de emprego; contribuição de impostos; EBITDA; sustentabilidade; respeito ao consumidor; “compliance” visão de futuro e integração junto à sociedade da qual participa e integra.

As variáveis mais relevantes que determinam a escolha das empresas vencedoras são: equilíbrio econômico-financeiro; lucratividade e crescimento da receita operacional; governança corporativa; transparência e respeito ao consumidor.

XXX RANKING MERCADOCOMUM DE EMPRESAS DE MINAS GERAIS - 2025*

AS 20 MAIORES EMPRESAS POR RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

CLAS.	RAZÃO SOCIAL	EM R\$ MIL
01	Stellantis Automóveis Brasil Ltda.	75.203.538
02	ArcelorMittal Brasil S.A.	66.550.587
03	CEMIG-Cia. Energética de Minas Gerais	39.819.620
04	Localiza Rent a Car S.A.	37.271.558
05	Energisa S.A.	33.715.476
06	USIMINAS-Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A	25.869.799
07	Supermercado BH Com. de Alimentos S.A.	21.278.846
08	CSN Mineração S.A.	16.496.320
09	Gerdau Açominas S.A.	13.554.318
10	CBMM-Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração	13.383.789
11	ALCOA Alumínio S.A.	11.895.000
12	Anglo American Min. Ferro Brasil S.A.	11.644.686
13	Mart Minas Atac. Varejo	11.432.757
14	COOXUPÉ-Coop. Reg. Cafeicultores Guaxupé Ltda.	10.692.557
15	Cia. Locação das Américas	8.503.476
16	Azzas 2154 S.A.	8.379.757
17	DMA Distribuidora S.A.	8.302.490
18	COPASA-Cia. Saneamento de Minas Gerais	7.878.006
19	Samarco Mineração S.A.	7.817.351
20	Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.	7.295.073

AS 20 MAIORES EMPRESAS POR LUCRO LÍQUIDO

CLAS.	RAZÃO SOCIAL	EM R\$ MIL
01	CEMIG-Cia. Energética de Minas Gerais	7.119.287
02	CBMM-Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração	5.055.690
03	Energisa S.A.	4.636.282
04	CSN Mineração S.A.	4.527.720
05	ArcelorMittal Brasil S.A.	2.579.296
06	Anglo American Min. Ferro Brasil S.A.	2.162.395
07	Localiza Rent a Car S.A.	1.813.310
08	CODEMIG-Cia. Desenvolvimento Econ. de M. Gerais	1.732.350
09	MRS Logística S.A.	1.415.510
10	COPASA-Cia. Saneamento de Minas Gerais	1.316.920
11	VLI Multimodal S.A.	1.304.305
12	Kinross Brasil Mineração S.A.	1.079.958
13	Delta Sucreenergia S.A.	840.900
14	Cia. Locação das Américas	834.795
15	Direcional Engenharia S.A.	727.668
16	AFYA Participações S.A.	725.246
17	Editora Dist. Educacional S.A.	601.071
18	GASMIG-Cia. Gás de Minas Gerais	497.908
19	Mineração Usiminas S.A.	480.735
20	Inspirali Educação S.A.	467.458

*Balanços do exercício de 2024, encerrados em 31 de dezembro

Cabe destacar que, para a realização deste XXIX Ranking, foram analisados mais de 2.000 balanços e demonstrações de lucros e perdas – sendo consideradas aptas e classificadas 493 empresas – cuja Receita Operacional Líquida corresponde a cerca de mais da metade do PIB - Produto Interno Bruto de Minas Gerais do ano de 2024 – o que demonstra cabalmente a sua importância e dimensão.

São as seguintes as categorias a serem homenageadas neste “Oscar da Economia Mineira de 2025”:

- **MELHORES E MAIORES - EMPRESAS EXCELÊNCIA DE MINAS GERAIS (44)**
- **PERSONALIDADE EMPRESARIAL DO ANO (1)**
TRADIÇÃO E PERPETUIDADE (3)
- **EMPRESAS DO ANO DE MINAS GERAIS (3)**

Na mesma oportunidade, a ASSE-MG-Associação dos Economistas de Minas Gerais fará a entrega de sua mais importante condecoração e que, neste ano, terá os seguintes agraciados:

“ECONOMISTA DO ANO”:

Mário Ferreira Campos Filho

Presidente da SIAMIG –
Associação das Indústrias
Sucreenergéticas de Minas Gerais

“TROFÉU MINAS GERAIS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO”

1. **Antonio Batista da Silva Junior**

Presidente da Diretoria
Executiva da Fundação
Dom Cabral

2. **Antônio Manuel dos Santos Baltazar**

Economista, Empresário
da área da Saúde

3. **Carlos Henrique Martins Teixeira**

Presidente do Minas Tênis Clube

4. **Cledorvino Belini**

Pres. ACMinas-Associação
Comercial e Empresarial
de Minas

5. **Glauca Nasser de Carvalho**

Empresária e cantora

6. **Gustavo Werneck da Cunha**

Presidente do Grupo Gerdau

7. **Luiz Brandão da Silveira**

Empresário da Área
de Finanças

8. **Manoel Mário de Souza Barros**

Presidente da ALAGRO-
Academia Latino-Americana
do Agronegócio

9. **Marcelo de Souza e Silva**

Presidente do SEBRAE-Minas
e da CDL-BH

10. **Paulo Sérgio Ribeiro da Silva**

Presidente do Fórum JK de
Desenvolvimento Econômico
e do Grupo Tora Transportes

11. Reynaldo Passanesi Filho
*Presidente da CEMIG-Cia.
Energética de Minas Gerais*

12. Tadeu Martins Leite
*Presidente da Assembleia
Legislativa de Minas Gerais*

13. Tânia Cristina Teixeira
*Presidente do COFECON-
Conselho Federal de Economia*

14. Valter Luiz de Souza
*Diretor da CNT - Confederação
Nacional dos Transportes*

MEDALHAS DA ACMINAS:

1. **PRESIDENTE JK**
Ronaldo Costa Couto
*Ex-Ministro da Casa Civil e
ex-Governador do Distrito Federal*
2. **PRESIDENTE ITAMAR FRANCO**
Humberto Eustáquio Mota
*Ex-Pres. da Associação Comercial
do Rio de Janeiro e presidente
do Duffry's*
3. **BARÃO DE MAUÁ**
Wagner Furtado Veloso
*Presidente da diretoria executiva
do Hospital Felício Rocho*

A escolha dos agraciados das Categorias **Personalidade Empresarial do Ano de Minas Gerais** e da **Empresa Destaque do Ano do 27º Prêmio Minas - Desempenho Empresarial - Melhores e Maiores** é realizada por uma Comissão Especial, composta por todos os agraciados dos anos anteriores com o mesmo título; pelos membros do Conselho Editorial e Consultivo de MERCADOCOMUM e por consulta, direta e seletiva, a leitores da publicação.



XXVII PRÊMIO MINAS – DESEMPENHO EMPRESARIAL – MELHORES E MAIORES 2025 XXIX RANKING DE EMPRESAS DE MINAS GERAIS

01 – PERSONALIDADE EMPRESARIAL DO ANO DE MINAS GERAIS:

AINDA A SER DEFINIDA E DIVULGADA

02 – EMPRESA DESTAQUE DO ANO DE MINAS GERAIS:

AINDA A SER DEFINIDA E DIVULGADA

03 – TRADIÇÃO E PERPETUIDADE:

- **TELEMONT** - Eng. Telecomunicações S.A. - 50 anos
- **MINAS TÊNIS Clube** 90 Anos
- **ENERGISA S.A.** 120 Anos

04 - MELHORES E MAIORES EMPRESAS EXCELÊNCIA DE MINAS GERAIS (Setor de Atividade):

AGRONEGÓCIO

- **ALVOAR Lácteos S.A.**
- **BEM BRASIL Alimentos S.A.**
- **Bioenergética VALE DO PARACATU S.A.**
- **COOXUPÉ - Coop. Reg. Cafeic. em Guaxupé Ltda.**
- **Cervejaria Cidade IMPERIAL S.A. VILMA – Domingos Costa Ind. Alimentícias S.A**

ÁGUA, ENERGIA, SANEAMENTO E OUTROS

- **AeC Centro de Contatos S.A.**
- **CEMIG - Cia. Energética de Minas Gerais**
- **COPASA - Cia. Saneamento de Minas Gerais**
- **ENERGISA S.A.**
- **GASMIG – Cia. Gás de Minas Gerais**

COMÉRCIO

- **Drogaria ARAUJO S.A.**
- **SUPERMERCADOS BH Com. Alimentos S.A.**
- **TAMBASA - Tec. Arm. Miguel Bartolomeu S.A.**

EDUCAÇÃO, ESPORTE E LASER

- **MINAS Tênis Clube**

- **PUC Minas - Soc. Mineira de Cultura**
- **Rede BATISTA de Educação**

FINANÇAS

- **Banco MERCANTIL DO BRASIL S.A.**
- **POTENCIAL Seguradora S.A.**
- **Sicoob Central CREDIMINAS – Coop. Central de Crédito de M. Gerais Ltda.**
- **Sicoob CREDICOM - Coop. Econ. Créd. Médicos e Prof. Área de Saúde Ltda.**

INDÚSTRIA - CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA

- **BRZ Empreend. Construções S.A.**
- **Construtora CANOPUS S.A.**
- **DIRECIONAL Engenharia S.A.**
- **Grupo MIP S.A.**
- **PATRIMAR Engenharia S.A.**
- **TELEMONT - Eng. Telecomunicações S.A Brasil Ltda.**
- **GERDAU-Açominas S.A.**
- **HELIBRAS-Helicópteros do Brasil S.A.**
- **TSEA-Transformadores e Serviços de Energia das Américas S.A.**

INDÚSTRIA - DIVERSAS

- **ARCELORMITTAL Brasil S.A.**
- **CBMM - Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração**
- **Cia. Fiação e Tecelagem CEDRO E CACHOEIRA**
- **STELLANTIS - Automóveis Brasil Ltda.**
- **GERDAU-Açominas S.A.**

INDÚSTRIA - MINERAÇÃO

- **ANGLO AMERICAN Min. Ferro Brasil S.A.**
- **CSN Mineração S.A.**
- **Grupo J. MENDES S.A.**
- **KINROSS Brasil Mineração S.A.**
- **Mineração USIMINAS S.A.**

SAÚDE

- **Hospital Felício Rocho (Fundação Felice Rosso)**
- **Instituto HERMES PARDINI S.A.**
- **UNIMED-BH – Coop. Trabalho Médico Ltda.**

TRANSPORTES E LOGÍSTICA

- **LOCALIZA Rent a Car S.A.**
- **PROSEGUR Brasil S.A.**
- **TORA Transportes S.A.**
- **VLI Multimodal S.A.**

AGRACIADOS ANTERIORES COM O TÍTULO “PERSONALIDADE EMPRESARIAL DO ANO DE MINAS GERAIS”:

- 1998/1999 - **José Alencar Gomes da Silva** - Grupo Coteminas
- 1999/2000 - **Eduardo Borges de Andrade** - Grupo Andrade Gutierrez
- 2000/2001 - **Antônio José Polanczky** - Grupo Belgo-Mineira
- 2001/2002 - **Djalma Bastos de Moraes** - CEMIG
- 2002/2003 - **Salim Mattar** - Grupo Localiza
- 2003/2004 - **Alair Martins do Nascimento** - Grupo Martins
- 2004/2005 - **Robson Braga de Andrade** - FIEMG - Grupo/Orteng
- 2005/2006 - **Roger Agnelli** - Grupo Vale do Rio Doce
- 2006/2007 - **Rinaldo Campos Soares** - Grupo Usiminas
- 2007/2008 - **Cledorvino Belini** - Grupo Fiat
- 2008/2009 - **Modesto Carvalho de Araujo Neto** - Drogaria Araujo S.A.
- 2009/2010 - **J. Murillo Valle Mendes** - Grupo Mendes Jr.
- 2010/2011 - **Wilson Nélio Brumer** - Grupo Usiminas



- 2011/2012 - **Ricardo Valadares Gontijo** - Direcional Engenharia S.A. - Grupo Usiminas
- 2012/2013 - **Olavo Machado Jr.** - FIEMG
- 2013/2014 - **Jacques Gontijo Álvares** - CCPRMG-Itambé
- 2014/2015 - **Rubens Menin** - Grupo MRV Engenharia
- 2015/2016 - **Tadeu Carneiro** - CBMM - Cia. Bras. Met. Mineração
- 2016/2017 - **Roberto Simões** - FAEMG
- 2017/2018 - **Lindolfo Paoliello** - ACMinas e Sergio Leite de Andrade
- 2018/2019 - **Roberto Santoro** - Grupo Hermes Pardini
- 2019/2020 - **Samuel Flam** - UNIMED-BH
- 2020/2021 - **Eugênio Mattar** - Grupo Localiza
- 2021/2022 - **Jefferson De Paula** - Grupo ARCELORMITTAL Brasil
- 2022/2023 - **Vander Francisco Costa** - Presidente da CNT-Conf. Nacional do Transporte
- 2024/2023 - **Gustavo Werneck** - CEO do Grupo Gerdau

AGRACIADAS ANTERIORES COM O TÍTULO “EMPRESA DESTAQUE DO ANO DE MINAS GERAIS”:

- 1998/1999 - **FIAT** Automóveis S.A.
- 1999/2000 - **CEMIG** - Cia. Energética de Minas Gerais
- 2000/2001 - **CEMIG** - Cia. Energética de Minas Gerais
- 2001/2002 - **CEMIG** - Cia. Energética de Minas Gerais
- 2002/2003 - **CEMIG** - Cia. Energética de Minas Gerais
- 2003/2004 - **USIMINAS** - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
- 2004/2005 - **USIMINAS** - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
- 2005/2006 - **USIMINAS** - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
- 2006/2007 - **FIAT** Automóveis S.A.
- 2007/2008 - **FIAT** Automóveis S.A.
- 2008/2009 - **FIAT** Automóveis S.A.
- 2009/2010 - **FIAT** Automóveis S.A.
- 2010/2011 - **FIAT** Automóveis S.A.
- 2011/2012 - **CEMIG** Distribuição S.A.
- 2012/2013 - **FIAT** Automóveis S.A.
- 2013/2014 - **FIAT** Automóveis S.A.
- 2014/2015 - **CBMM** - Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração
- 2015/2016 - **DROGARIA ARAUJO** S.A.
- 2016/2017 - **LOCALIZA** Rent a Car S.A.
- 2017/2018 - **USIMINAS** - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
- 2018/2019 - Instituto **HERMES PARDINI** S.A.
- 2019/2020 - **UNIMED-BH** - Cooperativa de Trabalho Médico
- 2020/2021 - **LOCALIZA** Rent a Car S.A.
- 2021/2022 - **ARCELORMITTAL Brasil** S.A.
- 2022/2023 - **Drogaria ARAUJO S.A** e **SUPERMERCADOS BH** Com. Alimentos S.A.
- 2024/2023 - **Gerdau Açominas** S.A.



BENEFÍCIOS ADICIONAIS ÀS EMPRESAS QUE VEICULAREM PUBLICIDADES NAS EDIÇÕES ESPECIAIS – IMPRESSA E DIGITAL DE MERCADOCOMUM

27º PRÊMIO MINAS DESEMPENHO EMPRESARIAL MELHORES E MAIORES – 2025

1 PÁGINA ou CONTRA-CAPA:

- 1 Mesa de seis lugares e 6 convites individuais para a solenidade de premiação e jantar de confraternização nos salões do Automóveis Clube de Minas Gerais, em Belo Horizonte-MG;
- 1 Troféu em aço inox e um diploma de reconhecimento;
- 1 Matéria institucional correspondente a 1 página adicional nas edições da premiação;
- 1 Banner Formato 350 x 280px - Mídias permitidas: JPG, PNG, GIF e HTML no portal/site de MercadoComum por 2 meses;
- Direito de uso da logomarca da premiação;
- Acesso às fotos e vídeos do evento com direito à sua divulgação.

PÁGINA DUPLA

- 1 Mesa de dez lugares e 10 convites individuais para a solenidade de premiação e jantar de confraternização nos salões do Minas Tênis Clube I, em Belo Horizonte-MG;
- 1 Troféu em aço inox e um diploma de reconhecimento;
- 1 Matéria institucional correspondente a 2 páginas nas edições especiais;
- 1 Banner Formato 350 x 280px - Mídias permitidas: JPG, PNG, GIF e HTML no portal/site de MercadoComum por 2 meses;
- Direito de uso da logomarca da premiação;
- Acesso às fotos e vídeos do evento com direito à sua divulgação.

MERCADOCOMUM estará circulando, em dezembro, com uma edição especial impressa e outra eletrônica trazendo matérias sobre os premiados, as empresas/instituições e personalidades - destacando a relevância desta iniciativa para a economia e o desenvolvimento de Minas Gerais. Cabe, ainda ressaltar, a importância da realização desse evento, que reúne expressiva parcela formadora do PIB mineiro e obtém ampla repercussão na mídia em geral. Nesta edição especial constará o descritivo do XXIX Ranking de Empresas de Minas Gerais, listando-se as Maiores Empresas do Estado – em ordem alfabética, por setor econômico, receita operacional líquida, resultado, patrimônio líquido e ativos totais, entre outros.

A NEWSLETTER MERCADOCOMUM, ora no 33º ano de circulação e em sua 350ª edição é enviada, mensalmente, a um público constituído por 121 mil pessoas formadoras de opinião em todo o país diretamente, via e-mail – através de postagens no LinkedIn, Instagram, Whatsapp e Telegram, além de estar disponibilizado, para acesso, o seu site www.mercadocomum.com, juntamente com as suas edições anteriores.

De acordo com estatísticas do Google Analytics Search a publicação MERCADOCOMUM obteve 35,2 milhões de visualizações durante todo o ano de 2024.

O XXVII Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores Empresas – MERCADOCOMUM - 2025 conta com o apoio institucional da ASSEMG – Associação dos Economistas de Minas Gerais; Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; IBEF - Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de Minas Gerais e da MinasPart- Desenvolvimento Empresarial e Econômico Ltda.

Para maiores informações sobre MercadoComum:
<https://mercadocomum.com/>

O prazo para definição e fechamento de publicidades é até o dia 31 de outubro.



Entendemos que cada cliente é único

Gestão de patrimônio significa **total personalização**, transparência e **confiança aos nossos clientes**.

Para nós, da Portogallo Family Office, o planejamento do seu futuro é o que mais importa para nós.

Acreditamos no seu potencial.
E você, acredita?

Não administramos fortunas,
administramos futuros.



PORTOGALLO

FAMILY OFFICE

*Não administramos fortunas.
Administramos futuros.*

São Paulo - Brasil
Santa Catarina - Brasil
Lisboa - Portugal

contato@portogalloinvestimentos.com.br

(11) 3078-6830

www.portogallofamilyoffice.com.br



Mais que acesso: Brasil precisa garantir conectividade significativa para transformar inclusão digital em inclusão real

Segundo dados recentes do IBGE, 89,1% da população brasileira com 10 anos ou mais está conectada à internet — o maior índice já registrado. O avanço é expressivo, mas especialistas alertam que “estar conectado” não é suficiente. Para que a inclusão digital seja de fato transformadora, é preciso garantir conectividade significativa: conexões regulares, rápidas, seguras e estáveis, capazes de sustentar atividades essenciais como educação a distância, telemedicina, empreendedorismo e acesso a serviços públicos.

“Uma conexão precária pode aparecer nas estatísticas, mas não cumpre o seu papel transformador. Inclusão digital de verdade exige qualidade, constância e capacidade técnica mínima”, afirma Laerte Magalhães, CEO da Nuhdigital, empresa que atua por meio de programas governamentais para levar conectividade a comunidades remotas.

Um exemplo concreto vem da Rede Amazônia +Conectada, iniciativa do Grupo +Unidos com apoio da Alcoa Foundation, que já beneficiou mais de 2.700 pessoas em 609 domicílios da Amazônia Legal com internet gratuita, trilhas formativas e acompanhamento pedagógico. O projeto não apenas garante acesso à rede, mas fortalece o empreendedorismo, geração de renda, educação e sustentabilidade em territórios rurais.

A experiência mostra que quando conectividade significativa chega às comunidades, ela se desdobra em resultados amplos: desenvolvimento da bio-socioeconomia, inclusão produtiva e maior participação social. Essa



visão também orienta outros programas do Grupo +Unidos, como a Academia para Mulheres Empreendedoras (AWE), que já apoiou centenas de brasileiras com capacitação e mentorias para fortalecer seus negócios.

O desafio, portanto, é duplo: ampliar o acesso e garantir qualidade, com Estado, setor privado e sociedade civil trabalhando juntos. Só assim a inclusão digital poderá se consolidar como motor de equidade e desenvolvimento no país.

A Nuhdigital é uma operadora fixa e móvel que combina diferentes tecnologias – como fibra, 4G, 5G e satélite – para garantir internet significativa e especializada em soluções de conectividade para a educação. Com atuação nacional, a empresa desenvolve projetos que promovem inclusão social por meio do acesso digital, como o Internet Brasil e iniciativas integradas à

estratégia Escola Conectada do MEC. Por meio da Plataforma Nacional da Escola Conectada (PNEC), mapeia fontes de financiamento e coordena parceiros para implementar e otimizar a conectividade fixa e móvel em todo Brasil. A empresa acredita que se conectar é um direito fundamental e trabalha para garantir acesso à internet para todos.

O Grupo +Unidos é uma associação de empresas que surgiu em 2008, com a parceria da missão diplomática americana, que tem por objetivo promover uma transformação social no Brasil. Atua para facilitar a execução e implementação de programas que promovam impacto social positivo, por meio da articulação de rede entre as empresas de diferentes setores, poder público, missão diplomática e organizações da sociedade civil, facilitando o investimento social e colaborativo.



Mercado Gastronômico

Viva o azeite!

Sérgio Augusto Carvalho

sergioamc@uol.com.br



A ascensão do vinho e do queijo brasileiros no ambiente internacional, está sendo seguida pelo azeite produzido no Sudeste e Sul do país. Os resultados de avaliações e concursos onde o azeite produzido aqui se saiu de forma animadora indicam um futuro bem promissor para o nosso óleo de oliva.

Quem pensa que a produção do azeite é uma coisa simples, está inocentemente enganado. A ideia de que as azeitonas massacradas por rodas imensas até extrair seu suco que é recolhido e filtrado, apenas isso, é um engano.

O azeite brasileiro, hoje, é produto de uma série muito rígida de regras

responsáveis pela sua qualidade crescente. Com a liderança da Embrapa, várias instituições estão envolvidas em todo o processo, que torna o produto confiável e adquirindo respeito e admiração fora do país.

As oliveiras plantadas décadas atrás começam a sair da esperança para a realidade. Ao contrário da Europa e Oriente Médio, onde as oliveiras sobrevivem a dezenas de séculos, as brasileiras são embrionárias perto delas. O estágio atual da produção indica um futuro de sucesso muito mais próximo do que já se pensou em passado recente.

Esse otimismo fez nascer uma série de instituições que estão trabalhando

sem descanso para elevar a qualidade do produto final. Uma delas, talvez a principal, é o INTCOABra (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia da Olivicultura e do Azeite Brasileiros), entidade liderada pela Embrapa e que agrega 34 cientistas de 18 instituições nacionais e internacionais responsáveis por tudo o que se processa no país com a cultura de oliveiras. Essa entidade é financiada (R\$6 milhões) pelo CNPq com atividade garantida de cinco anos (restam 4).

Uma barreira que vejo pela frente é o grau de (des)confiabilidade do brasileiro com relação ao produto nacional. Uma barreira a ser vencida. Hoje, outubro de 2025, já era para o mercado consumidor estar prestigiando

melhor o Azeite brasileiro disponível no mercado, mas o consumo do produto importado inferior ao nosso ainda é maior. O Brasil é o TERCEIRO maior importador mundial de azeite de oliva – atrás apenas dos Estados Unidos e União Europeia.

A produção nacional em 2022 chegou a 503 toneladas, marca que se mantém próxima enquanto a qualidade vai evoluindo ano a ano. Projetos para caracterização do Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ) de Azeites produzidos em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul estão sendo implementados pela Embrapa. “Os pesquisadores atuam na cadeia produtiva da oliveira no Brasil, desde a perspectiva agrônômica no campo, passando pela agroindustrialização até a qualidade química e sensorial dos azeites brasileiros, a fim de promover a expansão da olivicultura e melhorar a qualidade do produto nacional”, informa a Embrapa.

Os azeites apresentados pelos produtores estão sendo analisados por equipes altamente treinadas para identificar a sua qualidade e, ainda, as irregularidades do produto importado. É feita uma pré-seleção dos avaliadores nesta etapa através de entrevistas que classificam a capacidade discriminatória olfativa e a sensibilidade gustativa dos candidatos. Coisa séria!

Os benefícios do azeite de oliva para a saúde são um motivo para acreditar no crescimento do seu consumo no Brasil. O preço, com seu desenvolvimento, certamente vai cair e tornar sua comercialização mais lucrativa. Para mim, cozinhar com azeite, EVO (Extra Virgin Oil) ou não, já é um hábito. Além de suportar altas temperaturas, confere um fundo mais saboroso aos salteados.

O azeite é rico em ácidos graxos poliinsaturados, o que diminui o risco de problemas cardíacos, além de diminuir os níveis de colesterol ruim,



controla a pressão arterial, previne a diabetes e reduz o risco de trombose. Pra quem já passou dos 20, o Azeite previne o envelhecimento combatendo os radicais livres que prejudicam a pele com uma boa dose de vitamina E.

O consumo (ingestão) diário recomendado por nutricionistas e geriatras é de 30 gramas, cerca de 2 colheres de sopa por dia. Isso, diluído

nos alimentos da manhã (ovo frito no azeite), almoço (frituras ou saladas), e à noite (lanches ou tira-gosto). Só de pensar que o cérebro e o coração agradecem já é um incentivo...

Precisa de mais?

Então, na próxima edição voltarei ao assunto com algumas dicas interessantes.



Vinho, Gente, Coisas e Adjacências

Primavera é rosé

Inimá Souza

inima.souza@gmail.com



Ainda visto por muitos, com olhar blasé, o vinho rosé ou rosado, tem a “cara” da primavera, pois traz-nos aquele frescor que pontua as manhãs primaveris, aromas que remetem a muitas de suas flores e sabores para harmonizar com a leveza e colorido típicos da gastronomia da estação.

E, ainda que muitos vejam o rosé como resultado da mistura de vinho branco com vinho tinto; isto, está longe de ser verdade, totalmente verdadeira, eis que, raras regiões vinícolas, pelo mundo, praticam esse método.

O vinho rosé ou rosado, é elaborado a partir de uvas tintas, que destinadas a ele, devem ser colhidas antes do seu

completo amadurecimento, preservando, assim, maior carga de acidez - sempre exigível num rosé.

Deduz-se, logo, que em todas as regiões vinícolas em que se produzem rosés, eles foram elaborados a partir das uvas tintas cultivadas nas respectivas regiões.

Assim, vinho rosé é produzido, em maior ou menor escala, em todas as regiões vinícolas do mundo; com destaque para a França, que lidera a produção mundial e possui as mais famosas denominações específicas para eles.

No Brasil, a produção de vinho rosado

sendo, ainda, pouco expressiva, vem, no entanto, ultimamente, produzindo exemplares de qualidade elogiável. Vale dizer, capazes de atender até o mais exigente iniciado em vinhos. De fato, o vinho rosé ou rosado, não é um vinho só para a Primavera, senão, também, para todas as demais estações do ano, para todos os momentos que exigirem um vinho resfriado - com aquela temperatura de um vinho branco -, e, ademais, capaz de harmonizar com a mais variada gastronomia.

PIZZARIA GOURMET

Marcos Paulo Duarte, acaba de inaugurar sua Pizzaria do Porto Gourmet. Localizada na Savassi, a nova casa tem como carro chefe várias versões de massas com bacalhau.

EVENTOS VINÍCOLAS

A capital mineira vem recebendo, de uns tempos a esta data, sucessivos eventos vinícolas, com variados perfis e propostas.

Considerando a grandeza do mercado mineiro, o calendário desses eventos comporta uma apreciada ampliação; obviamente, beneficiando todo o segmento vinícola.

O vinho brasileiro merece, sim, ser beneficiado com mais constantes eventos, no calendário de BH e das demais regiões mineiras, até como reconhecimento a sua indiscutível qualidade.

Tim, Tim.

Da cachaça artesanal à envelhecida: 6 tipos da “marvada” e como apreciar a bebida símbolo do Brasil

Delfino Golfeto, cachacier da Água Doce Sabores do Brasil, explica curiosidades sobre a bebida



No dia 13 de setembro é celebrado o Dia da Cachaça, uma das bebidas que é símbolo do Brasil, reconhecida como patrimônio cultural e histórico. Produzida a partir da cana-de-açúcar, a cachaça está presente na mesa dos brasileiros em drinques clássicos, como a caipirinha, ou tomada pura, em degustações que exaltam sua diversidade e tradição. Para celebrar a data, o cachacier Delfino Golfeto, fundador e presidente da Água Doce Sabores do Brasil, explica dos diferentes tipos da bebida e como apreciá-las.

“É importante entender que nem toda cachaça é igual. Cada rótulo carrega particularidades únicas, que vão desde a região produtora, a matéria-prima, o processo de fermentação até o tipo de madeira usado no envelhecimento. Essas nuances fazem com que a cachaça seja uma bebida de enorme diversidade sensorial, que merece ser apreciada com o mesmo respeito dado a destilados internacionais”, revela Delfino Golfeto.

CACHAÇA TRANSPARENTE (PRATA)

Conhecida por sua transparência e sabor fresco, a cachaça transparente não passa por envelhecimento em barris. É a mais usada em coquetéis, especialmente na caipirinha, pois preserva o sabor marcante da cana-de-açúcar. A bebida pode ser usada como ingrediente na culinária,

por exemplo, para amaciar carne e para adicionar um sabor marcante em assados por exemplo. Já frutos do mar e queijos brancos são indicados para harmonizar com a cachaça transparente. Ideal que esse tipo de cachaça descanse pelo menos seis meses em recipientes neutros, como o tanque de inox.

CACHAÇA ENVELHECIDA

Passa por barris de madeira por pelo menos um ano, adquirindo coloração dourada e aromas mais complexos. Os tipos de madeira influenciam diretamente no sabor. Carvalho, Bálamo e Amburana são algumas das mais utilizadas para envelhecer a bebida. A cachaça envelhecida é ideal para degustação pura e pode conter notas que variam de adocicadas a amadeiradas. Churrasco, aves, suínos e feijoadas são ideais como acompanhamento.

CACHAÇA PREMIUM

Classificada quando pelo menos 50% da bebida foi envelhecida em barris por um período mínimo de um ano. É uma versão mais sofisticada, muito valorizada em harmonizações gastronômicas. É muito usada para alguns drinques e coquetéis, como o tradicional Rabo de Galo, além de ser consumida pura. Queijos maturados, chocolates amargos e sobremesa feita com frutas secas, como tâmaras, são acompanhamentos que harmonizam com a bebida.

CACHAÇA EXTRA PREMIUM

Considerada a joia entre as variedades, é envelhecida integralmente por mais de três anos. O resultado é uma bebida de coloração intensa, textura aveludada e sabor encorpado, comparável a destilados internacionais. A cachaça pode ser harmonizada com fondues de queijo e carne de cordeiro.

CACHAÇA DE ALAMBIQUE

Produzida artesanalmente em pequenos lotes, essa versão carrega forte identidade regional. Cada produtor imprime características próprias à bebida, que pode apresentar odores característicos de uma verdadeira cachaça. Os apreciadores tradicionais diziam que essa cachaça é a famosa cachaça “curradeira” onde os produtores cortavam a cana para moer e as pontas eram destinadas ao consumo de seus animais nos currais e por isso o nome. Pratos leves compostos por peixes e queijos são indicados para acompanhar essa apreciada cachaça.

CACHAÇA AROMATIZADA

Recebe a infusão de frutas, especiarias ou ervas, se tornando uma alternativa versátil e leve, muito apreciada em coquetéis criativos e drinques tropicais. A bebida pode ser acompanhada por saladas com ingrediente frescos, comida japonesa e queijos leves, como o brie.

Os restaurantes da Água Doce são destino para famílias e grupos de amigos que buscam fazer de almoços, jantares, happy hours e confraternizações variadas um momento especial de entretenimento. O cardápio é extenso, repleto de delícias da culinária brasileira servidas em fartas porções e pratos. Além do extenso menu de cachaças e drinques, a casa é reconhecida pelo melhor Escondidinho do País.

Tudo em um só lugar: Oncoclínicas combina patologia, genética e IA para agilizar diagnósticos de câncer

Formato pioneiro no Brasil integra especialidade médicas em sua operação, facilitando o cruzamento de informações morfológicas e genéticas para impulsionar a medicina de precisão e enfrentar gargalos estruturais do sistema de saúde



O Brasil deve registrar 704 mil novos casos de câncer até o fim deste ano, segundo o triênio 2023-2025 do Instituto Nacional de Câncer (INCA), um dado que acende um alerta sobre a importância do diagnóstico precoce. Em resposta a esse desafio, a Oncoclínicas&Co — maior grupo de tratamento oncológico da América Latina — aposta em inovação e integração tecnológica ao unir, pela primeira vez, técnicas de patologia digital e genômica através da inteligência artificial (IA). A iniciativa faz parte da vertical OC Medicina de Precisão, laboratório de patologia molecular da

Oncoclínicas, e busca democratizar o acesso à oncologia de ponta, acelerando diagnósticos e ampliando as chances de tratamento eficaz em todo o país.

A iniciativa marca um avanço importante na medicina de precisão, encurtando significativamente o intervalo entre a detecção do tumor e o início do tratamento. No câncer de próstata, por exemplo, a tecnologia possibilita a triagem de até 70% das biópsias benignas, poupando tempo para a análise mais detalhada de amostras com tumores malignos. A

proposta também se propõe a enfrentar desafios estruturais do sistema de saúde brasileiro, como a escassez de patologistas, a fragmentação dos diagnósticos e os atrasos que comprometem o início das terapias.

“No Brasil e no mundo, é comum que esses serviços de patologia e genômica atuem de forma isolada. Ao identificarmos essa limitação, enxergamos uma oportunidade: por que não unificar essas áreas? O resultado mostrou que a comunicação direta entre as equipes, incluindo os médicos assistentes responsáveis por cada

caso, possibilita diagnósticos mais rápidos e precisos, oferecendo tratamentos mais precisos”, afirma Rodrigo Dienstmann, oncologista e diretor médico da OC Medicina de Precisão. “Em oncologia, o tempo entre a suspeita e o início do tratamento pode ser decisivo. Quando conectamos especialidades, dados e decisões clínicas em uma mesma estrutura, com um fluxo contínuo, transformamos a jornada do paciente”, complementa.

Segundo os dados da pesquisa Demografia Médica no Brasil 2025, realizada pelo Ministério da Saúde, pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e pela Associação Médica Brasileira (AMB), o país conta com cerca de 4.400 patologistas para atender uma população de mais de 200 milhões de pessoas, representando apenas 0,9% do total de especialistas no Brasil, considerando todas as áreas médicas. No caso do câncer, esse déficit pode custar um tempo valioso. A nova estrutura aumenta a segurança diagnóstica por meio do trabalho integrado de equipes que otimizam o uso de amostras biológicas, padronizam protocolos e promovem discussões colaborativas sobre cada caso. Na prática, isso significa que o mesmo tecido coletado em uma biópsia é compartilhado pelas duas áreas, evitando o desperdício do material e reduzindo a necessidade de novas coletas ou deslocamentos do paciente. O resultado é a integração de informações moleculares, que orientam decisões clínicas mais precisas e personalizadas.

Um exemplo do impacto da iniciativa envolveu um diagnóstico inicial de câncer do subtipo papilífero com suspeita de origem no pulmão. Com a união entre as duas frentes, foi identificada uma alteração molecular (nesse caso, uma mutação) que levou à reclassificação do caso como carcinoma papilífero de tireoide, alterando o diagnóstico e o curso do tratamento para o paciente.

O USO DE IA PARA OTIMIZAR A ROTINA DE DIAGNÓSTICO

A Oncoclínicas foi a primeira companhia fora dos Estados Unidos a incorporar os algoritmos da Paige, empresa especializada em soluções de patologia digital e IA clínica, à sua rotina diagnóstica. Desde 2021, a companhia utiliza o “Paige Prostate” para otimizar o diagnóstico de câncer de próstata e o “Breast Paige” para identificação de lesões precursoras e invasivas de tumores mamários, ambos algoritmos já validados nos EUA, com dados publicados. Em novembro do ano passado, a OC Medicina de Precisão passou a adotar também o algoritmo da Mindpeak, voltado para a análise de tumores de mama e a detecção de quatro biomarcadores cruciais: HER2 (incluindo os espectros “low” e “ultra-low”, que o olho do patologista não está treinado para identificar), receptor de estrogênio, receptor de progesterona e o marcador de proliferação celular Ki-67. A identificação desses biomarcadores é essencial para orientar a escolha do tratamento mais adequado para cada paciente.

“As ferramentas de inteligência artificial atuam como ferramentas essenciais para os patologistas, identificando áreas de interesse e detectando características sutis nos tumores que podem passar despercebidas ao olho humano. Com isso, os diagnósticos se tornam mais rápidos e assertivos, impactando positivamente o tratamento do paciente. Adotamos o uso de IA há quatro anos para auxiliar na revisão de mais de 23 mil biópsias de próstata e mama. A tecnologia contribuiu para melhorar a precisão diagnóstica, demonstrando quase 100% de sensibilidade e 93% de especificidade, além de aprimorar as taxas de detecção, incluindo a identificação de cerca de 1% de lesões malignas da mama que inicialmente não haviam sido detectadas pelos patologistas”, explica Leonard Medeiros da Silva, patologista da OC Medicina de Precisão.

A solução está presente em três unidades em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Além disso, a plataforma de patologia digital e genômica do laboratório permite a integração de novos algoritmos de IA ao fluxo de trabalho de maneira eficiente e escalável. Com essa estratégia, a Oncoclínicas avança não apenas na qualificação do diagnóstico individual, mas na consolidação de um formato estrutural replicável que pode redefinir o padrão de cuidado oncológico no Brasil. “A Inteligência Artificial é uma aliada estratégica na prática médica moderna. Ela não substitui o olhar clínico, mas amplia a capacidade de análise, detectando alterações ocultas que fazem toda a diferença no cuidado ao paciente oncológico”, finaliza Dienstmann.

A Oncoclínicas&Co é o maior grupo dedicado ao tratamento do câncer na América Latina, com um modelo hiperespecializado e inovador voltado para a jornada oncológica. Com um corpo clínico formado por mais de 2.900 médicos especialistas em oncologia, a companhia está presente em 45 cidades brasileiras e dois países, somando mais de 145 unidades. Com foco em pesquisa, tecnologia e inovação, o grupo realizou nos últimos 12 meses cerca de 698 mil tratamentos. A Oncoclínicas segue padrões internacionais de excelência, integrando clínicas ambulatoriais a cancer centers de alta complexidade, potencializando o tratamento com medicina de precisão e genômica. Parceira exclusiva no Brasil do Dana-Farber Cancer Institute, afiliado à Harvard Medical School, adquiriu a Boston Lighthouse Innovation (EUA) e possui participação na MedSir (Espanha). Integra ainda o índice IDIVERSA da B3, reforçando seu compromisso com a diversidade. Com o objetivo de ampliar sua missão global de vencer o câncer, a Oncoclínicas chegou à Arábia Saudita por meio de uma joint venture com o Grupo Al Faisaliah, levando sua expertise oncológica para um novo continente.

Novo Nordisk questiona priorização da Anvisa na análise de medicamentos à base de liraglutida e semaglutida e alerta para riscos ao sistema de saúde e aos pacientes



No último dia 25 de agosto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou o Edital de Chamamento 12/2025, que trata da ampla priorização da análise de pedidos de registro de medicamentos contendo liraglutida ou semaglutida, alegando suposto risco de desabastecimento do mercado nacional.

Tal justificativa não reflete a realidade. A Novo Nordisk comunicou formalmente à Anvisa de que não há risco de desabastecimento da semaglutida biológica no mercado brasileiro, contudo, não obteve retorno e tampouco foi consultada pela agência sobre o tema.

Os medicamentos Wegovy®, Ozempic® e Rybelsus® estão amplamente disponíveis em farmácias e canais oficiais, com estoques suficientes para atender à demanda atual dos pacientes em todo o país, e a produção segue estável e sem previsão de redução. Além disso, a companhia destaca que existem outras opções terapêuticas na mesma categoria de medicamentos (análogos

de GLP-1), inclusive cópias de liraglutida sintética já disponíveis no mercado brasileiro, afastando por completo qualquer cenário de desabastecimento.

Diante da ausência de fundamentos para a adoção da medida de priorização desta classe terapêutica (análogos de GLP-1) em detrimento de quase 900 outros medicamentos que aguardam na fila pela análise da Anvisa, alguns há quase 3 anos, a Novo Nordisk ingressou com uma ação judicial contestando a legalidade do referido ato administrativo.

A empresa reitera que a proposta de ampla priorização não é aderente aos critérios técnicos estabelecidos pela norma vigente e impacta negativamente o tempo de análise de medicamentos de outras classes terapêuticas, como tratamentos para câncer, doenças autoimunes, Alzheimer e esclerose múltipla. Associações de pacientes já manifestaram preocupação com o possível atraso na chegada dessas tecnologias essenciais à população que delas necessita.

A Novo Nordisk reafirma seu compromisso com o Brasil e se mantém aberta ao diálogo transparente com as autoridades, profissionais de saúde e a sociedade, em prol do fortalecimento de políticas públicas de saúde que garantam o acesso amplo e justo à inovação para todos os pacientes.

O Novo Nordisk é uma empresa líder global em saúde, fundada em 1923 e com sede na Dinamarca. Nosso propósito é impulsionar mudanças para derrotar doenças crônicas graves, inspirados pela nossa história centenária relacionada ao diabetes. Fazemos isso sendo pioneiros em descobertas científicas, expandindo acesso aos nossos medicamentos e trabalhando para prevenir e, até mesmo, curar doenças. A Novo Nordisk emprega mais de 77 mil pessoas em 80 países e comercializa seus produtos em cerca de 170 nações. No Brasil desde 1990, a empresa conta atualmente com mais de 2,5 mil funcionários. Está presente em dois estados, com um escritório administrativo em São Paulo (SP) e um site produtivo em Montes Claros (MG).

Arena Mineirão e APVS fecham acordo de sector rights para o espaço Tribuna



Principal arena multiuso de Minas Gerais, o Mineirão anunciou no dia 11/09, uma nova fase para o setor Roxo Inferior, agora batizado de Tribuna APVS, após firmar contrato de sector rights com a Associação de Proteção Veicular e Serviços, a APVS Brasil. A parceria tem validade de três anos e marca mais um passo na consolidação do estádio como uma plataforma de visibilidade estratégica para grandes marcas.

Localizado próximo ao túnel central, no anel inferior da arquibancada, o espaço é um dos mais privilegiados do Gigante da Pampulha. A Tribuna APVS possui área de convivência de 800 m² e tem capacidade para 3.000 pessoas, reunindo visão privilegiada, conforto e grande circulação de público em dias de jogos e eventos.

A nova identidade visual do setor – em azul, a cor da marca – será oficialmente apresentada no clássico Cruzeiro e Atlético desta quarta, pelas quartas de final da Copa do Brasil. Além do sector rights, o contrato prevê um plano robusto de ativações e experiências da marca com o pú-

blico, incluindo ações promocionais, presença institucional e materiais de visibilidade no espaço.

“Essa parceria com a APVS traz muito do que acreditamos no Mineirão: marcas que compartilham nossos valores, investem no mercado mineiro e querem estar onde as coisas acontecem. O setor Tribuna é um ativo valioso, e agora se fortalece ainda mais com uma marca que tem credibilidade e capilaridade nacional”, ressalta a gerente comercial do Mineirão, Ursula Nogueira.

Com mais de 14 anos no segmento, a APVS Brasil oferece proteção veicular contra roubo, furto, colisão e incêndio, além de benefícios como carro reserva, assistência 24h e clube de benefícios. Com presença consolidada em todo o país, a associação vem ampliando sua conexão com o universo esportivo e aposta no Mineirão como ponto de aproximação com o público mineiro.

“A APVS vive um novo momento, marcado pelo novo papel do segmento no ramo de seguros no Brasil: a

proteção do patrimônio do brasileiro. Estar no Mineirão, um patrimônio nacional, é a continuidade desse caminho: uma oportunidade de aproximar ainda mais a nossa associação do público”, desta Kleber Vitor, CEO da APVS Brasil.

A nova Tribuna APVS reforça o posicionamento do Mineirão como hub de entretenimento, negócios e relacionamento. A arena segue ampliando seu portfólio de parceiros e entregando soluções comerciais inovadoras para marcas que desejam conversar com milhares de pessoas de forma impactante e memorável.

A APVS Brasil é uma associação de proteção veicular com mais de 13 anos de atuação no segmento, protegendo o veículo associado desde a ocorrência mais corriqueira até aquelas de maior complexidade, garantindo segurança e tranquilidade em todos os momentos. Tem como preceitos promover o associativismo, a satisfação do associado, a valorização e o respeito às pessoas, à responsabilidade social e atender com excelência, integridade e sustentabilidade.

Juscelino Kubitschek:

PROFETA DO DESENVOLVIMENTO EXEMPLOS E LIÇÕES AO BRASIL DO SÉCULO XXI

"Não se trata de uma obra biográfica, nem de um documento de natureza acadêmica porque é muito mais do que simples relato e análise de sua vida. Esta nova obra sobre JK, contendo fatos inéditos ainda não revelados busca, resgatar o debate sobre o Desenvolvimento Nacional para que o Brasil possa se reconciliar com o crescimento econômico, vigoroso, consistente, contínuo e sustentável."



Conheça o legado do político que transformou o País e fez o Brasil crescer 50 anos em 5 anos de governo.

São 2.336 páginas distribuídas em três volumes:

Volume I - O Profeta do Desenvolvimento

Volume II - O Desenvolvimento em 1º Lugar
A Construção de uma Nação Próspera e Justa

Volume III - Mensageiro da Esperança
Coletânea de 250 Discursos Proferidos na Presidência da República

AUTOR:

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Bacharel em Ciências Contábeis e Economista; Presidente/ Editor Geral de MercadoComum - Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios; Presidente da ASSEMG - Associação dos Economistas de Minas Gerais; e Coordenador-Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico. Vice-Presidente da ACMinas - Associação Comercial e Empresarial de Minas.

Maiores informações: (031) 3281-6474 ou www.mercadocomum.com



Sarajevo - Bósnia Herzegovina

Paulo Queiroga

Com ajuda do Blog: malapronta.com.br



Lembrada na história recente pelos conflitos locais, atualmente, a Bosnia Herzegovina é uma excelente opção de destino de viagem no Leste Europeu.

Desembarcamos na capital Sarajevo. Como de costume, daremos uma rápida vista no passado, lembrando que o destino visitado se torna muito mais interessante quando conhecida sua História.

BREVE PINCELADA HISTÓRICA

Registros marcam entre os séculos VI e IX o período da chegada dos povos eslavos à região dos Balcãs. A

península compreende os países: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Eslovênia, Grécia, Kosovo, Montenegro, Macedônia do Norte, Romênia e Sérvia, além de partes da Turquia.

A Bósnia teve a primeira estrutura política independente no século XII; expandiu seu território para Reino da Bósnia e tornou-se um império poderoso no século XIV.

O Império Otomano anexou a Bósnia em 1463, convertendo-a ao islamismo, ocupação que durou até o final do século XIX.

Desde esta época até a Primei-

ra Guerra Mundial, (1914/1918), o país foi anexado ao Império Austro-Húngaro. No período entre as guerras mundiais, a Bósnia e Herzegovina faziam parte do Reino da Iugoslávia. Terminada a Segunda Grande Guerra, em 1945, foi formada a República Socialista Federativa da Iugoslávia.

Em 1992, com o desmembramento da Iugoslávia, a república proclama sua independência pela Guerra da Bósnia, que durou até o final de 1995 e deixou rastros de destruição na Capital Sarajevo.

Em 15 de dezembro de 2022, a Bósnia e Herzegovina foi reconhecida pela União Europeia como país candi-

dato à adesão por decisão do Conselho Europeu.

O país possui um sistema de segurança social, saúde universal e o ensino básico e secundário gratuitos. O turismo tem crescido significativamente nos últimos anos.

Os grupos étnicos principais são bósnios, sérvios e croatas. As minorias incluem judeus, ciganos, albaneses, montenegrinos, ucranianos e turcos, que estão entre as 17 “minorias nacionais” reconhecidas.

SARAJEVO, CIDADE TURÍSTICA

Sarajevo se situa em grande altitude, clima continental, com verões quentes, os invernos bem frios e com bastante neve.

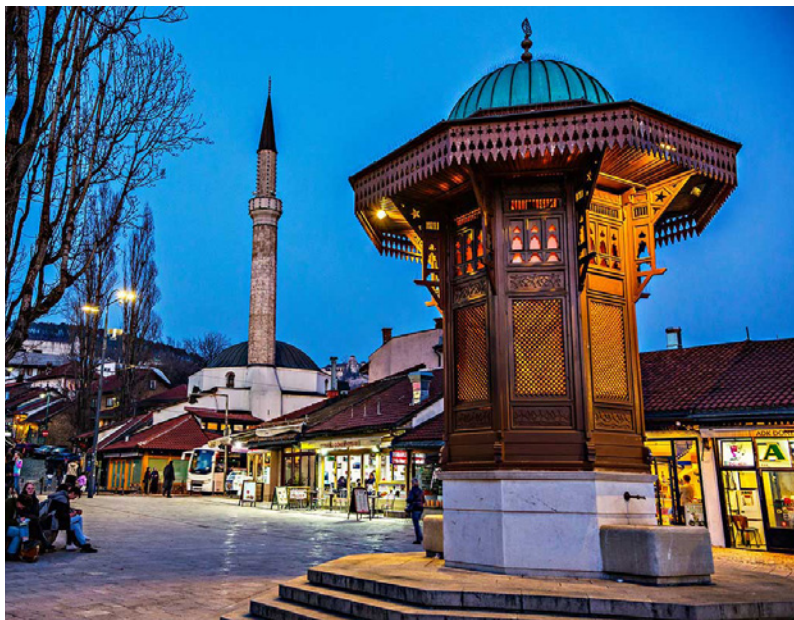
Considerada uma das cidades mais importantes da Península Balcânica, depois de Istambul, Sarajevo tem uma rica história, desde sua fundação, em 1461 pelos otomanos.

Foi ali que, em 28 de junho de 1914, se deu o assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando da Áustria e sua esposa, o que serviu de estopim para a Primeira Guerra Mundial. Mais recentemente, com foco no turismo, a cidade sediou os Jogos Olímpicos de Inverno de 1984.

Um percurso a pé pelo centro histórico conta séculos de cultura e história.

A Ponte Latina, onde ocorreu o assassinato do Arquiduque da Áustria, a Mesquita do Imperador, a Mesquita do Imperador, a Careva Džamija, construída em 1457 pelo sultão otomano Mehmed, o Conquistador, a mesquita mais antiga da cidade.

A belíssima Câmara Municipal, projetada em 1891 para sediar a prefeitura, foi, inicialmente, o maior e mais representativo edifício do período austro-húngaro.



O BAZAR DE GHAZI HUSREV BEY, UM BAZAR OTOMANO COBERTO DO SÉCULO XVI, FICA TAMBÉM NO CENTRO HISTÓRICO.

A Catedral da Igreja Ortodoxa Servia é a maior e uma das maiores dos Balcãs e designada Monumento Nacional da Bósnia Herzegovina. Construída entre 1863 e 1868, é uma basílica de três seções inscrita em um plano em forma de cruz e cinco cúpulas. Ponto obrigatório de visi-

taObrigatório também é um passeio pela cervejaria mais antiga do império otomano. Alí está impresso todo o ambiente dos Balcãs. No entorno, as ruas Bravadžiluk e Kazandžiluk conhecidas por sua gastronomia e o tradicional artesanato em cobre faz brilhar os olhos.

Igrejas ortodoxas, católicas, mesquitas e sinagogas antigas completam o passeio de misturas de culturas por Sarajevo, conhecida como “a Jerusalém da Europa”.



A difamação na era digital

Saulo Carvalho

Advogado. Parecerista. Conselheiro de Administração. Poeta. Pensante. Escritor de Textos.

No século XIX, Jan Neruda escreveu um conto inquietante e visionário. Em “Como arruinar um mendigo”, narra a história de um homem simples, que sobrevive de esmolas, mas torna-se alvo de uma campanha de difamação. Tudo começa com uma frase solta, uma suspeita insinuada, que logo se espalha como verdade. Sem provas, sem consistência, o boato vai se multiplicando e, pouco a pouco, a figura pública daquele mendigo vai sendo corroída até não restar mais dignidade nem espaço para o sustento. A opinião coletiva, moldada por insinuações e falsas narrativas, o empurra à ruína. O conto é curto, mas devastador. Neruda, com fina ironia e aguda percepção social, expõe o poder destrutivo das palavras quando manejadas com desleixo ou malícia.



Avançamos no tempo. Trocamos os becos de Praga pelas redes sociais. Os sussurros de esquina agora são posts virais. Não é mais necessário encontrar alguém no mercado para espalhar um boato. Basta um clique. Uma publicação enviesada, um vídeo editado, uma frase solta fora de contexto. O algoritmo faz o resto. A mentira corre mais rápido que a verdade e, enquanto a dúvida se instala, os danos já estão feitos. As consequências não são mais apenas morais. São jurídicas, econômicas, psicológicas. A difamação digital opera com uma frieza quase automatizada. Com o agravante de que raramente há responsabilização proporcional. Em tempos de curtidas e compartilhamentos impulsivos, a reputação de alguém pode ser esfarelada em poucas horas por um enxame anônimo e desatento.

O mais perturbador é a impessoalidade crescente. As pessoas se informam por manchetes, não por conteúdos. Julgam por aparências, não por argumentos. Comentam sem ler, reagem sem pensar, replicam sem verificar. A comunicação humana se tornou um eco apressado de impressões. A empatia rareia. O benefício da dúvida foi arquivado. Tornou-se mais fácil acusar que entender, mais eficaz atacar que dialogar. E não há sistema de reversão automática para a honra destruída.

A tecnologia deveria ampliar o pensamento. Em vez disso, muitas vezes estreita os filtros. Não há debate. Há torcida. Não há escuta. Há ruído. E nesse ruído, verdades são apagadas, biografias são distorcidas, histórias são encerradas antes de começarem.

As consequências, como no conto de Neruda, são silenciosas, mas fatais. O corpo pode estar vivo, mas o nome está morto.

Voltar a Jan Neruda é mais do que re-visitar um autor. É resgatar o alerta ético de quem, ainda no século XIX, já intuía o poder destrutivo da linguagem quando usada sem consciência. Seu conto é, hoje, uma premonição. A diferença é que agora não precisamos sussurrar. Um celular, uma frase maliciosa e a multidão faz o resto.

Que não nos tornemos cúmplices passivos dessa engrenagem. Que haja tempo para refletir antes do clique. Que se preserve a dignidade do outro como a própria. Porque há ruínas que começam por palavras. E há palavras que envenenam como cianureto.

Sobre o voto de Fux para anular julgamento de Bolsonaro e outros réus no STF

Lucas Berlanza

Jornalista formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), colunista e presidente do Instituto Liberal, conselheiro de diversas organizações liberais brasileiras, membro fundador da Sociedade Tocqueville, sócio honorário do Instituto Libercracia, fundador e ex-editor do site Boletim da Liberdade e autor, co-autor e/ou organizador de 11 livros.



Já estão suscitando todo tipo de recordação maliciosa dos votos passados do ministro Luiz Fux, grasnando que sua “retórica cai como uma luva” para o governo Trump, denunciando os interesses escusos que o movem...

Irregularidades, alianças políticas, interesses escusos, nada disso importa quando se trata do comportamento de seus colegas ministros do STF, desde que seja para punir os “fascistas”.

Fux não é um herói e quer se salvar da ameaça de uma sanção norte-americana; concordo, mas e daí? Diz-se que o “notório saber” dos juristas da Suprema Corte prevalece sobre todos nós, extremistas abjetos. Pois Fux é um deles. Seu voto serve como registro articulado de denúncia da insanidade reinante na cúpula togada –

para o exterior, para os profissionais do Direito, para a posteridade.

Em síntese, Fux sustentou a inexistência de provas de que os réus ora em julgamento tenham ordenado os atos de vandalismo de 8 de janeiro de 2023; que houve cerceamento de defesa, com excesso de dados disponibilizados em pouquíssimo tempo para os advogados se prepararem; que, por óbvio, não há que condenar os réus por organização criminosa armada, não havendo nada que ligue os réus, ora bolas, ao uso de armas para cometer um crime; e que a ação penal deveria ser simplesmente anulada, porque há “incompetência absoluta” para o STF julgá-la, de vez que os réus não têm foro privilegiado – e decidir por uma mudança de competência após o cometimento dos supostos

crimes “gera questionamentos não só sobre casuísmos”, mas também “ofende o princípio do juiz natural e da segurança jurídica”. Finalizou asseverando que a missão do STF é “guardar a Constituição”, não lhe competindo fazer juízos políticos, e que “o juiz deve acompanhar a ação penal com distanciamento”, a última condição a ser obedecida nos últimos tempos, a tal ponto que os togados nem mais sabem o que tal advertência significa.

Se somos loucos golpistas por enxergarmos o óbvio, podemos dizer que, em nossa insanidade coletiva, temos a companhia de um doutor em Direito que está no STF neste momento e foi indicado para tal, alegadamente, repetamos, por “notório saber jurídico”, por ninguém mais nem menos que a petista Dilma Rousseff.



Clima de deserto

Nestor de Oliveira
Jornalista e escritor



A Defesa Civil tem feito insistentes alertas de perigo para o clima de deserto que assola a área central do Brasil, nesta primavera de sol escaldante e ausência de chuvas. O índice de umidade está em torno de 12% quando o recomendado para a saúde humana é de 60%, tornando grave ameaça a doenças. O ar está seco, irrespirável. Estudos científicos detectaram o epicentro deste fenômeno, determinando o ponto exato de sua origem – está no planalto central, precisamente no Distrito Federal, Brasília. Não se sabe qual a posição da Defesa Militar, que ainda não se pronunciou, nem deveria, ocupada que está em acompanhar certo julgamento que acontece na cidade.

O deserto está se expandindo especialmente nas áreas políticas e econômicas, com ausência de soluções para os graves problemas da região

e do país. Estão identificados indícios de grave pobreza de ideias, criatividade, planejamento e soluções para o presente e futuro do país. Como já sabemos o Distrito Federal e sua capital Brasília, acomodam os gestores eleitos pelo povo brasileiro para guiar o nosso destino, transformar em riquezas para o povo o que a natureza tem nos presenteado em abundância. É uma cidade sem alma, nem identidade, uma ilha paradisíaca distante da realidade do país. Todos os dias, com sol a pino, somos bombardeados com gestos e ações estéreis, programas insossos e perda de energia com programas feitos com o propósito de enganar e ludibriar cidadãos, especialmente os eleitores, como se o país estivesse com ótima saúde, pujança, crescimento e liberdade.

Como no deserto, existem seres que conseguem sobreviver nestas condi-

ções inóspitas e um dos que sobrevivem e se multiplicam são os ratos. Existem também os camelos, grandes bebedores, dromedários, serpentes e outros. Mas, os mais nefastos são os roedores que destroem, roubam, as economias feitas e acumuladas em favor do futuro dos que delas necessitam. São difíceis de ser extintos, sobrevivem a muitas gerações e sabem se ocultar nas nesgas do poder. Caçá-los não é tarefa fácil, puni-los impossível. Resistem ao clima, sobrevivem às custas dos humildes, do trabalho alheio e sendo vizinhos do poder, nele se aninham. Roubam os contribuintes, empreendedores, trabalhadores ou não, que recolhem seus impostos por todo o território nacional, taxados e sobretaxados por uma máquina arrecadadora eficiente e poderosa, mantenedora do baronato de custos estratosféricos, sem igual no mundo. Para dar nome aos bois, baronato é uma expressão para designar o executivo, parlamentares, judiciário como um todo, funcionários do alto escalão federal, privilegiados de órgãos públicos, estatais, inclusive os dirigentes de universidades e centenas de milhares de ocupantes de cargos comissionados.

Nós, os deserdados da eficiência dos serviços públicos, desolados com o caminho seguido em nome de uma ideologia retrógrada, vamos como bois ao matadouro. Vencidos e carentes da esperança, até que um dia – e ele há de vir – surja um líder, ou movimento da verdade que saiba nos guiar, os novos beduínos, para o desenvolvimento, justiça e honra de sermos brasileiros.

Desafios da Reforma Tributária Brasileira

Rogério Gandra da Silva Martins

Sócio da Advocacia Gandra Martins, Especialista em Direito Tributário pelo CEU-Law-School, Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo – TIT/SP (2006-2007)(2022-2025), Conselheiro do Conselho Superior de Direito da FECOMERCIO/SP, Diretor da CECOMERCIO, Integrante do Conselho Jurídico da FIESP, Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de São Paulo (2004-2006).



A Reforma Tributária brasileira (EC 132/2023 e LC 214/2025) propõe substituir cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um IVA dual: CBS (federal) e IBS (estados/municípios), além do Imposto Seletivo. Apesar dos objetivos de simplificação, enfrenta desafios complexos.

Essa mudança exige um período de transição gradual e a regulamentação de diversos temas, como as alíquotas de referência, os regimes específicos para alguns setores, a partilha da arrecadação e a criação do Comitê

Gestor. O sucesso da reforma dependerá da capacidade do governo em detalhar essas regras de forma clara e eficiente, garantindo a segurança jurídica e a adaptação de empresas e cidadãos ao novo sistema.

VAMOS REFLETIR SOBRE OS PRINCIPAIS PROBLEMAS E DESAFIOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA:

1. Implementação (2026-2032)

A transição de sete anos exige que as empresas operem dois sistemas si-

multaneamente. Há escassez de mão de obra qualificada e necessidade de grandes investimentos em tecnologia e adequação de ERPs (Enterprise Resource Planning, em português, Planejamento dos Recursos da Empresa). Empresas precisam mapear processos, identificar benefícios fiscais e planejar cuidadosamente a adaptação.

2. Setor de Serviços

Com alíquota de 26,5%, o setor pode ter aumento de até 96% na carga tributária. Representa 70% do PIB e

60% dos empregos formais, mas não conseguiu regime diferenciado. A folha de pagamento (maior custo) não gera créditos, criando desvantagem competitiva. Riscos incluem repasse de custos, redução da demanda e perda de competitividade internacional.

3. Conflitos Federativos

O Comitê Gestor do IBS (54 membros) enfrenta disputas entre a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) para representação municipal. Estados e municípios temem perda de autonomia fiscal. A mudança do regime de origem para destino pode gerar perdas de arrecadação. O financiamento inicial de R\$ 600 milhões pela União gera preocupações sobre sustentabilidade.

4. Guerra de Lobbies

O Agronegócio conquistou benefícios (isenção até R\$ 3,6 mi, alíquota zero para 22 produtos), mas teme aumento de 5% para 28%. Onze setores obtiveram regimes diferenciados (saúde, educação, hotelaria), elevando a alíquota padrão para os demais. Cada exceção setorial contribuiu para aumentar a carga tributária dos outros setores.

5. Problemas Jurídicos

Superior Tribunal de Justiça projeta triplicação de processos (28.764 para 86.000). Incertezas sobre contencioso do IBS/CBS e harmonização entre CARF e Comitê Gestor. Lei Complementar com mais de 500 artigos aumenta a complexidade. Temas problemáticos incluem compensação de saldos credores de PIS, Cofins e ICMS, definição de base de cálculo e aplicação do Imposto Seletivo.

6 - Riscos Identificados

*Alíquota padrão entre 26,5% e 28% (uma das maiores do mundo)
Descompasso entre decisões*



administrativas e judiciais

Sobrecarga do Judiciário e insegurança jurídica

Migração para economia informal

Perda de competitividade internacional

Complexidade adicional durante a transição.

CONCLUSÃO

O sucesso da reforma depende de superar disputas políticas, resistir à pressão por exceções e garantir regulamentação equilibrada. Exige grande esforço de adaptação empresarial, investimentos em tecnologia, qualificação profissional e governança técnica do Comitê Gestor. Com diálogo e transparência, é possível construir um sistema tributário mais justo e eficiente para todos os brasileiros.

Neste mar de complexidade que tem permeado a alteração de nosso sistema tributário tais meios não têm sido utilizados com a maestria e frequência.

A reforma tributária brasileira, embora busque simplificar o sistema, está imersa em um mar de complexidade e incertezas. A necessidade de uma

longa transição, os impactos negativos sobre setores cruciais como o de serviços, os conflitos federativos e a pressão de lobbies criam um cenário que pode gerar mais problemas do que soluções. A falta de maestria e transparência na condução do processo sugere que, em vez de um futuro mais claro, a reforma pode trazer incalculáveis problemas para o ordenamento jurídico e a economia, reforçando a ideia de que, no Brasil, a incerteza permeia até mesmo o que está por vir.

Com todo este universo de incertezas e problemas sequer podemos parafrasear o Conselheiro Acácio (personagem do romance “O Primo Basílio”, do escritor português Eça de Queirós) em sua célebre quota: “Pode acontecer de tudo, inclusive o nada “ vez que “o nada” é a única certeza que temos que definitivamente não ocorrerá nesta tão conturbada Reforma Tributária.

Na impossibilidade de parafrasear Acácio, ficamos com a célebre frase de Roberto Campos que afirmou: “No Brasil até o passado é incerto”. Muito embora nossa kafkaniana Reforma Tributária cá está para o futuro, trará inúmeros e incalculáveis problemas para o ordenamento jurídico com que hoje convivemos.



O agronegócio mata a fome do mundo

Antônio Carlos Arantes
Deputado Estadual por Minas Gerais



Em um planeta que abriga mais de 8 bilhões de pessoas, garantir o alimento diário de cada ser humano é um desafio gigantesco — e vital. Nesse contexto, o agronegócio mundial desempenha um papel central e estratégico. Muito além dos estigmas e das generalizações, o setor é, hoje, uma das principais forças que sustentam a produção de alimentos em larga escala e contribuem para combater a fome e manter a paz em diversas partes do mundo.

Combinando tecnologia de ponta, pesquisa científica, inovação genética, mecanização e logística eficiente, o agronegócio moderno é capaz de produzir mais em menos espaço, com mais sustentabilidade e segurança alimentar. Países como o Brasil, os Estados Unidos e a China são exemplos claros de como o avanço agrícola tem potencial de abastecer tanto os mer-

cados internos quanto os mercados internacionais, garantindo comida na mesa de bilhões e nesse cenário, o Brasil, em particular, é um protagonista global.

O país alimenta mais de 1 bilhão de pessoas no mundo, segundo estimativas do Ministério da Agricultura. É o maior exportador mundial de soja, café, carne bovina e suína, além de ocupar posições de destaque na produção de carne de frango, milho, algodão, frutas e outros produtos essenciais. Essa pujança agropecuária, aliada à competitividade do setor, faz do Brasil o maior pilar da segurança alimentar mundial.

É claro que o agronegócio enfrenta desafios importantes. Questões como o uso responsável da terra, o impacto ambiental, a redução no uso de agroquímicos, as mudanças climáticas e a

necessidade de inclusão de pequenos produtores, da agricultura familiar e comunidades tradicionais são pautas legítimas e urgentes as quais abraço diariamente em minha atuação parlamentar. Mas afirmar, como fazem alguns, que o agronegócio mata, é ignorar a importância do setor na luta contra a fome global e condenar milhões a morte. A equação não é simples, mas uma coisa é certa: sem o agronegócio, o combate à fome global se tornaria ainda mais distante, para não dizer impossível.

Combater a fome exige políticas públicas eficientes, sistemas logísticos bem estruturados e, acima de tudo, produção de alimentos em escala. Nesse cenário, o agronegócio não é o vilão — é parte da solução. Alimentar o mundo é um dos maiores desafios da humanidade, e o agronegócio é uma das suas mais poderosas ferramentas.



O terceiro lado da moeda

Carlos Alberto dos Santos
Jornalista, professor e escritor



Nas minhas primeiras aulas de jornalismo para novas turmas, eu sempre começava com uma pergunta: “Quantos lados tem uma moeda?”. Alguns alunos logo respondiam: “Dois lados”. Outros até questionavam, tipo: “Como assim? Lógico que são dois”. Havia também aqueles que trocavam olhares e davam um sorrisinho, como quem dizia: “Que pergunta é essa, professor?”.

Quando alguém me devolveia a mesma pergunta, eu soltava a bomba, para a surpresa de muitos: “A moeda tem três lados: o de cima, o de baixo e o da lateral!”. Depois disso, começava a explicar o motivo dessa pergunta que, confesso, atiçava a curiosidade

de quase todo mundo.

Afinal, como futuros jornalistas, eles precisavam aprender a ter um olhar mais amplo sobre os fatos. Nem sempre bastava perguntar: “Quem é o culpado? Quem errou?”. Ou ainda: “Quem é o mocinho e quem é o vilão?”. “O carro capotou porque o motorista dormiu ao volante ou passou mal?”. Buscar novos elementos, fazer várias indagações e pesquisar diferentes pontos de vista ou possibilidades pode ampliar nossa capacidade de enxergar uma realidade muito maior e não apenas a que está diante de nós.

Existe um provérbio chinês que diz: “Todos os fatos têm três versões: a tua,

a minha e a verdadeira”. Sempre pensei que esse aprendizado profissional também poderia ser incorporado à nossa vida pessoal. Corremos o risco de ficarmos presos ao nosso entorno, ao nosso metro quadrado, e deixamos de ampliar conhecimentos e saberes.

No mundo atual, com tanta informação disponível, principalmente nas redes sociais, caímos facilmente na armadilha de pensar que, por termos acesso a tantos dados, “estamos bem na fita”. Mas informação não é conhecimento, assim como conhecimento não é sabedoria. Essa busca pelo saber e pelo conhecer precisa ser permanente, sempre com espírito crítico e analítico.



O perigo das fake news nos negócios imobiliários

Kênio de Souza Pereira

*Consultor da Presidência da OAB-MG; Vice-presidente da Comissão Especial de Direito Condominial da OAB Federal; Diretor da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário
contato@keniopereiraadvogados.com.br - Tel. (31) 97139-1474*

fake news
A VÍTIMA PODE SER VOCÊ.

QUANDO A MENTIRA VIRALIZA, A VERDADE CUSTA CARO

Circulam na internet postagens que afirmam, de forma equivocada, que se comprador ou vendedor desistem da negociação após terem negociado com a assistência do corretor, haveria obrigação automática de pagar comissão de corretagem. Também foi divulgado que o comprador não seria responsável por dívidas condominiais do imóvel adquirido, atribuindo tal obrigação apenas ao vendedor, mesmo após a venda.

Esses artigos divulgam afirmações falsas, distorcem julgados do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e foram divulgadas de modo irresponsável para gerar polêmica e engajamento nas redes sociais.

É essencial que leitores desconfiem de matérias sensacionalistas, com títulos enganosos que visam somente os cliques. Muitos internautas se limitam a comentar um artigo com base chamada, sem verificar o teor da decisão, frequentemente ocultado pelo autor para que sua má-fé não seja desmascarada.

Com o avanço das fake news, é preciso esclarecer: o corretor de imóvel não tem direito a comissão sem contrato de promessa de compra e venda assinado, e o comprador que deixou de exigir a declaração de quitação do síndico do imóvel vendido, responde pelas dívidas condominiais do imóvel adquirido.

DESISTIR NÃO É O MESMO QUE SE ARREPENDER

O Código Civil, em seu art. 725, estabelece que a remuneração do corretor só é devida quando há “resultado útil”, o que ocorre com a assinatura do contrato de promessa de compra e venda. O corretor, nesse caso, fará jus à remuneração por ter prestado o seu serviço e alcançado o resultado esperado, configurado pela assinatura do contrato de promessa de compra e venda.

Há desistência se uma das partes volta atrás antes da assinatura do contrato de promessa de compra e venda. Nesse caso não há comissão. Mas se o contrato é assinado e depois rescindido há o arrependimento. Nessa hipótese aplica-se multa

à parte culpada e o corretor recebe sua comissão, pois o seu trabalho alcançou sua finalidade com a conclusão do negócio, conforme artigo 725 do Código Civil.

No acórdão que embasou a notícia falsa (AgInt no AREsp n. 2.803.021/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, publicado em 25/4/2025), o STJ determinou o pagamento da comissão porque houve rescisão de contrato de promessa de compra e venda. A parte foi condenada a pagar porque havia um contrato assinado, e não porque simplesmente desistiu do negócio antes da assinatura. A notícia distorceu a decisão e confundiu arrependimento com desistência para induzir o leitor a erro e gerar engajamento nas redes sociais.

Na própria decisão do STJ, acima mencionada, constou que: “No caso, o Tribunal estadual, com arrimo no instrumento contratual e nas peculiaridades constatadas, concluiu ter havido a efetiva intermediação pelo corretor e a concretização do negócio jurídico de compra e venda celebrado entre as partes, com a as-

sinatura do documento e posterior distrato com a consequente devolução de valores”.

A assinatura do contrato de promessa de compra e venda é, portanto, o marco que separa desistência, que é bem diferente de arrependimento. Se o negócio foi formalizado, o corretor garante a sua comissão, mas, sem assinatura formalizando a conclusão do negócio – que geralmente estabelece o pagamento do sinal, bem como a multa rescisória – não há o corretor pleitear recebimento de um trabalho inócuo.

QUEM COMPRA RESPONDE PELA DÍVIDA PERANTE O CONDOMÍNIO

Não é correto afirmar que o comprador não responde por débitos condominiais, pois as quotas de condomínio têm natureza “propter rem”, ou seja, acompanha o imóvel, independentemente de quem seja o proprietário ou do que foi ajustado entre as partes.

No acórdão que pode ter embasado a notícia falsa, o casal que comprou o apartamento não registrou a escritura em seu nome e na matrícula o imóvel continuava em nome do vendedor após vários anos. O condomínio ajuizou ação de cobrança contra o casal, ganhou a ação, e, no cumprimento de sentença, pediu a penhora do bem. A decisão do processo de conhecimento, portanto, não condenou o vendedor ao pagamento, mas diante das tentativas frustradas de execução da sentença, o juiz permitiu a penhora do bem porque a propriedade ainda constava em seu nome. A notícia distorceu completamente esse ponto. Portanto, é mentira a afirmação dos posts de que “comprador de imóvel não é obrigado a pagar dívidas antigas de condomínio e IPTU”, caso ele tenha comprado sem exigir que o vendedor as quitasse antes de fazer a escritura de compra e venda.



IMÓVEL EM NOME DO VENDEDOR PODE SER PENHORADO POR DÍVIDA DO COMPRADOR

O Juiz ao determinar a penhora do apartamento que está ainda no nome do vendedor, está na prática, punindo o comprador, pois é este que ao final perderá o imóvel no leilão diante da dívida que deixou de honrar.

O STJ confirmou esse entendimento no REsp nº 1.910.280/PR, relatado pela Ministra Maria Isabel Gallotti e publicado em 24/04/2025. A decisão reconheceu que vendedor, caso não tenha transmitido a propriedade no Ofício de Registro de Imóveis, pode ter o bem penhorado mesmo por dívida gerada pelo comprador após a posse. Se a dívida não for paga, o imóvel pode ser penhorado e até levado a leilão, não podendo a falta de registro da escritura impedir que o condomínio receba seu crédito.

Na prática, o comprador assume o risco de débitos em aberto, pois o condomínio não pode ser prejudicado por acordos particulares. A dívida acompanha o imóvel, garantindo ao condomínio

meios de cobrar o que lhe é devido.

Esse entendimento reforça a segurança jurídica e protege o interesse coletivo, assegurando os recursos necessários à manutenção do condomínio. Em resumo: quem compra imóvel com dívida de condomínio assume também a obrigação de quitá-la.

NÃO ACREDITE EM FALSOS PROFETAS DIGITAIS

É grave que pessoas, especialmente jornalistas e blogueiros, espalhem interpretações distorcidas sobre temas jurídicos complexos. Ao investir em um patrimônio, não se deve confiar em manchetes sensacionalistas nem em quem busca apenas popularidade. O que está em jogo não é engajamento digital, mas o patrimônio das famílias e o agravamento de conflitos por informações inverídicas.

A internet deu voz a muitos, mas nem todos têm conhecimento para orientar. Proteja seu patrimônio: conte com assessoria jurídica especializada em negócios imobiliários e não caia em armadilhas digitais.



A reforma que devasta o agro e a economia

Eduardo Berbigier

Advogado tributarista, especialista em Agronegócio, membro dos Comitês Jurídico e Tributário da Sociedade Rural Brasileira e CEO do Berbigier Sociedade de Advogados.

O pacote do Senador Eduardo Braga e a devastação iminente do agro e da economia



A tão falada reforma tributária, vendida como a solução para a simplificação fiscal no Brasil, caminha perigosamente em direção a um resultado que pode ser o oposto do prometido.

O relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM) para o PLP 108/2024, em vez de trazer clareza e benefícios à economia, apresenta-se como um pacote de medidas nebulosas que, se aprovadas, podem desestabilizar um

dos pilares da economia nacional: o agronegócio.

A retórica de “simplificação” do governo e do Senado se desfaz diante de um texto que, na prática, cria novas complexidades e incertezas. Trata-se de uma manobra perigosa, elaborada nos bastidores do poder, com o potencial de causar um efeito cascata que afetará não apenas a produção rural, mas também o consumo e, em última

instância, o bolso de cada brasileiro.

A primeira grande bandeira vermelha é a mudança nas regras dos Fia-gros. O relatório de Braga introduz condicionantes para a isenção desses fundos, alegando que o objetivo é direcionar o capital para a “produção real”. Essa é uma falácia perigosa. A suposta “seletividade” não passa de uma forma de burocratizar e complicar o acesso a um instrumento que

se provou eficaz para canalizar investimentos para o campo. A lógica é simples: investidores buscam segurança e previsibilidade.

Ao criar novas barreiras e incertezas, o governo e o Senado, sob a batuta de Braga, jogam um balde de água fria no interesse em aplicar nos Fiagros. A consequência direta? O capital, que é covarde, não será simplesmente “direcionado” para onde o governo deseja. Ele migrará para outros mercados, para outras opções financeiras mais seguras, mais atrativas e menos regulamentadas.

O resultado será o oposto do desejado: menos liquidez, menos capital disponível para o agronegócio e, inevitavelmente, um encarecimento do crédito rural.

Esse custo adicional será repassado, em cascata, para a produção de alimentos, afetando os preços nas gôndolas dos supermercados e penalizando a população. É uma visão míope e desconectada da realidade do mercado, que ignora a dinâmica do capital e as necessidades do setor produtivo. O agronegócio, que já enfrenta desafios climáticos e logísticos, entre outros, será obrigado a lidar com a insegurança jurídica e fiscal gerada por um relatório que, em vez de ajudar, só atrapalha.

Outro ponto que merece total repúdio é a imunidade do ITCMD (Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação) para doações de imóveis rurais destinadas à reforma agrária. À primeira vista, a medida parece nobre, uma forma de “favorecer a segurança jurídica” e “acelerar programas de assentamento”. No entanto, sob a superfície, essa medida esconde uma armadilha que pode ter consequências devastadoras. O relatório, ao criar esse incentivo, pode indiretamente legitimar e até mesmo estimular as invasões de terra.

A lógica do governo e do Senado pare-



ce ser a de que, ao facilitar a doação, as tensões no campo serão amenizadas. No entanto, a realidade é outra: a falta de segurança jurídica em relação à propriedade da terra é um dos maiores entraves ao investimento no campo.

Ao sugerir que a doação é uma “solução” para a reforma agrária, o governo sinaliza que a propriedade privada não é intocável e que a pressão de invasões pode “forçar” uma doação com benefícios fiscais. Essa é uma mensagem perigosa que subverte a ordem legal e a segurança jurídica. Em vez de combater as invasões e garantir o direito à propriedade, o relatório de Braga cria um mecanismo que pode, ironicamente, torná-las uma “via” para a regularização. Isso mina a confiança dos produtores, desestimula o investimento de longo prazo e joga o agronegócio em um cenário de incerteza ainda maior.

O relatório também altera outros pontos sensíveis, como a exclusão provisória do biometano e do gás natural veicular do regime monofásico. Essa medida, embora pareça técnica, tem um impacto direto nos investimentos em energia renovável. O agronegócio tem um potencial gigantesco na pro-

dução de biometano, uma fonte de energia limpa e sustentável.

Ao complicar a tributação e criar incertezas, o governo e o Senado desestimulam essa nova frente de investimento e desenvolvimento. É uma medida que vai na contramão das tendências globais e penaliza o setor que poderia liderar a transição energética no Brasil.

Em suma, o relatório de Eduardo Braga ao PLP 108/2024 é um exemplo claro de como a reforma tributária está sendo moldada para servir a interesses políticos, ideológicos e ao projeto de poder do governo atual, e não para simplificar e fortalecer a economia brasileira.

A crítica aqui não é vazia: é um alerta. Se essas propostas forem aprovadas pelo Senado, o resultado será um aumento de custos para o produtor, uma redução de investimentos, um encarecimento dos alimentos e uma maior instabilidade no campo.

A população, que já sofre com a inflação e a falta de perspectiva econômica, será a mais prejudicada por essa manobra legislativa que, em vez de simplificar, só vai complicar.



Exposição “Semeadura” explora o sincretismo religioso e cultural brasileiro em xilogravuras de Eduardo Ver

Rachel Capucio

Advogada especialista em Cultura

Até o dia 23 de novembro, o público poderá visitar a exposição “Semeadura”, do artista Eduardo Ver, em formato presencial e virtual. A mostra apresenta uma jornada visual que mergulha nas raízes espirituais e culturais do Brasil, destacando o sincretismo que se consolidou como marca da identidade nacional.

São seis xilogravuras inéditas, elaboradas com minúcia técnica e delicadeza estética, em que o artista explora a convivência entre tradições diversas: as crenças indígenas ancestrais, a herança africana trazida pelos povos escravizados e o catolicismo europeu, que ainda hoje permeia festas e rituais populares em várias regiões do país.

As obras revelam esse entrelaçamento simbólico por meio de camadas sobrepostas de formas e ícones, evocando elementos ligados à fertilidade, à renovação e à transformação. Cada composição funciona como um convite à contemplação: olhar as xilogravuras de Eduardo Ver é perceber como diferentes cosmovisões se encontram, se sobrepõem e se recriam em um Brasil plural, onde a fé se manifesta em múltiplas linguagens.

Mais do que uma exposição de arte, “Semeadura” propõe uma reflexão sobre a beleza que nasce do diálogo entre culturas, ressaltando a importância do pertencimento e da convivência entre tradições religiosas.

A mostra poderá ser visitada tanto em espaço físico quanto em plataforma on-line, ampliando o acesso do público a essa experiência estética e espiritual.



A Casa Fiat de Cultura é consolidada como um dos principais centros culturais do Brasil ao realizar, em Belo Horizonte/MG, a melhor arte produzida no mundo, por meio de relevantes e prestigiadas exposições, reconhecidas pelo alto valor histórico, artístico e educativo. A instituição conta uma programação plural e relevante, pensada de modo a incentivar o público a interagir com diversos movimentos artísticos e linguagens, do Renascimento ao Barroco, do Futurismo e Modernismo à arte contemporânea.

Informações:

*Praça da Liberdade, nº 10,
Funcionários
Belo Horizonte/MG*

Contato: (31) 3289-8900

Horário de funcionamento:

*Terça a sexta-feira,
das 10h às 21h.*

*Sábados, domingos
e feriados, das 10h às 18h.*

ANUNCIE NA MELHOR

PUBLICAÇÃO NACIONAL
DE ECONOMIA, FINANÇAS
E NEGÓCIOS FEITA
EM MINAS GERAIS

35,2 MILHÕES

de visualizações durante
o ano de 2024 - de
acordo com o Google
Analytics Search.

Com 32 anos de tradição, a newsletter **MercadoComum** expandiu suas atividades para todo o território nacional, levando informação a um seletor público composto por formadores de opinião e executivos de alto nível das médias e grandes empresas.

**Divulgue sua empresa
para quem decide
os negócios!**

A CADA EDIÇÃO MENSAL:

- Estudos aprofundados sobre a economia de Minas Gerais, brasileira e mundial
- Artigos com análise política e de mercados assinados por nomes de peso no cenário nacional
- Reportagens especiais com foco nos mais relevantes setores econômicos
- **MC** promove, há 29 anos, o Prêmio Top of Mind, Marcas de Sucesso - Minas Gerais
- **MC** realiza, há 28 anos, o Ranking de Empresas de Minas Gerais e promoveu em 2024 o 26º Prêmio Minas - Desempenho Empresarial - Melhores e Maiores.
- As edições mensais são encaminhadas, em PDF e por e-mail, a um público de 120 mil formadores de opinião em todo o país.



Publicação de MinasPart Comunicação, Ltda.

Rua Padre Odorico, 128 - 10º andar - CEP 30.330-040 - Belo Horizonte - MG

Site: www.mercadocomum.com - E-mail: revistamc@uol.com.br - Fone: 31 3281-6474

MERCADOCOMUM®

HÁ 32 ANOS FORMANDO OPINIÕES!